

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura

Dissertação de Mestrado

Sharlize Prates Pinto

**DO GÊNERO AO TRAUMA: PONDERAÇÕES ACERCA
DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Porto Alegre

2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura

Dissertação de Mestrado

Sharlize Prates Pinto

**DO GÊNERO AO TRAUMA: PONDERAÇÕES ACERCA
DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura. Programa de Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Psicanálise, gênero e parentalidades: entrelaçamentos possíveis

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Milena da Rosa Silva

Porto Alegre
2023

Nome: Sharlize Prates Pinto

Título: Do gênero ao trauma: ponderações acerca da violência contra a mulher

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura. Programa de Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Psicanálise, gênero e parentalidades: entrelaçamentos possíveis

Orientadora: Prof^ª Dra. Milena da Rosa Silva

Banca Examinadora:

Professor Dr. Alexandre Patrício de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Assinatura: _____

Professora Dra. Fernanda Pacheco-Ferreira

Universidade Federal do do Rio de Janeiro

Assinatura: _____

Professora Dra. Mônica Medeiros Kother Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Assinatura: _____

Procuro uma palavra que me salve
Pode ser uma palavra verbo
Uma palavra vespa, uma palavra casta.
Pode ser uma palavra dura. Sem carinho.
Ou palavra muda,
molhada de suor no esforço da terra não lavrada.
Não ligo se ela vem suja, mal lavada.
Procuro uma coisa qualquer que saia soada do nada.
Eu imploro pelos verbos que tanto humilhei
reconsidero minha posição em relação aos adjetivos.
Penso em quanta fadiga me dava
o excesso de frases desalinhas em meu ouvido.
Hoje imploro uma fala escrita,
não pode ser cantada.
Preciso de uma palavra letra
grifada grafia no papel.
Uma palavra como um porto
um mar um prado
um campo minado um contorno
carrossel cavalo pente quebrado véu
mariscos muralhas manivelas navalhas.
Eu preciso do escarcéu soletrado
Preciso daquilo que havia negado
E mesmo tendo medo de algumas palavras
preciso da palavra medo como preciso da palavra morte
que é uma palavra triste.
Toda palavra deve ser anunciada e ouvida.
Nunca mais o desprezo por coisas mal ditas.
Toda palavra é bem dita e bem vinda.

Viviane Mosé - Toda Palavra.

AGRADECIMENTOS

Durante todo percurso de construção da escrita da dissertação, a frase que mais me atravessou foi a de que “até quando o corpo pede um pouco mais de alma, a vida não para” (Lenine). O percurso, iniciado próximo ao fim da pandemia da Covid-19, foi permeado por perdas de familiares queridos e mudanças intensas de vida. Para tanto, expresso aqui a minha gratidão a todas as pessoas que foram rede de apoio, incentivadoras e mestres neste processo que deu um outro contorno a minha vida.

Agradeço primeiramente à minha orientadora querida, **Milena da Rosa Silva**, pela aposta na minha escrita, pelo olhar sensível, acolhedor e afetuoso, por toda orientação e condução ao longo desse percurso.

À minha filha **Alice Prates Gelatti**, pela potência do olhar, a compreensão de tantas ausências neste percurso. Obrigada, meu amor, por ser a minha força motriz.

Ao **Rafael Gelatti**, por embarcar lá em 2021 nesta jornada comigo e sempre me incentivar a seguir meus desejos e sonhos, principalmente ao que se refere ao meu amor à psicanálise e a psicologia.

À minha eterna família, **Beatriz Gelatti, Gilberto Gelatti e Raineri Gelatti**, por embarcarem comigo nesta jornada desde o início, por serem rede, aldeia, apoio, suporte ao mesmo tempo, para que essa escrita fosse possível de ser feita. Tudo isso só foi possível graças ao apoio desta família que sempre será um pouco minha. Meu eterno amor e gratidão a vocês.

À minha mãe, **Rosane Prates**, pelo incentivo e apoio, do seu modo, motivando desde sempre em relação às continuidades acadêmicas.

Ao meu amigo **Arthur Aires**, pelo apoio, trocas, discussões e pelo acolhimento das minhas angústias nos momentos mais difíceis.

Ao meu querido **Cláudio Salvalaio**, pelo incentivo à escrita nos momentos mais desafiadores deste percurso. Pela leitura atenta e carinhosa do meu trabalho e pelo afeto desprendido neste último ano.

Às professoras **Mônica Macedo, Fernanda Pacheco-Ferreira** e ao professor **Alexandre Patrício de Almeida** pelo aceite às bancas de qualificação e defesa, pela leitura do meu trabalho, e todas contribuições e críticas. Ter uma banca tão potente, acolhedora e instigadora, faz desta escrita algo muito mais especial.

Aos colegas do NEPIs, pelas trocas, discussões e contribuições ao longo deste

percurso.

À **Dra. Madgéli Frantz** e **Ivete Machado Vargas**, que possibilitaram que essa escrita fosse possível e que tanto me ensinaram no meu período dentro do JVDFCM.

E por fim, agradeço imensamente a todas as mulheres que acompanhei no meu período de atuação dentro do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que me permitiram com que eu exercesse a escuta de maneira sensível, me confiaram suas histórias, dores e alegrias, e me permitiram repensar tantas vezes o meu lugar enquanto terapeuta. Agradeço, com muito carinho, especialmente a **Judite***.

RESUMO

A minha experiência como psicóloga no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, atuando na escuta de mulheres, é ponto de partida para essa pesquisa. A violência contra a mulher é definida, segundo a Lei Maria da Penha, por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. É uma forma de violência de gênero, pois ocorre em razão da pessoa alvo da violência pertencer ao gênero feminino e tem como base a manutenção de papéis sociais impostos a mulheres e homens. Tal fenômeno pode relacionar-se ao trauma, descrito por Ferenczi (1934) como o estado de choque ou paralisia causado por um aniquilamento subjetivo no qual o indivíduo experimenta a destruição de seu sentimento de *self*. Partindo de tais considerações, esta dissertação tem por objetivo identificar, na narrativa de uma mulher em situação de violência, elementos que permitam explorar as experiências do trauma e do desmentido, a partir das contribuições psicanalíticas de Ferenczi articuladas a uma perspectiva de gênero. A metodologia está amparada em 3 tempos: no primeiro tempo, de acolhida e recebimento das mulheres no Juizado de violência, colocou-se o princípio da hospitalidade, inserido em uma ética do cuidado (Kupperman, 2017); em um segundo tempo, foram produzidos diários clínicos nos quais a analista colocou suas percepções, sentimentos acerca dos atendimentos das mulheres, ou ainda, “*isso que me passa*” (Larrosa, 2011) com narrativas importantes acerca das percepções do “*sentir com*” (Ferenczi, 1932); por fim, deu-se a escrita dessa dissertação, a partir de eixos interpretativos. O primeiro eixo versa sobre o lugar de fala, de escuta e a hospitalidade no início de um processo de escuta de mulheres em situação de violência doméstica. O segundo eixo trata da ética do cuidado e o *sentir com*. O terceiro eixo apresenta as diversas dimensões do trauma. Por fim, discuto os papéis de gênero inscritos nas diversas formas de violência. A partir da disso, entendo que as questões relacionadas à violência contra mulher são consequências do pacto patriarcal no qual vivemos, sendo o trauma uma das principais consequências psíquicas, expresso tanto nos conteúdos oníricos quanto no corpo. Através de uma escuta, permeada pela hospitalidade, pela ética do cuidado, pelo *sentir com* é possível simbolizar e dar um novo sentido às marcas deixadas pelo trauma.

Palavras-chave: Psicanálise; Gênero; Violência de gênero; Trauma; Ferenczi.

ABSTRACT

My experience as a psychologist in the Court of Domestic and Family Violence against Women, listening to women, is the starting point for this research. Violence against women is defined according to the Maria da Penha Law, by any act or omission based on gender that causes you death, injury, physical, sexual or psychological suffering and moral or property damage. It is a form of gender violence, as it occurs due to the fact that the person target of violence belongs to the female gender and is based on the persistence of social roles imposed on women and men. This phenomenon can be related to trauma, described by Ferenczi (1934) as the state of shock or paralysis caused by a subjective annihilation in which the individual experiences the destruction of his sense of self. Based on these considerations, this study aims to identify, in the narrative of a woman in a situation of violence, elements that allow exploring the experiences of trauma and denial, based on Ferenczi's psychoanalytic contributions related to a gender perspective. The methodology is substantiated by 3 moments: the first one consists of welcoming the women in the Violence Court, and establishing the principle of hospitality, inserted in care ethics (Kupperman, 2017). In a second moment, the preparation of clinical diaries in which the analyst lays out her perceptions, her feelings in regard to the care given to women, or even, “*that's what happens to me*(isso que me passa)” (Larrosa, 2011) with important narratives about the perceptions of “*feel with*” (Ferenczi, 1932). Finally, this study was written based on interpretative pillars. The first pillar deals with the locus of speech, listening and hospitality at the beginning of a process of listening to women in situations of domestic violence. The second pillar seeks to discuss the care ethics and the “*feel with*”. The third pillar discusses the different dimensions of trauma. Based on the study, I understand that issues related to violence against women are consequences of the patriarchal pact in which we live, trauma being one of the main psychic consequences, expressed both in dream contents and in the body. Through listening, nourished by hospitality, care ethics, *feel with*, it is possible to give a new meaning to the marks left by the trauma.

Keywords: Psychoanalysis; Gender; Gender violence; Trauma; Ferenczi.

RESUMEN

Mi experiencia como psicóloga en el Juzgado de Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer, escuchando a las mujeres, es el punto de partida de esta investigación. La violencia contra la mujer es definida, según la Ley Maria da Penha, como toda acción o omisión basada en el género que resulte en muerte, lesión, sufrimiento físico, sexual o psíquico y daño moral o patrimonial. Es una forma de violencia de género, una vez que se produce porque la persona objeto de la violencia pertenece al género femenino y se basa en el mantenimiento de roles sociales impuestos a mujeres y hombres. Este fenómeno puede estar relacionado con el trauma, descrito por Ferenczi (1934) como el estado de shock o parálisis provocado por un aniquilamiento subjetivo en el que el individuo experimenta la destrucción de su sentido de sí mismo. A partir de estas consideraciones, esta disertación tiene como objetivo identificar, en la narrativa de una mujer en situación de violencia, elementos que permitan explorar las experiencias de trauma y negación, a partir de los aportes psicoanalíticos de Ferenczi articulados a una perspectiva de género. La metodología se sustenta en 3 etapas: en la primera etapa, de acoger y recibir a las mujeres en el tribunal de violencia, se colocó el principio de hospitalidad, inserto en una ética del cuidado (Kupperman, 2017). En un segundo tiempo, se produjeron diarios clínicos en los que la analista colocó sus percepciones, sentimientos sobre el cuidado de las mujeres, o incluso, “*esto es lo que me pasa a mí*” (Larrosa, 2011) con narrativas importantes sobre las percepciones de “*sentir con*” (Ferenczi, 1932). Finalmente, se redactó esta disertación, a partir de ejes interpretativos. El primer eje trata sobre el derecho de expresión, la escucha y la hospitalidad en el inicio de un proceso de escucha de las mujeres en situación de violencia doméstica. El segundo eje busca discutir la ética del cuidado y el *sentir con*. El tercer eje discute las diferentes dimensiones del trauma. Por fin, analizo los roles de género inscritos en las diversas formas de violencia. Desde la discusión, entiendo que las cuestiones relacionadas con la violencia contra la mujer son consecuencias del pacto patriarcal en el que vivimos, siendo el trauma una de las principales consecuencias psíquicas, expresadas tanto en los sueños como en el cuerpo. A través de la escucha, permeada por la hospitalidad, por la ética del cuidado, por el *sentir con*, es posible simbolizar y resignificar las marcas dejadas por el trauma.

Palabras llave: Psicoanálisis; Género; Violencia de género; Trauma; Ferenczi.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 O campo em que me coloco	12
1.2 A violência contra a mulher no Brasil	15
1.3 Gênero: um conceito paradoxal	17
1.4 Psicanálise e gênero nas ondas do feminismo	20
1.5 Violência, trauma e o desmentido social	24
2. OBJETIVOS	28
3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	28
4. METODOLOGIA	29
4.1. Tempos de pesquisa	30
4.1.1 Primeiro Tempo: a hospitalidade na clínica psicanalítica	30
4.1.2 Segundo Tempo: diários clínicos	34
4.1.3 Terceiro Tempo: escrita e suas teorizações	36
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
5.1. Lugar de fala, lugar de escuta e a hospitalidade no início de um processo de violência doméstica	40
5.2 Por uma ética do cuidado: sobre o sentir com	51
5.3 As dimensões do trauma	54
5.3.1 O trauma inscrito no corpo como testemunho	57
5.3.2 O desmentido e as diversas formas de violência	60
5.3.3 Fragmentar para sobreviver: a clivagem traumática	68
5.4. Os papéis de gênero inscritos nas diversas formas de violência	71
5.4.1 A força da violência	75
5.4.2 O estado opressor é mais um homem abusador	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
ANEXOS	94
Anexo 1 - Termo de concordância de pesquisa - Projeto Borboleta - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	94

1. INTRODUÇÃO

Quem não os ouviu? Ursos de pelúcia, carrinhos da Matchbox e futebol com os primos no quintal. Alguns namorados, casamento e maternidade. Onde estava o gênero? Na anatomia, na identidade, no desejo, na prática sexual? O gênero estava em mim? Estava na relação com o outro, que por diferença me fazia mulher? (mas, afinal, o que é uma mulher?) Ou, ainda, estava na organização da sociedade, nas permissões e interdições ou, para resumir a história, estava simplesmente na porta dos banheiros? A clínica me inquietou para além dos barulhos internos. Barulhos da clínica. (Porchat, 2018).

Desde a primeira graduação que fiz, em História, o campo de pesquisa sobre o feminino fazia-se presente na minha trajetória acadêmica. Na época, busquei compreender mais acerca das mulheres indígenas e a sua inserção dentro da sociedade e o processo de aculturação vivenciado. Chegando ao curso de psicologia e realizando, no primeiro ano de estágio, o atendimento a adolescentes em uma internação psiquiátrica, percebi que o meu desejo pelo estudo do feminino e as mazelas enfrentadas por aquelas meninas, na sua maioria vítimas de abuso sexual, me tocavam profundamente. Era necessário expressar, de alguma forma, as experiências vivenciadas nesta prática com meninas adolescentes. Escrevi sobre esse tema o projeto do meu Trabalho de Conclusão de Curso¹, o qual não foi possível ser colocado em prática em função da pandemia da Covid-19.

O próximo local de estágio profissional não poderia ser outro, se não o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), atendendo mulheres em situação de violência. Neste encontro, senti a força intensa do feminino, energia que eu não saberia expressar em palavras, apenas senti-la no processo contratransferencial de cada atendimento. Além disso, me deparei com muitas feridas e cicatrizes, marcas físicas e psíquicas naquelas mulheres. Essa vivência com as mulheres continuou até janeiro de 2021, atuando enquanto psicóloga. Considero que o encontro com essas mulheres fez com que eu voltasse o olhar para mim e fizesse uma viagem no tempo à minha própria infância e aos diversos episódios de violência doméstica que presenciei. Tal aproximação permitiu que, de alguma forma, eu

¹ Pinto, S. P. (2011). *O processo de resistência à aculturação indígena na tribo Mbyá-Guarani de Viamão nos dias atuais*. Trabalho de Conclusão de Curso. FAPA.

pudesse ressignificar tais vivências e dar corpo a elas no processo da escrita no campo da pesquisa.

Essa sincronicidade que senti ao me deparar com o atendimento às mulheres, me fez buscar formas de compreender demandas que tenho ouvido durante todo o percurso acadêmico e profissional à luz da psicanálise. Tais escritos estão sendo construídos desde o Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia². Tomando uma posição distante de romantizar os sujeitos resistentes, como bem coloca Kilomba (2019), ou ainda de simplesmente recuperar o ponto de vista das mulheres, dado o lugar em que estão colocadas, ainda como subalternas na nossa sociedade. Busco, sim, um entendimento de como a violência de gênero experienciada por essas mulheres e ouvida no processo de escuta da clínica psicanalítica, deixa marcas, registros e traumas importantes de serem compreendidos pela via psicanalítica.

Longe de exaurir todas as questões relacionadas à violência de gênero e ao trauma, mas sim, como mais uma pequena marca a ser inscrita, proponho nesta dissertação investigar na narrativa de uma mulher em situação de violência doméstica e familiar, elementos que permitam explorar a experiência do trauma e do desmentido, articulando tais conceitos, em Ferenczi, à perspectiva de gênero. A presente dissertação de mestrado foi desenvolvida no Núcleo de Estudos em Psicanálise e Infâncias – NEPIs/UFRGS, coordenado pelas professoras Andrea Gabriela Ferrari, Luciane De Conti e Milena da Rosa Silva, pertencente à Linha de Pesquisa Psicanálise, Teoria e Dispositivos Clínicos do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.1 O campo em que me coloco

Mulheres e homens devem se opor ao uso de violência como meio de controle social em todas as suas manifestações: guerra, violência de homens contra mulheres, violência de adultos contra crianças, violência de adolescentes, violência racial etc. Os esforços feministas pelo fim da violência de homens contra mulheres devem ser estendidos a um movimento pelo fim de todas as formas de violência (hooks, 2018).

² Pinto, S. P. (2021). *Vítimas (in)visíveis da pandemia: isolamento social e a violência contra mulher*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFCSPA.

O campo no qual realizei atendimento e acolhimento psicológico às mulheres em situação de violência doméstica e familiar faz parte de um dos trabalhos da Equipe Multidisciplinar que atua no 1º e 2º Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do Fórum Central de Porto Alegre. Atuei como Psicóloga, com o vínculo de Estagiária de pós-graduação dentro do projeto intitulado “Projeto Borboleta”, cujo objetivo é desenvolver atividades multidisciplinares dentro dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com foco no acolhimento, orientação e encaminhamento das mulheres em situação de violência e seus dependentes.

Minha inserção no JVDFM iniciou ainda em julho de 2020, no último estágio profissional da graduação em Psicologia. Permaneci até março de 2021 e continuei atuando como voluntária até maio. Até que, no mês de junho de 2021, iniciei o trabalho como Psicóloga. Atuar no campo da violência contra a mulher é um desafio diário, pois as demandas são as mais diversas possíveis. A violência psicológica deixa marcas tão inscritas no psiquismo quanto as marcas da violência física são visíveis na pele. O medo, o temor e o sentimento de injustiça são constantes nas mulheres que lutam pelos seus direitos e pela sua liberdade.

No Projeto Borboleta, as mulheres chegam por diversos meios: a) por terem efetuado a denúncia contra seus agressores e solicitar Medidas Protetivas de Urgência, sendo assim encaminhadas através de um despacho/decisão judicial; b) por terem visualizado nas mídias algum trabalho do projeto, se identificado e solicitando participação no grupo e, por fim; c) por indicação das próprias mulheres que já fazem parte do Projeto Borboleta. De todo modo, todas as mulheres que entram no Projeto Borboleta são encaminhadas para uma entrevista de acolhimento individual, cujo objetivo é compreender a situação atual que se encontra a mulher, se permanece com o parceiro, como se deram as violências, como está a sua situação financeira, se precisa de algum auxílio e acompanhamento individual. Neste acolhimento também é feito o trabalho de orientação em relação às Medidas Protetivas e esclarecimento de dúvidas que venham a surgir. Após o acolhimento inicial, para as mulheres que chegam ao Projeto Borboleta por meio de um Despacho/Decisão judicial, é elaborado um Relatório Psicológico³ que é anexado ao seu processo de Medidas Protetivas. Ao entrevistar essas mulheres, aquelas às quais percebemos demandas importantes, são inseridas em uma lista de

³ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 006/2019. Institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, e revoga a Resolução CFP n° 15/1996, a Resolução CFP n° 07/2003 e a Resolução n° 04/2019. Brasília, DF: CFP, 2019.

espera para acompanhamento individual. Infelizmente, muitas mulheres aguardam pelo atendimento individual por muito tempo. Na tentativa de conseguir um espaço para elas, acabamos faz-se o encaminhamento para a rede, mesmo sabendo que, muitas vezes, pode ser algo ainda mais demorado.

Outro trabalho importantíssimo desenvolvido dentro do Projeto Borboleta são os Grupos de Acolhimento. Tratava-se de um encontro virtual, durante a pandemia, no qual semanalmente cerca de 15 a 20 mulheres. Antes das medidas de distanciamento social relativas à Covid-19, o grupo ocorria de maneira presencial dentro do Fórum Central. Os Grupos, que ocorrem todas às terças às 14h, buscam ofertar um espaço de acolhimento e informação. Temos a presença de convidados e convidadas para falar dos mais diversos assuntos, como violência contra a mulher, empoderamento feminino, mercado de trabalho, oficinas de arte, entre outros.

É importante situar que as mulheres, as quais são atendidas dentro dos JVDPM estão com Medidas Protetivas de Urgência e amparadas pela Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha⁴, que dispõe de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar e que traz, na sua escrita, que a violência contra a mulher é uma violência baseada no gênero (Brasil, 2006). A criação desta lei, em 2006, é um marco importantíssimo na conquista pelos direitos das mulheres. Conforme colocado por França (2018), a Lei Maria da Penha é considerada pela

⁴A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais. A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social. A Lei n. 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres. O texto legal foi resultado de um longo processo de discussão a partir de proposta elaborada por um conjunto de ONGs (Advocacy, Agende, Cepia, Cfemea, Claden/IPÊ e Themis). Esta proposta foi discutida e reformulada por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional. Foram realizadas audiências públicas em assembleias legislativas das cinco regiões do país, ao longo de 2005, que contaram com participação de entidades da sociedade civil, parlamentares e SPM. A partir desses debates, novas sugestões foram incluídas em um substitutivo. O resultado dessa discussão democrática foi a aprovação por unanimidade no Congresso Nacional. Em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, a Lei Maria da Penha dá cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificada pelo Brasil em 1994, e à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), da Organização das Nações Unidas (ONU) (Conselho Nacional de Justiça, 2023).

ONU como uma das melhores legislações para dar conta da violência contra a mulher e, além disso, trata-se de uma lei que leva o nome de uma mulher, é a ação das mulheres para dar conta das suas questões, para além dos discursos que legitimam e sedimentam espaços históricos para a subjetividade feminina (Françoa, 2018, p. 77).

1.2 A violência contra a mulher no Brasil

Tomamos o início deste capítulo para desenvolver uma breve discussão acerca da terminologia a ser utilizada na escrita. Surge então o seguinte debate: utilizar o termo *mulheres vítimas de violência*, não estaria de alguma forma tomando a posição de produzir as mulheres como vítimas?

Canavêz (2015) traz em sua escrita justamente o debate da produção da vítima, quando relata que:

Por conseguinte, é como se os sujeitos fossem esvaziados em suas diferentes histórias, narrativas e modos de lidar com o trauma, e adquirissem, em troca, a identidade de vítima, em que pese o fato de sermos todos vítimas em potencial, passíveis que somos de desenvolver os mesmos sintomas diante do evento estressor. A contemporaneidade seria, assim, uma cultura da vitimização no que evidencia a possibilidade de generalização da condição da vítima (Canavêz, 2015, p. 46).

Logo, a autora aponta para a necessidade do cuidado na generalização da condição de vítima, uma vez que poderíamos estar influenciando no modo de subjetivação dessas mulheres. Neste sentido, será utilizado como termo operador nesta escrita *mulheres em situação de violência* para caracterizar o estado da mulher aqui descrita, tomando o cuidado para não inseri-la num estereótipo de vítima, até mesmo pelo fato de não se ter levantado essa questão com a mesma.

A violência contra a mulher é definida, segundo a Lei Maria da Penha, por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006). Caracteriza-se como uma forma de violência de gênero, pois ocorre em razão da pessoa alvo da violência pertencer ao gênero feminino e tem como base a manutenção de papéis sociais impostos a mulheres e homens (Curia et al., 2020). Ainda, conforme Muszkat (2018) nos coloca, é a fixação nas normas e nos papéis de gênero que aprisionam os sujeitos em um ideal e impedem questionamentos e transformações, considerando então os comportamentos violentos masculinos como

naturalmente dados. Essa naturalização da violência tem como consequência, segundo a autora, “não só autorizar ou justificar práticas violentas ou abusivas, quanto impedir que essas práticas sejam reconhecidas como tais” (Muszkat, 2018, p. 97). No que chamamos de “Ciclo da Violência”, existe um importante ciclo repetitivo dos atos violentos, em alternância entre uma fase de tensão, uma fase de explosão e uma fase de lua de mel, sendo frequentemente repetido até culminar em ferimentos graves ou morte da vítima (Ayouch & Tardivo, 2013).

A violência contra a mulher é um fenômeno que apresenta grandes proporções no Brasil e no mundo. Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos, no Brasil, afirmou ter sofrido algum tipo de violência, seja física, psicológica ou sexual, durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, o que significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência (Paiva, 2021). Em relação aos números de feminicídio, só no ano de 2020, o Brasil registrou a morte de 1.338 mulheres por sua condição de gênero, assassinatos praticados, em sua maioria, por companheiros, ex-companheiros ou pretensos companheiros (Bragon, 2021).

Segundo o Atlas da Violência realizado em 2019, no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017, houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Na mesma década, houve um aumento de 6,3% do número de homicídios de mulheres em relação à década anterior (Cerqueira et al., 2019). Crianças e adolescentes do sexo feminino também são as mais afetadas pela violência no Brasil. De 2011 a 2017, foram notificados, através do Sistema Nacional de Notificações e Agravos (SINAN), 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. Em relação ao sexo das vítimas, os dados de notificação apontam que 74,2% das crianças e 92,4% de adolescentes vítimas de violência sexual eram do sexo feminino (Brasil, 2018).

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) apontam que, apenas no Estado de São Paulo, houve um aumento nas chamadas à Polícia Militar de 44,9% na comparação de março de 2020 com março de 2019. Com exceção do Rio Grande do Norte, os demais estados apresentaram redução nos registros de ocorrência que, em geral, demandam a presença física das vítimas, o que parece ter sido afetado pela pandemia de Covid-19.

Registros de ameaça, estupro e estupro de vulneráveis também apresentaram uma

redução nas notificações no mês de março de 2020, se comparado aos dados obtidos em 2019 (Cerqueira et al., 2020). Já os casos de feminicídio tiveram um aumento de notificações de 25% em São Paulo e 73% no Rio Grande do Sul no primeiro trimestre de 2020, sendo que nos meses de maio e junho as tentativas de feminicídio tiveram um crescimento de 20% se comparados às tentativas ocorridas no mesmo período em 2019 (Bueno et al., 2020; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Em relação aos dados mensais de feminicídios no Brasil entre 2019 e 2021, há o indicativo de que houve um aumento dos casos entre os meses de fevereiro e maio de 2020, período de maior restrição nas medidas de isolamento social. Já no ano de 2021, a tendência de casos seguiu muito próxima àquela verificada no ano anterior à pandemia, com média mensal de 110 feminicídios (Fórum Nacional de Segurança Pública, 2021).

Uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência física ou sexual, principalmente por um parceiro íntimo (WHO, 2018). Nos últimos anos, esse número cresceu juntamente com a estatística no ocidente de violência contra a mulher. Em um estudo realizado em 24 países das Américas, conclui-se que a prevalência da violência afeta 14% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos em algum momento de suas vidas (Bott, Guedes, Ruiz-Celis & Mendoza, 2019).

Mesmo considerando o aumento do número das notificações de violência nos primeiros meses da pandemia, tais dados estão longe de refletir a realidade vivenciada pelas mulheres, pois sabemos que elas se deparam com entraves importantes para a efetivação das denúncias. A moradia com o agressor, o medo, a falta de acesso à *internet* ou telefone para realizar as denúncias, são fatores que contribuem para a subnotificação da violência contra a mulher (Curia et al., 2020).

1.3 Gênero: um conceito paradoxal

O texto base da Lei Maria da Penha, que considera a violência praticada contra a mulher como uma violência de gênero, é que será tomado como ponto de partida para a discussão acerca desta temática. Conforme Zambrano (2018), é importante situarmos de qual lugar estamos falando quando abordamos o conceito de gênero. Cavalheiro e Silva (2020) sinalizam ainda o cuidado de se colocar tal conceito em sua especificidade em cada campo do pensamento.

Ao nos depararmos com a clínica psicanalítica com mulheres vítimas de violência, percebemos ser necessário aprofundar a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher através de uma perspectiva de gênero, pois as relações de gênero estão a todo momento implicadas na violência. Ligado a uma estrutura social patriarcal, o gênero refere-se antropologicamente a um conjunto de significados, regras e valores atribuídos a um sujeito sexuado, dependentes de fatores socioculturais, variáveis no tempo e no espaço (Françoia, 2018).

Para feministas e teóricas *queer*, pensar gênero faz parte de um processo político em defesa de direitos (Zambrano, 2018). Por muito tempo, o termo gênero foi utilizado pelas feministas como sinônimo de mulheres, termo também muito presente nas pesquisas e artigos sobre a história das mesmas (Scott, 1986). Além disso, para Scott, gênero é percebido como uma categoria imposta ao corpo sexuado, utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, sendo uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

Porchat (2007) evidencia a transformação do conceito de gênero dentro do campo feminista no momento em que surge em oposição ao “sexo”. Tal oposição, segundo a autora, foi utilizada para superar as concepções que consideravam as diferenças sexuais biológicas como fator fundamental na compreensão dos aspectos constituintes do comportamento e da personalidade. Haraway (2004) discute as articulações do conceito de gênero pelas feministas no pós-guerra em um sentido crítico e político.

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (Haraway, 2004).

A autora levanta a problemática de o gênero ter sido discutido pelas feministas como uma identidade antagônica como homem/mulher, a qual deixava de lado as discussões que circundam a desconstrução dos corpos (Haraway, 2004). Assim, o dilema colocado era justamente a retomada da lógica binária.

Já apontando para uma lógica mais complexa, Lauretis (1987) vai explorar o conceito de gênero de acordo com a percepção cultural do indivíduo, pela sua experiência de raça e classe e não por uma diferenciação sexual propriamente dita. Na mesma perspectiva, Butler

(2018), precursora das discussões que circundam gênero para além da binaridade, tece críticas importantes acerca do debate dentro do campo feminista, no qual o conceito era colocado como uma categoria que sustentava a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória.

Assim, a tarefa de repensar teoricamente a “identidade definida” das mulheres como categoria a ser defendida e emancipada no movimento feminista parece ter sido a principal tarefa de Butler (Rodrigues, 2005). O problema que a autora coloca é a inexistência desse sujeito que o feminismo quer representar. Para Butler:

A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. O esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto diferente de termos (Butler, 2018, p. 29).

A autora surge com uma proposta para as teorias de gênero que desloca a discussão para o campo dos efeitos do poder (Firmino & Porchat, 2017) e coloca, então, a necessidade das discussões feministas irem além, entendendo que os discursos binários postos ainda davam continuidade ao discurso opressivo. Assim, Butler (2018) afirma o conceito de gênero como não sendo uma identidade estável, mas sim, uma identidade constituída através do tempo, que utiliza como via a repetição estilizada dos atos, o que a autora denomina de *performatividade*.

Lauretis (1987) segue a mesma linha expressa por Butler quando diz que a representação de gênero é a sua construção, que continua a ocorrer em todas as esferas, sejam elas públicas ou privadas, nos tribunais, nas famílias, na mídia, nas escolas, na academia, na comunidade intelectual e no feminismo. Para além da construção, Lauretis nos traz o paradoxo da desconstrução do gênero em qualquer discurso que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa, no sentido que é necessário vê-lo através dos seus excessos, daquilo que permanece fora do discurso, como um trauma em potencial e não somente pelos efeitos da sua representação (Lauretis, 1987).

Nesse sentido, não podemos deixar de pensar nas importantes contribuições dos debates de Butler acerca do gênero e a crítica que levanta aos movimentos feministas quando estes colocam o gênero dentro de uma binaridade. Reconhece a importância do movimento feminista na visibilidade da violência de gênero e nas distintas formas de discriminação e violência contra as mulheres e na sua luta pela equidade de gênero, ao

mesmo tempo em que entende a necessidade de um discurso que insira as diferentes performatividades de gênero.

Não à toa, a Lei Maria da Penha retoma o conceito de gênero em seus escritos e vêm amparando todas as identidades de gênero, rompendo padrões heteronormativo. As mulheres e adolescentes vítimas da violência de gênero amparadas pela lei experienciam tal ato em todas as esferas: em seu meio social, quando vivenciam a violência dentro de suas casas, seja pelo seu parceiro ou algum familiar; e estrutural, quando chegam aos serviços oferecidos pelo estado. Apesar de haverem avanços importantes, nestes serviços, muitas vezes as mulheres revivem as violências sofridas, por terem suas palavras e histórias desacreditadas, chegando muitas vezes a (re)vivenciar os traumas.

1.4 Psicanálise e gênero nas ondas do feminismo

Os feminismos e a psicanálise, como discursos que se articularam a partir dos finais do século XIX e se constituíram como movimentos (d)e pensamentos em diferentes momentos de elaboração e atuação por todo século XX, não foram estranhos desde sempre, mesmo que suas relações tenham sido marcadas por desencontros, polêmicas, oposições (Lago, 2012).

Nos primórdios dos estudos psicanalíticos, nos *Estudos sobre a histeria*, Freud (2016) escreve acerca da sexualidade feminina como patogênese da histeria. Quando pensamos nessas mulheres históricas, nos reportamos à cultura burguesa da época, que produzia um discurso cujo sentido foi promover uma “perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade” (Kehl, 2016, p. 40). Sendo as mulheres, definidas a partir da sua natureza feminina, elas estariam cumprindo um papel naturalmente designado.

Iaconelli (2018) nos faz pensar acerca do diagnóstico da histeria como uma interpretação patologizante do sofrimento da mulher frente ao seu sofrimento social e opressão em tempos de discurso patriarcal, ao mesmo tempo em que a histeria é pedra fundamental do método psicanalítico, sendo inexorável a relação entre psicanálise, mulher e feminismo. Foram as pacientes históricas de Freud que permitiram que ele construísse a

teoria e a técnica psicanalítica.

Entrelaçado às primeiras publicações freudianas, o movimento feminista se desenvolve. Pode ser compreendido através de três grandes ondas que serão discutidas aqui em contraponto com as críticas tecidas pelo movimento à psicanálise. A primeira onda, situada na virada dos séculos XIX e XX e no entre guerras, cujas reivindicações eram por cidadania, voto, trabalho, educação, garantia de direitos, foi o chamado “feminismo da igualdade” (Lago, 2012; Narvaz & Koller, 2006), uma denúncia da opressão patriarcal às mulheres brancas. Conforme sinaliza hooks (1976) “as mulheres negras não foram apenas o único grupo feminino mais vitimizado pela discriminação sexista e pela opressão sexista, a sua impotência era de tal forma resistente que dificilmente podia tomar a forma de ação coletiva organizada” (p. 116).

Cabe ressaltar que a psicanálise, no período da primeira onda do feminismo, tomava contorno com os escritos de Freud acerca da teoria da sexualidade, provocando críticas importantes ao falocentrismo freudiano. Nos escritos sobre *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (2016), Freud teoriza sobre as diferenças anatômicas primárias que irão determinar consequências psíquicas:

As consequências psíquicas da inveja do pênis, na medida em que não é assimilada na formação reativa do complexo de masculinidade, são diversas e de largo alcance. Com o reconhecimento da ferida narcísica, produz-se na mulher — como uma cicatriz, por assim dizer — um sentimento de inferioridade (Freud, 2016, p. 263-264).

Freud coloca em questão as implicações da diferença anatômica da menina como uma ferida narcísica, colocando-a com um sentimento de inferioridade. Martins (2021) questiona a impossibilidade, na teoria psicanalítica, de se pensar além do falo, interrogando então, em que lugar a categoria mulher é colocada. Tal posicionamento psicanalítico se coloca diretamente relacionado à posição da mulher enquanto abjeto, noção que, segundo Martins (2021, p. 8), “relaciona-se às categorias que foram social e historicamente construídas e excluídas, apesar do aparente paradoxo nesse enunciado”.

Karen Horney (1973), psicanalista alemã contemporânea de Freud, teceu críticas importantes à visão da psicologia sobre as mulheres que “representa até hoje o depósito dos desejos e frustrações dos homens” (p. 54). Criticou também o falocentrismo freudiano, pois acreditava que a inveja do pênis era secundária, sendo uma defesa contra a ligação feminina da menina com o pai, tecendo considerações contrárias à noção de inferioridade do corpo

feminino defendida por Freud e seus discípulos (Rosa & Weinmann, 2020).

A segunda onda do feminismo, situada num contexto pós segunda guerra, a partir dos anos 60 até a década de 80, se debruçou sobre as lutas por igualdade de direitos e buscou enfatizar a mulher em si mesma e ressaltar suas especificidades, lugar em que o corpo é posto estrategicamente em destaque, visando reverberar em meio discursivo, jurídico e econômico (Cossi, 2019). A precursora da produção teórica da segunda onda foi Simone de Beauvoir, que, no primeiro volume de *O segundo sexo* (2009), dialogou com a psicanálise de um modo crítico (Lago, 2010), quando questionou as ideias de Freud acerca da sexualidade feminina, tendo o ponto de vista masculino como universal, bem como a ideia da mulher hesitante entre o papel de objeto, de Outro, enquanto o homem é o sujeito, o absoluto (Beauvoir, 1949, p. 75).

Além de refutar algumas concepções freudianas, Beauvoir é considerada pioneira nos debates acerca de gênero, quando postula a frase célebre “*on ne n’aît pas femme, on devient*”⁵ e quando refere que “não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito; a fêmea é uma mulher na medida em que se sente como tal (Beauvoir, 1949, p. 63), logo o gênero é uma construção. Para Butler (2018), “Beauvoir diz claramente que alguém ‘se torna’ mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do ‘sexo’ (p.20).

A terceira onda feminista surge nos anos 1990, na qual é o dispositivo político que legitima as manifestações da sexualidade (Cossi, 2019). Para Narvaz e Koller (2006), o movimento feminista contemporâneo é desencadeado através das críticas articuladas pelas feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista de Michel Foucault e Jaques Derrida, que passam a enfatizar a questão das diferenças, das singularidades das experiências, compreendendo então que as subjetividades são construídas pelo discurso. Logo, a terceira onda do feminismo tem o deslocamento do campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero.

Na psicanálise, a temática de gênero começou a ser discutida através dos estudos de Robert Stoller⁶ em 1968. O autor se utilizou de ferramentas psicanalíticas freudianas para escutar pacientes transexuais e intersexuais e, a partir desta experiência, percebeu a distinção entre sexo e gênero, enfatizando, então, a preponderância do gênero sobre o sexo (Stona,

⁵ "Não se nasce mulher, torna-se".

⁶ Stoller tece suas articulações de gênero e psicanálise através do livro “*Sex and gender: The Development of Masculinity and Femininity*”, de 1968.

2010; Porchat, 2007). Ainda, em Stoller, sexo se refere a estados biológicos e gênero diz respeito a um conjunto de fenômenos como sentimentos, pensamentos, comportamentos e fantasias relacionados à masculinidade e à feminilidade, sem uma ancoragem biológica, e é consolidado culturalmente, adquirido na vida pós-natal (Cossi, 2018).

Pombo (2018) discute que a representação da diferença sexual em Freud se estabelece binariamente, a partir do falo e da castração, ou a partir da distinção entre quem tem o falo e quem não o tem: o homem é fálico e a mulher castrada. E é essa hierarquização dos lugares sinalizada no Complexo de Édipo que, para Françaia (2018), produz uma teoria que normatiza as relações e prescreve a assunção ideal da identidade sexual. Contudo, a complexidade dos conceitos de masculino e feminino em Freud é apontada por Ayouch (2014). A partir dos “*Três ensaios sobre a sexualidade*” (2016), desde a sexualidade infantil até a desvinculação da pulsão do objeto, Freud desnaturaliza a sexualidade ao dissociá-la da reprodução, produzindo assim a desbiologização da sexuação, indicando então que o alvo da prática sexual não é o destino biológico da reprodução, e indicando que a reprodução, a complementaridade de dois sexos da espécie, se revela totalmente relativa. No mesmo texto, Freud sublinha que, muitas vezes, embora as noções de masculino e feminino tenham um significado que parece tão inequívoco às pessoas comuns, elas são totalmente confusas.

Ayouch sustenta que a própria definição dos sexos parece ambivalente em Freud. No texto *A dissolução do complexo de Édipo* (1974), Freud recusa a *exigência feminista de direitos iguais para os sexos*, porque esta esquece que a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico, e, parafraseando Napoleão, Freud conclui que *a anatomia é o destino* (Ayouch, 2014). Ainda segundo Ayouch (2014), Freud sublinha muitas vezes que o significado de masculino e feminino ainda é confuso em sua teoria, concluindo o texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* com a seguinte frase:

Todos os indivíduos, graças à disposição bissexual e à herança genética cruzada, reúnem em si caracteres masculinos e femininos, de modo que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto (Freud, 2016, p. 268).

Preciado (2019) tece críticas importantes à normatividade binária ora colocada pela psicanálise, em suma, na sua fala à 49ª Jornada da *École de la Cause Freudienne*:

Todo o edifício freudiano está pensado a partir da posição da masculinidade patriarcal do corpo masculino, heterossexual, entendido como um pênis erétil, penetrante e ejaculatório. É por isso que as mulheres em psicanálise, esses animais estranhos entre as flores, com útero reprodutor e clitóris, são sempre e, todavia, um problema. É por isso que vocês têm a necessidade, todavia, no início do século XXI, de uma jornada para falar das mulheres em psicanálise. [aplausos] Mas não me digam que a instituição psicanalítica não tem considerado, e não considera ainda, a homossexualidade como um desvio em relação à norma (Preciado, 2019).

Assim, dentro da sua ambivalência em relação às diferenças sexuais, a psicanálise não se construiu como uma reflexão crítica sobre a estrutura patriarcal da sociedade, mas sim foi construída dentro da lógica cultural burguesa da sua época. As críticas de autor@s feministas ao longo das gerações teceram críticas importantes à psicanálise, de modo que hoje se tem uma abertura importante para trabalhar as questões de gênero e também através de uma perspectiva de gênero. São essas novas leituras de gênero que, para Ceccarelli (2019, p. 23), “obrigam-nos a rever criticamente pontos centrais do arcabouço teórico da psicanálise utilizado para se falar das organizações familiares”.

1.5 Violência, trauma e o desmentido social

O fenômeno da violência deixa marcas inscritas na subjetividade das vítimas e diz respeito a uma dor difícil de ser representada psiquicamente, cujas consequências são inúmeras. Quando a dor assume um limiar insuportável, surge no indivíduo a ruptura do eu, aproximando-se da vivência de morte (Lima & Werlang, 2011). Nesse sentido, o trauma psíquico encontra-se instaurado no indivíduo. Mas, quando as vítimas da violência são as mulheres, como podemos compreender como as agressões interferem na sua vida psíquica?

Aqui, situamos essas mulheres que vivenciaram ou ainda estão em situação de violência doméstica e familiar, seja essa violência física e/ou psicológica, e estão vivenciando seus processos judiciais. Ao irem em busca de seus direitos pela via judicial, muitas destas mulheres acabam revivendo seus traumas ao contarem e recontarem a sua história. Repete-se desde o momento do registro da ocorrência policial na delegacia, como nas audiências e nas entrevistas sociais. Atravessado a isso, o receio de serem desacreditadas é grande, visto que os relatos de um sistema jurídico machista estão a todo momento imbricados em nosso cotidiano.

Freud teoriza o trauma como uma vivência que, em curto espaço de tempo, traz para a vida psíquica um “incremento de estímulos que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, resultando inevitavelmente perturbações duradouras no funcionamento da energia” (Freud, 2014, p. 367). A dimensão da experiência traumática é vivenciada pelo indivíduo como um excesso de tensão vindo do exterior, um afluxo pulsional excessivo, sobrepondo-se à capacidade do psiquismo de ligá-lo e elaborá-lo, aliado a uma falta de recurso do sujeito para responder a tal excesso (Rosa, Estêvão e Braga, 2017; Maldonado & Cardoso, 2009), resultando em uma série de sentimentos e emoções. As autoras Maldonado e Cardoso (2009) trazem uma concepção importante acerca do trauma, apontando que se trata de uma narrativa impossível, mas absolutamente necessária, que se aplica ao sentimento indizível posto em cena com o traumático e que torna tão fundamental, para aqueles que sobreviveram ao catastrófico do trauma, a paradoxal tarefa de narrar o intransmissível (Maldonado & Cardoso, 2009).

A teoria do trauma de Ferenczi é elaborada a partir dos seus estudos sobre os casos clínicos, em específico os que envolviam crianças abusadas. Em seu texto *Confusão de Línguas entre os adultos e a criança* (1932/2021), o autor traz a diferença da linguagem entre adultos e crianças, na qual pontua que:

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura. Não é o que se passa com os adultos (...), confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual, e deixam-se arrastar para a prática de atos sexuais sem pensar nas consequências (Ferenzi, 2021, p. 116).

O adulto, autor do abuso, e a criança, possuem então diferentes linguagens, sendo que o adulto responde pela linguagem da paixão e a criança, provinda da linguagem da ternura (Canavêz & Herzog, 2012). E é pelo desencontro de ambas linguagens que a criança busca então um suporte em um terceiro adulto de confiança, na medida que não dispõe de elementos suficientes para elaborar o ocorrido (Canavêz, 2013; Canavêz, 2021) e nomear o indizível (Kupermann, 2019b). É através do não-reconhecimento deste terceiro, pela situação vivenciada pela criança, que está o segundo tempo do trauma, o desmentido.

Para Ferenczi, o traumático não está na ocorrência do evento, e nem no grau de violência, mas sim em algo que pode se dar ou não neste segundo tempo, o “*Verleugnung* -

ou desmentido, o qual se trata da afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento (...) é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico” (Gondar, 2012, p. 196). É a consumação do “tempo do desmentido”, apontado por Kupermann (2019b, p. 59) como o momento no qual o trauma assume então a sua faceta desestruturante, ou seja, momento em que esse terceiro que supostamente auxiliaria a criança a nomear o indizível, e que auxiliaria a autenticar a sua dor, abandona e desmente a versão da criança, sem reconhecer a sua dor ou por vezes a castigando (Kupermann, 2019b).

O desmentido na clínica com mulheres em situação de violência é percebido muito nitidamente quando estas deparam-se com o sistema jurídico. Desde o primeiro contato com as equipes da Brigada Militar para registro de ocorrência, quando da invalidação das suas denúncias e dos tipos de violência sofridos, seguindo quando elas se deparam com o judiciário e a movimentação de um processo, como o de Violência Doméstica. Ocorre, muitas vezes, o não-reconhecimento e a não-validação perceptiva e afetiva da violência sofrida, muito pelo fato ainda das mulheres serem colocadas em um lugar de *submissão social*, sendo muitas vezes silenciadas. Tais atrocidades deixam marcas profundas quando invalidam seus sofrimentos e, principalmente, minimizam as violências sofridas. Aqui é importante pensarmos que faz parte desta submissão social o pacto entre os homens, o pacto do patriarcado que está sempre às voltas de assegurar a posse do corpo das mulheres.

Neste contexto, Gondar (2012) traz que as ideias de Ferenczi são bastante atuais, quando pensamos nos efeitos do desmentido, pois revelam a *precariedade* que nos funda e que está na base do nosso laço social. E complementa que o desmentido expõe, tanto na criança traumatizada pela hipocrisia dos adultos quanto no sujeito traumatizado pela violência social, uma mesma vivência de aniquilamento. A autora ainda supõe que:

(...) uma catástrofe não é necessariamente traumática; ela pode se tornar traumática se ao desastre se somar esse outro elemento, capaz de minar a confiança básica, em si, no outro, na vida. Esse elemento é o desmentido, apontado, ainda que não nomeado, no testemunho dos sobreviventes e nas pesquisas de um sociólogo que foi a campo disposto a ouvi-los. É possível que um conhecimento da teoria ferencziana fizesse essas pesquisas avançarem. Se uma intuição do desmentido é um ponto de chegada nos estudos sociológicos sobre o trauma, a noção de desmentido ou descrédito é, em Ferenczi, um ponto de partida (Gondar, 2012, p. 199).

Ou seja, se tomarmos o que Gondar nos traz em relação a episódios de catástrofes e

relacionarmos ao contexto da violência contra a mulheres, podemos pensar que, muitas vezes, o que torna mais traumática as suas vivências é a experiência do desmentido que sofrem dentro do sistema judiciário, da invalidação das suas palavras e das suas denúncias, o quanto o judiciário admite suas queixas e reconhece, ou não, a sua necessidade de reparação. “(...) tudo isso configura uma atitude que pode se estender ao campo da cultura, do direito, e mesmo da macropolítica” (Gondar, 2012, p. 200).

Lembro-me quando uma das mulheres atendidas por mim no Projeto Borboleta relatou, em um primeiro atendimento, toda violência que havia sofrido do ex companheiro. Na ocasião, havia retomado o relacionamento, mesmo com as Medidas Protetivas, algo muito corriqueiro quando as mulheres ainda estão vulneráveis emocionalmente e dentro do ciclo da violência. Ela trouxe que, após as diversas agressões físicas que sofreu, o ex-companheiro a esganou, em uma clara tentativa de acabar com sua vida. Diz que ficou tonta e sem ar e, quando o ex companheiro percebeu que ela estava quase desmaiando, a soltou. Após a filha desta mulher acionar a Brigada Militar, o indivíduo foi preso, não pela tentativa de estrangulá-la, mas sim pelo descumprimento das Medidas Protetivas. Tal ocorrido reverberou durante muitos atendimentos e também durante a audiência de condenação do ex-companheiro. Mais uma vez, seguindo o que foi escrito na ocorrência policial, o acusado foi condenado por descumprimento das Medidas, com uma pena extremamente branda. O que ocorreu por parte da equipe policial foi uma interpretação torpe dos fatos ocorridos. Jamais foi citada ou levada em consideração a tentativa de feminicídio sofrida e relatada por essa mulher.

Pensando nesta situação e em outras tantas dentro da clínica da escuta de mulheres em situação de violência, é imprescindível escrever sobre Ferenczi e trazer o seu olhar sensível a respeito da normatividade. Gondar (2020) afirma que o psicanalista sempre apontou críticas à normatividade dentro da psicanálise, da pretensa hipocrisia do analista perante a neutralidade e às denúncias do dispositivo psicanalítico clássico. A autora reitera que, dentro da clínica, Ferenczi sempre teve mais afinidade com o lado mais frágil da corda, denunciando o quanto “as mulheres, as crianças e mesmo os pacientes estavam sendo falados pela sociedade, que tentava submetê-los às próprias exigências, às próprias normas” (Gondar, 2020, p. 211).

Em concordância com as ideias de Gondar, Peron (2020) nos revela que, em seu texto intitulado *Do alcance da ejaculação precoce*, Ferenczi problematiza os efeitos da

prevalência paterna como organizadora da subjetividade, quando diz que:

ao descrever a frustrante vida sexual das mulheres casadas, com neurose de angústia, ele afirma em 1908, na primeira página do artigo: “Esse estado, quando se torna permanente, leva necessariamente a um estado de tensão nervosa; só o egoísmo masculino, sobrevivência do velho regime patriarcal, pôde desviar a atenção dos homens... logo dos médicos, deste problema” (Peron, 2020, p. 295).

Assim, a obra de Ferenczi, pensador subversivo e pioneiro em muitos quesitos dentro da psicanálise, traz reflexões importantíssimas a respeito do feminino, falando então, do pensamento patriarcal, intrínseco na criação da teoria. Para além disso, conforme afirma Romão-Dias (2020), Ferenczi deixa em sua obra, brechas interpretativas importantes quando utiliza aspas para delimitar funções do feminino e no masculino, fazendo com que encontremos, tanto em Freud quanto em Ferenczi, ambiguidade e flexibilidade que permitem tratar masculino e feminino como posições não necessariamente encarnadas por homem e por mulher. Por fim, sentimos ser importante trazer Ferenczi como autor fundamental para a discussão no que tange ao entendimento das violências sofridas pelas mulheres, tanto pela questão do trauma quanto pelas pistas que o autor deixa sobre uma percepção dos efeitos do patriarcado sobre a psicanálise.

2. OBJETIVOS

O objetivo desta dissertação é identificar, na narrativa de uma mulher em situação de violência, elementos que permitam explorar as experiências do trauma e do desmentido, a partir das contribuições psicanalíticas de Ferenczi articuladas a uma perspectiva de gênero.

3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O projeto de pesquisa foi realizado conforme a resolução do Conselho Nacional de Saúde, nº 466/2012, que dispõe sobre normas de pesquisa com seres humanos e pela Resolução 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Este estudo se enquadra no referido por esta última resolução, no artigo 1, quando destaca estudos que não precisam ser registrados e avaliados pelo sistema CEP/CONEP. O parágrafo único, inciso 7, refere: “pesquisa que objetiva o aprofundamento

teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”.

4. METODOLOGIA

O processo de pensar a pesquisa com o método psicanalítico é composto de diversas particularidades e é considerado, conforme afirma Mezan (2006), como um território bastante heterogêneo. Diferentemente das ciências positivistas, cujas pesquisas buscam mensurar determinado fenômeno através de escalas, protocolos e análises quantitativas, a pesquisa em psicanálise busca, como bem pontuam Fortes e Macedo (2017), sustentar suas bases através de uma ciência fora do âmbito da ciência tradicional e amparada na ética do método psicanalítico.

Tal método implica em uma entrega do pesquisador a seu objeto e o deixar-se fazer por ele dentro desta relação. A construção desta escrita avança na medida em que ocorrem as elaborações e descobertas, havendo então o que Figueiredo e Minerbo (2006) postulam como uma transformação do objeto, cujo olhar do psicanalista desconstrói e transforma, na medida em que se torna capaz de perceber aspectos antes não visualizados.

Neste sentido, ancorada na proposição de Lo Bianco (2003), objetos são as produções que emergem na cena analítica. Tal espaço de cena é compreendido de modo amplo, não apenas restrito a um setting de análise clássica, mas de diversos espaços nos quais a análise se constrói. É, então, através da experiência analítica que se cria a condição concreta para uma construção teórica da metapsicologia (Birman, 2018). O pesquisador, está submetido ao exercício de um saber que se autonomiza e dirige-se a um objeto que tal saber domina, manipula, ou seja, o objeto de pesquisa (Lo Bianco & Costa-Moura, 2013). Como as autoras bem sinalizam, a consequência então dessa relação com o objeto de pesquisa é de um pesquisador indissociável do material que analisa. De modo semelhante, Silva e Macedo (2016) afirmam que o pesquisador tem participação ativa fundamental para que haja a emergência do material da escrita que ele é convocado a fazer.

Partindo, então, da compreensão de que a escrita do presente trabalho se constrói a partir de um método de pesquisa psicanalítico, retoma-se a intenção desta pesquisa, cujo intuito foi investigar, na narrativa de uma mulher em situação de violência, elementos que permitam explorar a experiência do trauma e do desmentido, articulando tais conceitos em

Ferenczi, numa perspectiva de gênero. Para dar conta de tal questão, a escrita desta dissertação foi amparada em 3 tempos, seguindo os passos metodológicos propostos por Silva, Oliveira e Ferrari (2022), em articulação com a teoria de Ferenczi.

4.1. Tempos de pesquisa

Lo Bianco (2003) nos traz que é dentro da relação, do processo em que estão implicados o analista e o analisante, que o inconsciente irá se constituir e se fazer presente no ato da escuta do analista, pois é ao se constituir e dar consistência ao objeto e divisar-lhe o modo de operação, que se concebe o método de pesquisá-lo. Logo, é nesse “entre”, nesta relação, que esta pesquisa se coloca, no sentido de buscar respostas ao fenômeno da violência, às vivências traumáticas das mulheres através de um lugar, de uma perspectiva de gênero, partindo da escuta de uma mulher.

Através das discussões realizadas no grupo de pesquisa – NEPIs - acerca do texto de Kupperman (2017) é que surgiu a ideia de pensar em marcadores metodológicos apoiados na teoria de Ferenczi. Em um primeiro tempo, de acolhida e recebimento de mulheres em situação de violência no Projeto Borboleta, o princípio da hospitalidade, inserido em uma ética do cuidado, foi posto. Trata-se do momento em que todo material clínico foi tecido. Em um segundo momento, os diários clínicos permitiram que fossem colocadas as percepções acerca dos atendimentos a uma destas mulheres, ou ainda, “*isso que me passa*” (Larrosa, 2011) em um relato íntimo e com narrativas importantes acerca das percepções dos atendimentos. Por fim, a escrita e suas teorizações, na qual proponho a construção teórica da escrita, unificando os tempos da hospitalidade e dos diários clínicos através da proposição de eixos temáticos para amparar a discussão.

4.1.1 Primeiro Tempo: a hospitalidade na clínica psicanalítica

Em seu escrito acerca dos princípios para uma ética do cuidado, Kupperman (2017) faz uma releitura do conceito de hospitalidade presente no texto de Ferenczi *A adaptação da família à criança* (Ferenczi, 2011). Neste ensaio, Ferenczi traz uma réplica dos escritos freudianos acerca do estado de desamparo que marca o ser humano desde o seu nascimento, trazendo uma mudança de paradigma na discussão, não mais operada na experiência individual do sujeito pulsional, mas sim na indiscernibilidade entre o bebê e o ambiente - a

família que o acolhe (Kupperman, 2017).

Quando Ferenczi faz a *torção* da adaptação da família à criança, evidencia a importância dos pais no processo de reconhecimento das necessidades primordiais dos filhos e o preparo do ambiente para a recepção e hospitalidade daquela criança que chega. Para tanto, o autor sinaliza a necessidade do cuidador não ignorar os *acessos de cólera* da criança perante suas dificuldades, para que não haja o recalçamento das suas emoções, mas sim, que se trate as crianças com prudência, “permitindo-lhes que ajam até um certo ponto de acordo com seus impulsos, oferecendo-lhes, por outro lado, a possibilidade de sublimá-los, então o caminho será para eles muito mais suave, e aprenderão a orientar suas necessidades primitivas no rumo da utilidade” (Ferenczi, 1927/2021, p. 8).

Assim, é sobre o fato de estar atento aos processos individuais de cada criança e ao não recalçamento de tais impulsos nos diversos momentos do seu desenvolvimento que se baseia a hospitalidade descrita por Ferenczi. É através da hospitalidade que, segundo Kupermann (2019a), o primeiro princípio para uma ética do cuidado em psicanálise é colocado, no sentido de que somos todos dependentes, ao longo da vida, da hospitalidade parental e familiar para acolher os modos de expressão das nossas singularidades.

Nesse viés, através do entendimento da hospitalidade como um marcador conceitual importante nos escritos de Ferenczi é que tal conceito foi tomado como um primeiro tempo metodológico. É através da hospitalidade, do receber bem, do acolhimento, que se ampara o processo de escuta de todas as mulheres que ingressam e são acompanhadas no Projeto Borboleta. Esse primeiro momento é primordial, no sentido de uma não reprodução de uma nova violência no amparo das mulheres. Conforme referido anteriormente, Gondar (2016), acerca dos estudos do trauma de Ferenczi, nos sinaliza que a comoção psíquica do processo traumático acontece neste segundo momento, no qual o sofrimento de quem experimenta a violência não é reconhecido.

Minha experiência na clínica dentro do Projeto Borboleta iniciou em meados de junho de 2020, ainda na posição de estagiária de Psicologia, no último ano de graduação. Após a formatura, ingressei então no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher como Psicóloga, na modalidade de estagiária de pós-graduação, atuando então no acolhimento das mulheres que ingressam com Medidas Protetivas de Urgência contra seus agressores. Os pedidos e despachos de Medidas Protetivas são numerosos. Quando, na ocorrência, o juiz identifica alguma demanda importante ou ainda algum caso de vulnerabilidade, faz o encaminhamento da mulher e do seu agressor através do

Despacho/Decisão do/a Juiz para o acompanhamento pelo Projeto Borboleta.

A mulher encaminhada para a equipe do Projeto Borboleta, passa por uma entrevista inicial (através de vídeo chamada durante o período da pandemia). Essa entrevista busca, num primeiro momento, o acolhimento. A partir daí, busca-se, através de algumas questões norteadoras, avaliar os riscos de violência contra essa mulher que ainda possam haver, entender sua história familiar, o contexto em que se encontrava quando viveu as violências, detalhar a situação em si, investigar sua rede de apoio, orientá-la a respeito das Medidas Protetivas, consulta processual e acompanhá-la a partir de então. Nesta entrevista, já é possível perceber aspectos importantes acerca de todas as experiências vivenciadas no reconhecimento das suas violências. Para tal, são utilizadas como base as seguintes perguntas norteadoras:

1. Característica da situação familiar (com quem reside, nº de filhos, idade, quem cuida, responsável);
2. Característica da situação de violência (tempo de convívio com o agressor, uso de drogas, alcoolismo, tipo de violência);
3. Transgeracionalidade da violência (explicar se na família de origem também houve violência – até que geração tem conhecimento; se adotiva perguntar sobre o que sabe em relação à violência tanto da família biológica quanto da adotiva);
4. Situação de saúde da mulher e do acusado - problemas de saúde/internação (descrever o problema, médico que atendeu, medicação, duração do problema, se ainda se trata, tentativas de suicídio, alcoolismo e uso de drogas, etc.); o mesmo se familiares tiverem tido problemas psiquiátricos, mortes violentas, suicídios, etc.;
5. Problemas com os filhos – já teve ou tem processo envolvendo os filhos (disputa de guarda, alienação parental, processo no juizado da infância e juventude), já foi chamada no conselho tutelar? Por quê?;
6. Fez ou faz uso da rede de atendimento;
7. Possui rede de apoio familiar/amigos;
8. Possui processo na vara de família;
9. Deseja continuar com o processo crime;
10. Deseja dar continuidade à medida protetiva;
11. Parecer/conclusão.

Além disso, é utilizado como material de suporte para a entrevista o Formulário Nacional de Avaliação de Risco⁷, que é preenchido pela vítima na Delegacia, no momento em que faz a denúncia das agressões. Entende-se que, neste momento do preenchimento, a mulher está bastante abalada e que muitas informações importantes podem passar despercebidas. Por isso, a importância de tais informações constarem no Relatório Psicológico.

Desde a ocorrência policial, muitas mulheres trazem em suas falas que ainda são colocadas no lugar de culpadas das violências sofridas. Além disso, é bastante evidente o descrédito de muitas delas com o sistema jurídico e o rumo de seus processos, além do sentimento de insegurança perante os seus agressores e uma nova tentativa de contato dos mesmos.

Neste sentido, desde o primeiro contato, já surgem aspectos importantes acerca das diversas violências de gênero experienciadas. Partindo deste contato inicial, é elaborado o Relatório Psicológico, no qual são sinalizados apontamentos importantes para conhecimento do/a Juiz, como o estado em que a mulher se encontra, o encaminhamento para avaliação psiquiátrica do agressor, avaliação social da família ou ainda os pedidos de renovação de medida protetiva. Dependendo da gravidade das demandas, elas podem ser encaminhadas para psicoterapia com as psicólogas e estagiárias do Projeto Borboleta. Este acompanhamento é amparado na modalidade de Psicoterapia Breve, tendo em vista que, infelizmente, são muitas mulheres que necessitam deste espaço de escuta e que o Projeto acaba não dando conta das demandas que chegam até ele.

Esse espaço de escuta individual é marcado por um espaço de acolhimento. As mulheres que chegam ao projeto estão bastante mobilizadas emocionalmente, muito por conta da condição de assujeitamento na qual se encontravam dentro das suas relações. Um dos principais objetivos dentro deste espaço individual é, então, auxiliar as mulheres a resgatarem a sua condição de sujeito, sua autoestima, a retomada das suas vontades e

⁷ O Formulário Nacional de Avaliação de Risco será preferencialmente aplicado pela Polícia Civil no momento do registro da ocorrência policial, ou, na impossibilidade, pela equipe do Ministério Público ou do Poder Judiciário, por ocasião do primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar. É facultada a utilização do modelo de Formulário Nacional de Avaliação de Risco por outras instituições, públicas ou privadas, que atuem na área da prevenção e do enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. O Formulário Nacional de Avaliação de Risco é composto de questões objetivas (Parte I) e subjetivas (Parte II), e será aplicado por profissional capacitado, admitindo-se, na sua ausência, o preenchimento pela própria vítima, tão somente, quanto às questões objetivas (Parte I). Após sua aplicação, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco será anexado aos inquéritos e aos procedimentos relacionados à prática de atos de violência doméstica e familiar contra a mulher, para subsidiar a apreciação judicial de pedidos de medida protetiva de urgência e/ou cautelar, bem como a atuação do Ministério Público e dos demais integrantes da rede de proteção. (Resolução Conjunta CNJ e CNMP n. 05/2020, art. 3º a 5º).

desejos, por vezes encobertos dentro de um relacionamento marcado pela violência.

As mulheres também são convidadas a participar do Grupo de Acolhimento do Projeto Borboleta, que ocorreu de maneira virtual através da plataforma *Google Meet* durante a pandemia, todas às terças, às 14h. Esse grupo foi coordenado pela Psicóloga do Juizado, também supervisora. Conta com o auxílio de duas psicólogas, lugar em que eu atuava, e três estagiárias de psicologia. Neste grupo, semanalmente são trazidos convidados/convidadas/convidades que buscavam conversar com as mulheres acerca da temática da violência doméstica, do empoderamento feminino, do feminismo e das relações de gênero. Em alguns grupos eu também atuava na coordenação, buscando trabalhar com as mulheres estudos feministas. Participavam cerca de 15 a 20 mulheres, em um grupo bem variado, pois semanalmente ingressavam novas mulheres no projeto. Esse grupo, além de trazer atividades no sentido de orientação, também se constituía como um espaço potente de fala, trocas de experiências e acolhimento, pois percebíamos que, ao longo do tempo, elas sentiam-se confortáveis para trazer suas vivências. Existe ainda um grupo no WhatsApp composto por mais de 200 mulheres, entre elas, as mulheres em situação de violência, psicólogas, assistentes sociais, advogadas e as juízas do Juizado de Violência Doméstica. Ali funciona um importante canal de comunicação das mulheres, inclusive acerca das reuniões semanais.

4.1.2 Segundo Tempo: diários clínicos

O segundo momento da pesquisa se refere à escrita dos diários clínicos. Trata-se de anotações, apontamentos, observações, notas escritas desde o ano de agosto de 2020, na época sem pretensões de pesquisa, mas sim como material de estudo dos casos acompanhados dentro do Projeto Borboleta. Percebi, ao retomar a escrita do projeto de pesquisa e as leituras, que tais materiais compunham elementos de extrema riqueza, os quais senti a necessidade de trazer para a escrita da dissertação. Pensando no que afirma Lo Bianco (2003), é no material clínico que a pesquisa ganha seu colorido, sua vivacidade e, acima de tudo, sua originalidade em relação às pesquisas desenvolvidas em outros campos. Assim, penso ser um material que pode contribuir muito para as discussões na escrita, pela sua peculiaridade.

É através da experiência da clínica do acompanhamento individual de mulheres em

situação de violência que se situa a participante desta pesquisa. Tal material, escrito nos diários clínicos, foi construído desde a minha experiência enquanto estagiária de psicologia, no ano de 2020, até meados de dezembro de 2021. Compreende os registros em diários clínicos do atendimento a uma das mulheres acompanhadas. Inicialmente, foi realizada uma entrevista com essa mulher, cujo intuito era a elaboração de um Relatório Psicológico, para ser anexado ao seu processo, conforme descrito acima. Porém, a partir desta entrevista inicial, foram identificadas demandas importantes de saúde mental, o que abriu então a possibilidade dela permanecer em acompanhamento psicológico. Tal acompanhamento ocorreu semanalmente de dezembro de 2020 até meados de fevereiro de 2022, totalizando em torno de 50 atendimentos. Os registros de 16 diários clínicos foram utilizados para compor a escrita desta dissertação. Como critério de escolha de quais registros incluir, após a leitura de todos os diários, priorizo os registros em que Judite traz em sua fala as questões relacionadas às situações de violência de gênero, trauma e a sua relação com a justiça, deixando de fora, registros de sessões cujas questões trazidas fossem mais relacionadas às suas relações familiares, com os filhos, a fim de, então, preservar a sua história e identidade, bem como para manter um determinado recorte para discussão.

Quando pensamos em diários clínicos, imaginamos a diversidade de materiais que ali se colocam. Silva, Oliveira e Ferrari (2022) nos convocam a pensar sobre o que esse tipo de material abarca, para além de um relato meramente descritivo e objetivo, mas de uma escrita pessoal que propõe falar deste “*isso que me passa*”, descrito por Larrosa (2011). A escrita dos diários traz em si algo daquilo que me passa naquele momento, inquietações, narrativas importantes, observações no processo de escuta das mulheres que trazem ao mesmo tempo algo muito íntimo do meu lugar enquanto analista naquele momento.

Silva, Oliveira e Ferrari (2022) relatam a referência aos diários de Ferenczi (1990), reunidos no livro *Diário Clínico*. Nesta obra, Ferenczi traz percepções acerca do seu sentimento enquanto analista, quando fala de um outro conceito importante em sua obra, do “sentir com”, que possibilita uma entrega ainda maior no sentido do analista sentir junto com o paciente. Trata-se daquilo que Kupermann (2017) vai considerar como um segundo princípio para uma ética do cuidado.

A vantagem do “sentir com” é o poder de penetrar profundamente nas sensações dos outros e o desejo de ajudar, compulsivo, que os pacientes acolhem com gratidão. Cedo ou tarde, o paciente deixa de encontrar qualquer proveito no simples “sentir com”. Ou querem ficar comigo e que eu os faça felizes para o resto da vida (Ferenczi,

1990, p. 97).

É essa sensibilidade do analista, a qual Ferenczi tanto menciona em seus trabalhos, que os diários clínicos buscam transcreever. Em *Elasticidade da técnica psicanalítica*, Ferenczi (2011c) retoma o conceito de tato psicológico, que se refere a saber quando o analista comunica algo ao paciente ou não, utilizando para isso, o conceito de *Einführung*, o que ele chama de “*sentir com*”.

É parte das narrativas dos diários, aquilo que me passa, do que me afeta, que compõe a sua escrita. Em relação a isso, Kupermann (2017) rememora a concepção ferencziana da palavra, não apenas como um modo de expressão, mas também a expressão de uma onipotência criadora, da relação com o gesto, “ a palavra-gesto, a palavra-corpo, preserva o poder de afetação do outro e, portanto, o poder de influenciá-lo” (Kupermann, 2017, p. 33).

4.1.3 Terceiro Tempo: escrita e suas teorizações

A teoria é lugar de endereçamento privilegiado do impacto que a
experiência da escuta e da transferência causa no analista (Fulgencio &
Coelho, 2018)

Partindo deste trecho do texto de Fulgencio e Coelho acerca das relações entre empiria e teoria em psicanálise, entendemos a importância do lugar da teoria na escuta analítica e também junto da escrita. Assim, faz-se importante, após a passagem pelo tempo da hospitalidade e pela escrita dos diários clínicos, trabalhar tais vivências através da escrita e sua teorização. Para os autores:

As teorias, na psicanálise, são os lugares de elaboração de uma experiência singular, cujo impacto o analista sente “em seu ser”, segundo Lacan (1966a). Ao mesmo tempo, elas devem oferecer-se à partilha. Isso implica que elas devem preocupar-se em serem compreendidas (Fulgencio & Coelho, 2018, p. 53).

É através da elaboração da experiência que surge o tempo de teorização. Para isso, Silva, Oliveira e Ferrari (2022) sinalizam que a metapsicologia seria a maneira de ler o relato clínico em chave psicanalítica. De modo semelhante, Silva e Macedo (2016) apontam que é por meio desta singular forma de ler e reler o material, que teorizações podem passar a alicerçar os eixos interpretativos que surgirão da análise do material.

Este momento deve ser marcado por um rigor metodológico, no sentido de orientar

as reflexões acerca da discussão (Silva & Macedo, 2016). A elaboração teórica deve ter por traço ser partilhável, transmissível e endereçada ao outro (Fulgencio & Coelho, 2018, p. 51).

Freud (1996), na sua série de textos que discutem a metapsicologia, nos convoca a pensar nos fundamentos da atividade científica e a sua teorização acerca dos fenômenos, quando diz que:

O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias - que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência - são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. (Freud, 1996, p. 71).

Para Fulgencio (2003), quando Freud trata das idéias abstratas, está falando das pulsões, cuja finalidade no material clínico é de ordenar e integrar os fatos a serem analisados sistematicamente, um conceito metapsicológico pressuposto para que, então, os fundamentos empíricos possam ser entendidos. É através do conceito que é possível constituir um saber sobre o objeto. Vorsatz (2018) nos convida a pensar que somente a percepção imediata (e sua descrição) da diversidade do campo sensível não faz com que seja possível constituir um saber, episteme, mas apenas uma opinião baseada na impressão sensível. A constituição de um saber somente se daria através da definição conceitual, que atua como operador.

Assim, entendendo acerca da importância da conceitualização no campo psicanalítico como um ponto fundamental para a discussão deste projeto, retomo os objetivos desta escrita ao buscar na narrativa de uma das mulheres em situação de violência, elementos que permitam explorar as experiências do trauma e do desmentido, a partir de uma perspectiva de gênero. Trata-se então do caso de Judite⁸. A acompanhei no período de outubro de 2020 até meados de março de 2022. Nossa relação terapêutica se encerrou em consequência da minha saída do juizado em abril de 2022.

⁸ O nome Judite e de todos os membros do seu ciclo familiar, bem como do ex-companheiro são fictícios, a fim de evitar qualquer identificação da mulher cuja escuta será relatada neste escrito. Outras informações como idade e parte das narrativas foram alteradas com a mesma finalidade, sem o comprometimento de nada essencial para as análises aqui realizadas.

O caso de Judite foi escolhido devido aos registros e afetações que suscitaram em mim. Além disso, a acompanhei durante todo o período em que trabalhei dentro do Juizado. Ou seja, desde quando fui estagiária de psicologia até após a minha graduação enquanto psicóloga. Foi um caso que me mobilizou bastante, principalmente pelas constantes violências que Judite sofria mesmo após a concessão das Medidas Protetivas. Seu sofrimento perante o que viveu também era bastante significativo.

A escolha de Judite também diz sobre o respeito à sua história. Mulher periférica, branca, de classe social pouco abastada, que viveu anos na sombra de um relacionamento abusivo, fruto de um casamento arranjado e que conseguiu então, após tanto tempo, olhar para si e se libertar das amarras do ciclo da violência. Tudo isso ao custo de muitas dores, marcas inscritas no seu corpo e no seu psiquismo. Mas de uma coragem que transcende e instiga outras mulheres na mesma situação. Sua história é inspiradora e me atravessa profundamente até hoje.

É importante destacar que apenas o relato do primeiro atendimento de Judite resultou na elaboração de um Relatório Psicológico, que foi anexado ao seu processo. Os demais apontamentos dos diários clínicos permaneceram apenas comigo, sem estarem escritos em nenhum documento, exceto em meus cadernos físicos.

Assim, para dar conta das articulações teóricas e conceituais, a análise do material produzido no atendimento de Judite foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, os diários clínicos foram transcritos em arquivos de *Word* e após, lidos e relidos, a fim de analisá-los. No segundo momento, foram destacados trechos deste material escrito, e a partir desses recortes, organizados em eixos interpretativos, tomando como base a proposição de Silva e Macedo (2016) para melhor análise do material da pesquisa.

Foram estabelecidos 4 eixos para a discussão do material dos diários clínicos. O primeiro eixo interpretativo intitulado “**Lugar de fala, de escuta e a hospitalidade no início de um processo de violência doméstica**”, versa sobre a hospitalidade na clínica, em especial se tratando de um caso de violência doméstica. Utilizo como base para a escrita desse capítulo o primeiro contato com Judite, momento em que foi realizada a entrevista psicológica para elaboração de um relatório psicológico, solicitado judicialmente.

O segundo eixo, “**Por uma ética do cuidado: sobre o sentir com**”, aborda um conceito bastante discutido em Ferenczi e por seus estudiosos na atualidade, o qual fala da experimentação dos afetos e sensações do lugar do analista no encontro com a alteridade do outro. Aqui, busco relacionar o sentir com a minha experiência clínica, em específico com o

caso acompanhado.

No terceiro eixo, intitulado “**As dimensões do trauma**”, busco, com base no material que emergiu dos diários clínicos, explorar elementos da dimensão do trauma, do desmentido e da clivagem traumática, utilizando como operador conceitual a obra de Ferenczi.

Por fim, no eixo interpretativo que fala sobre “**Os papéis de gênero inscritos nas diversas formas de violência**”, busco discutir como o discurso da diferença sexual se inscreve nos relatos dos diários, assim como proponho uma discussão acerca da força das diversas formas de violência (física, psicológica e sexual) e suas implicações psíquicas no caso acompanhado.

Tal análise será apresentada a seguir. Os trechos retirados de maneira literal dos diários clínicos estão destacados no corpo do texto da discussão em *itálico*, a fim de melhor situar o leitor do que se trata.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Lugar de fala, lugar de escuta e a hospitalidade no início de um processo de violência doméstica

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020, p. 78-79).

O relato que será descrito a seguir versa sobre o primeiro acolhimento de Judite e foi coletado do diário clínico de outubro de 2020. É importante salientar que o caso e os recortes dos diários clínicos foram escolhidos a partir de questões transferenciais que foram surgindo ao longo das sessões que tivemos e também a partir da escrita deste trabalho. Todo processo de escuta na psicanálise é instrumentalizado pela transferência. Na clínica freudiana, o aparecimento da noção de transferência é concomitante ao surgimento da psicanálise (Lourenço & Preto, 2005) e compreende o lugar em que o analisante coloca o seu analista no processo analítico, *transferindo* sentimentos com relação às figuras familiares.

Freud (1996) no texto *A dinâmica da transferência* vai nos trazer que:

[...] permanece sendo um enigma a razão por que, na análise, a transferência surge como a resistência mais poderosa ao tratamento, enquanto que, fora dela, deve ser encarada como veículo de cura e condição de sucesso. Pois nossa experiência demonstrou - e o fato pode ser confirmado com tanta frequência quanto o desejarmos - que, se as associações de um paciente faltam, a interrupção pode invariavelmente ser removida pela garantia de que ele está sendo dominado, momentaneamente, por uma associação relacionada com o próprio médico ou com algo a este vinculado (Freud, 1996, p. 60).

É possível entender, a partir das contribuições de Caon (1994), que o processo de transferência é invocado tanto para a identificação da estruturação da situação psicanalítica de tratamento como também para a estruturação das situações psicanalíticas de pesquisa, como utilizado aqui. O autor insiste, ainda, na possibilidade de instrumentalizar a transferência e redimensioná-la, na pesquisa psicanalítica, através da produção de um texto metapsicológico (Caon, 1994, p. 148).

As elaborações acerca da transferência em Ferenczi estão no seu artigo *Transferência e introjeção* (Ferenczi, 2011f). Neste escrito, o autor retoma o conceito freudiano de transferência como “reedições, reproduções de tendências e de fantasias que a progressão da análise desperta e deve tornar conscientes, assim, irão se caracterizar pela substituição de pessoas importantes pela pessoa do médico” (Freud, 1906 apud Ferenczi, 2011f, p. 87).

Começo a narrar a escuta de Judite. Seu processo chega até mim através do seu encaminhamento ao Projeto Borboleta. Esse encaminhamento é realizado dentro do processo de violência doméstica através de um Despacho Judicial pelo juiz(a) que acompanha o caso. O primeiro contato que faço com Judite para agendar essa entrevista é por telefone, via mensagem do *WhatsApp*. Nesta mensagem explico sobre o Projeto Borboleta, quem somos e qual o objetivo de agendarmos um horário presencial ou *online* para a realização de uma entrevista, que foi solicitada via despacho judicial, a fim de entender melhor a situação de violência em que ela se encontrava. Judite se apresenta aberta à realização desta entrevista, porém opta pela opção *online*, devido ao momento da pandemia e a sua dificuldade de deslocamento até o Fórum Central. Assim, a oriento sobre a entrevista *online*, sobre a média de tempo de duração, em torno de 1 hora, e sobre a importância de ela estar em um local com privacidade, silencioso, para que possa estar mais à vontade para conversar.

Antes das entrevistas, há todo um preparo também no *setting* do atendimento. Na modalidade *online*, esse cuidado ainda é maior, visto o risco de intercorrências que possam acontecer que fogem do nosso controle, distintas das que ocorrem na modalidade presencial. Buscamos um espaço silencioso, preferencialmente com poucos estímulos visuais atrás da tela, para que o foco do atendimento não se perca. Separo papel e caneta, um pouco de água e me preparo para fazer a chamada para Judite no dia e hora marcado.

Judite é pontual e essa é uma característica que se estenderá ao longo de todos os atendimentos. Antes de ligar por vídeo chamada, envio uma mensagem perguntando se está tudo pronto e ela afirma que sim. Quando ela atendeu minha chamada, começo me apresentando novamente e a questiono sobre o local em que irá realizar a chamada, se trata-se de um ambiente seguro, visto que está na cozinha. Ela afirma que sim, que na cozinha consegue ter privacidade, pois seu pai e sua filha, que residem na mesma casa, estão no quarto e a cozinha fica em uma posição especificamente mais isolada. Me chama atenção o atendimento ser na cozinha, e ser esse local em que ela se sente segura para falar.

Começo então falando à Judite que li todo seu processo, inclusive seu Boletim de Ocorrência, mas que gostaria que ela me contasse um pouco mais do que aconteceu que a

levou a pedir a Medida Protetiva. Judite começa me falando que na semana em que fez a denúncia, Jorge (o então companheiro) estava muito alterado, que a raiva que ele sentia dela parecia ter se intensificado. Ele trabalhava fora com obras e por vezes chegava em casa com muita raiva e outras, alcoolizado. Nos últimos 10 dias ele não trabalhou tanto fora e passou vários dias com uma faca na cintura, reclamando dela, dos filhos, da casa, da comida... além disso, dava pequenos empurrões sempre que passava por ela e pela filha, Marina, de 14 anos. O filho Pedro, de 30 anos, também começou a perceber que o pai estava mais alterado que de costume e ficou preocupado, a alertando sobre e ficando mais próximo, já que morava em outro local. Em um certo dia, Marina, muito nervosa com a situação, disse a ela que acreditava que o pai iria matá-las, primeiro Judite, depois ela e o avô em seguida. Pergunto a Judite como ela se sentiu ouvindo tal colocação da filha, ela menciona que sentia que uma tragédia estava se aproximando.

Judite disse que já estava acostumada com o comportamento de Jorge, mas que o sentiu mais agressivo que de costume. Fala que, nestes últimos dias, ele vinha reclamando mais, exigindo mais dela. Reclamava da comida, da casa, da limpeza da casa e dos gastos. Questiono se ela tinha alguma fonte de renda ou se considera dependente economicamente de Jorge. Ela afirma que era Jorge quem custeava as despesas da casa e que ele sempre fazia questão de ressaltar isso. A relação já estava indo mal, segundo ela, há um bom tempo. Jorge bebia com frequência. Além disso, sempre houveram muitas traições.

Ela continua falando dos episódios destes 10 dias. E fala de uma noite que parece ser o ápice. Neste dia, Jorge alcoolizado, andando com uma faca na cintura, ficava rondando e olhando atravessado. Judite dizia que os olhos dele eram repletos de raiva. Após um dos empurrões que Jorge dá nela, a xingando por qualquer coisa, ela diz que não aguenta mais o inferno que estava vivendo e que queria se separar. Neste momento, ela relata que ele diz que não vai sair da casa, que considera dele, que pega uma faca e se lança contra uma das paredes da cozinha com a faca na barriga. Neste dia, Pedro, que presenciou a cena, salta e segura o pai, que não se machuca. Judite diz que intimamente tinha o desejo que ele morresse naquela ocasião e fala isso com muita raiva em meio às lágrimas. Pergunto a ela se foi a primeira vez que Jorge ameaçou se machucar, ela diz que não. Que sempre que ela falava em separação, o seu comportamento era o mesmo, de dizer que ia se matar e que sempre ela recuava. Mas que fazer algo a ponto de se machucar foi a primeira vez. Após Jorge sair de cena, ir para o quarto do casal e Judite ficar com os filhos na cozinha, Pedro diz que não vai mais deixar a mãe passar por aquilo tudo. Que uma hora o pai ia conseguir se matar ou matar a eles e que Judite precisava fazer alguma coisa. Judite chora muito

enquanto narra e fala de dias e anos que viveu com Jorge. Aproveito para perguntar por quantos anos eles foram casados. Me conta que foram casados por quase 40 anos, mas que ela nunca foi feliz. Na época, um casamento meio “arranjado”, pois Judite era “mãe solteira”. Teve dois filhos deste primeiro relacionamento anterior, Jorge, João e Carolina. Relata que a família ficou preocupada com o fato dela estar sozinha e que, em seguida, conheceu Jorge e logo trataram que o casamento ocorresse. Judite teve mais dois filhos.

Digo a ela que lamento muito por tudo que ela viveu nestes anos e que imagino o quanto deve ser difícil para ela rememorar tais episódios. Retomo mentalmente o que ainda preciso saber em relação ao relatório e pergunto a Judite o que mais aconteceu. Ela fala então que, após essa tentativa de suicídio de Jorge, ela liga para um dos irmãos dele contando a situação, para que eles possam fazer algo. Após, com o apoio do filho, vai até a DEAM⁹, acompanhada de seu filho, e relata todo o ocorrido, os anos que viveu ao lado de Jorge e os últimos acontecimentos de ameaças. A partir daí, na Delegacia, a orientam que peça pelas Medidas Protetivas de Urgência, para que, assim, Jorge saia de casa. Falam também em relação ao prazo de até 48 horas para que Jorge receba a intimação de sair da residência. Judite disse que foi orientada a não estar em casa neste momento do recebimento da intimação, mas que ela não tinha para onde ir. Seus irmãos moravam longe e não tinha mais a sua mãe. Neste momento, percebo Judite bastante tensa. Questiono a ela como se deram os próximos passos após a denúncia. Eu já havia lido na ocorrência policial que os fatos em si eram ainda mais graves. Judite conta que após ir à Delegacia retorna para casa, junto com o filho. Diz que Jorge dormia no quarto e que ela se trancou junto com os filhos e o pai em outro cômodo. Os dias seguintes se passam como de costume, Jorge ora fazendo provocações, ora mais quieto. Pergunto a ela se Jorge oscilava muito de humor durante o dia e ela afirma que sim, que parecia que morava com duas pessoas diferentes, mas nunca chegando a um momento de afeto, apenas que ele estivesse mais tranquilo.

No 2º dia após a realização da denúncia, chega então a intimação das Medidas Protetivas e afastamento do lar. Judite estava acompanhada dos filhos e disse que, perante o Oficial de Justiça que levou a intimação, Jorge pareceu muito tranquilo e adequado. Porém, após a saída do oficial, Judite relata que ele vai até a cozinha da casa, pega várias facas e

⁹ As DEAMs são as Delegacias Especializadas da Polícia Civil no Atendimento à Mulher e realizam ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito (Norma Técnica de Padronização - DEAM's, SPM, 2006). Nas unidades, é possível solicitar medidas de proteção de urgência nos casos de violência doméstica contra mulheres. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMs passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas (Coordenadoria estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2023; Coordenadoria da Mulher do Estado do Sergipe, 2023).

sobe até o segundo andar da casa. Fica ali por horas. Ela relata que todos ficaram com medo sem entender muito o que estava acontecendo. Ela e o filho tomam coragem, tentam se aproximar deste segundo andar da casa, fecham a grade da porta desta peça do segundo andar com um cadeado, com o intuito de tentarem um diálogo com Jorge. Esse é um momento muito tenso da entrevista, pois eu sentia o risco iminente de uma grande tragédia. E não entendia por qual motivo Judite ainda permanecia nesta casa.

Questionei ela sobre isso, que fez uma explicação a respeito da casa ser do filho mais velho dela, como herança do falecido pai, e que ela não se sentia no direito de sair do que era dela. Retoma então que, após fechar a grade, Jorge começa a gritar e se avança neles. Diz que não vai sair daquela casa, que também era sua. Pega as facas e diz a eles que caso tentem tirá-lo de lá, ele irá se suicidar, mas que antes irá matá-la. É angustiante ouvir tal relato.

Judite menciona que após ouvir as falas de Jorge, o filho Pedro liga para a Brigada Militar. Ambos esperam trancados em casa a chegada da polícia, que nem sempre é tão rápida. Refere que, quando a polícia chega e tenta acessar Jorge, este parece ser uma outra pessoa. A polícia invade esse segundo andar e quando pergunta o que ele estava fazendo, o mesmo diz que estava arrumando suas coisas. Ele esconde as facas, mas logo são encontradas. Sai dali algemado. Pergunto a Judite como ela se sentiu após ver o desfecho de Jorge, ela se dizia aliviada. Mas que, na Delegacia, Jorge foi solto, por ser réu primário e se comprometer em não chegar mais perto dela. Neste momento, Judite desaba em lágrimas, digo a ela que imagino o quanto deve estar sendo difícil para ela ter passado por tudo isso junto aos filhos, mas sinto ao mesmo tempo que parece não ter acabado. Ela me conta que sim, sentiu-se aliviada por Jorge ter saído de casa, mas que sua vida está igualmente infernal, pois vive com medo. Chora muito e permanecemos alguns minutos em silêncio.

Quando Judite me fala sobre o que está vivendo, suponho saber de que medo se trata. É um medo que consome, priva da liberdade, trata-se do medo após a denúncia, o medo do retorno e da vingança. É este medo que faz com que muitas mulheres não tenham forças para ir a uma Delegacia de Polícia, pois há um desamparo muito grande posterior à denúncia, a falta de segurança e proteção que o Estado não consegue fornecer a essas mulheres. É um relato infelizmente bastante comum dentro do juizado. Consigo sentir a tensão que ela está vivendo apenas quando ela fala da palavra medo. Segue então me contando que após Jorge sair de casa, ela compra muitas trancas, cadeados e passa a viver fechada dentro de casa. Consegue dinheiro emprestado, troca fechaduras, avisa vizinhos e familiares que Jorge não pode se aproximar. Fala do julgamento que vivem perante toda família não achar certo o que

ela fez. E diz que vive com medo de sair na rua, que já viu várias vezes Jorge com carros diferentes rondar sua casa.

Sinto em Judite o desespero do medo e do desamparo. Me fala que tem muitas dores, corporais, emocionais, que sofre muito. Me fala de muitos sintomas, dores, insônia, me sinto desesperada junto a ela. Falar de tudo isso a mobilizou, e trato de tomar o rumo do encerramento da entrevista, pois percebo que ela parece estar bastante exausta e eu também, e já passa de 1 hora. Questiono, por fim, se ela está fazendo algum acompanhamento psicológico ou psiquiátrico e como está a sua rede de apoio. Fala que apenas faz acompanhamento psiquiátrico, que não tem condições de fazer um acompanhamento psicológico. Me conta do apoio dos filhos e do pouco apoio familiar. Alguns vizinhos se mobilizaram e a acolheram muito bem em momentos mais difíceis. Sinto que a entrevista foi bastante longa, ultrapassando a 1 hora estipulada previamente. Falo a ela sobre o Grupo de Acolhimento do Projeto Borboleta e convido ela a participar. Me sinaliza muito interesse, pergunta se pode continuar conversando comigo. Fico de sinalizá-la sobre a possibilidade de acompanhamento após a autorização da supervisora de estágio.

Encerro dizendo a ela que, de tudo que falamos, irei elaborar um relatório para anexar ao seu processo e a questiono se alguma parte ela gostaria que eu não relatasse. Me diz que não, que por ela tudo bem a escrita do que foi dito. Pergunto como ela está se sentindo após esse momento de fala. Diz que se sente de certa forma aliviada por conseguir falar sobre para alguém do juizado. Encerra dizendo que acredita muito na justiça.

É ainda pulsante o que sinto em relação a Judite. Escrever hoje e relembrar todo processo terapêutico que vivemos ainda me causa algumas sensações, como a angústia perante a lentidão no andamento dos seus processos e pelas constantes quebras de medidas protetivas por parte do ex companheiro e as ameaças sofridas. Na primeira entrevista que acabei de relatar, senti muito sofrimento em sua fala, não apenas quando fala especificamente do relacionamento, do seu processo, mas também no que toca à sua feminilidade e aos seus desejos. Judite me parece que foi levada pelo filho a fazer a denúncia e ao fim do casamento assim como foi levada pela mãe e pelo pai ao casamento, sendo as grandes decisões e escolhas da sua vida, sempre levadas por algum outro, nunca sendo tomadas por ela. Penso também no local em que Judite faz essa entrevista, a cozinha. Como o lugar em que tudo aconteceu, a tentativa de suicídio de Jorge, os empurrões.

Após alguns dias, entro em contato novamente com Judite, conforme combinado no nosso primeiro encontro e, após conversa com a minha supervisora do Tribunal de Justiça,

achamos pertinente dar continuidade ao acompanhamento, devido ao seu estado emocional bastante mobilizado. Passo à Judite as possibilidades de horários para as sessões, dias possíveis e também combinações em relação à modalidade do atendimento. Combinamos que, sempre que possível, faríamos presencial, mas que dada a pandemia da Covid-19 e o aumento constante do número de casos positivos, por hora manteríamos *online*. E assim foi até o final do nosso acompanhamento.

Djamila Ribeiro (2017), em seu livro *O que é lugar de fala*, explora qual é esse lugar dentro do movimento feminista negro e nos traz, como uma das hipóteses, que somente partindo da teoria do ponto de vista feminista que é possível falar de *lugar de fala*. Ribeiro demarca ainda que o lugar social não é o que vai determinar uma consciência discursiva sobre esse lugar, mas que o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. E é a teoria do ponto de vista feminista que vai nos permitir refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e de outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder (Ribeiro, 2017, p. 40).

Para que esse lugar de fala se faça presente e para que, como cita Lélia Gonzalez (2020), as mulheres consigam assumir o ato de falar, é necessário que se crie um espaço para tal. Para além de assumir tal ato, as mulheres precisam se sentir seguras para tomar partido de tal posição. E é aí que entra a hospitalidade da clínica psicanalítica, conceito tão difundido nos textos de Ferenczi. No ensaio *A adaptação da família à criança* (Ferenczi, 2011), em que dá grande importância ao papel do ambiente e da família na constituição da subjetividade da criança, o autor refere que o recém-nascido já se encontraria fisiologicamente preparado para a transição que se opera no nascimento; mas, para que essa transição aconteça da forma mais suave possível, será indispensável o acolhimento proporcionado pela adaptação que a família tem de realizar a fim de tornar bem-vindo esse novo hóspede. Para com o *infans*, o bebê que não fala, a hospitalidade tem uma particularidade, pois ela deve ser sempre uma hospitalidade absoluta ou incondicional. Ela pressupõe a exigência de oferecer a quem chega uma acolhida sem condições (Osimo & Kupermann, 2012).

Na clínica do psicanalista, a hospitalidade implica a possibilidade de reconhecer o analisando como um estrangeiro que possui uma língua estranha ao analista, para que, assim, se evite na situação analítica a reprodução do desmentido (Osimo & Kupermann, 2012). Logo, se tem o cuidado para que a língua do analisando não seja de alguma forma desautorizada por outra que queira se colocar como legítima da verdade.

Penso que a hospitalidade ajudou Judite a encontrar seu lugar no *setting* terapêutico como um espaço seguro e também permitiu que ela trouxesse suas questões com mais segurança. A partir do momento em que passa a se enxergar como sujeito da sua própria história, rompe paradigmas, preconceitos e resistências ao ato de relatar a si mesmo. Spivak (2010) nos assinala que é necessário ter o cuidado de não constituir o outro no lugar de subalterno e tomá-lo como objeto de conhecimento, para que não se passe a falar em seu nome. A autora cita Foucault e Deleuze, quando retoma os papéis sociais e a posição do sujeito como objeto:

Foucault articula um outro corolário da negação do papel da ideologia ao reproduzir as relações sociais de produção: uma valorização não questionada do oprimido como sujeito, o "ser objeto" como Deleuze admiravelmente ressalta: estabelecer condições nas quais os prisioneiros seriam capazes de falar por si mesmo". Foucault acrescenta que "as massas sabem perfeitamente bem, claramente"- mais uma vez, aparece aqui a temática de não ser enganado - "eles sabem muito mais do que [o intelectual] e certamente o dizem muito bem" (Spivak, 2010, p. 29).

Logo, não somente na clínica é necessário esse cuidado, mas também neste momento *a posteriori*, da escrita e teorizações acerca dos diários clínicos e do lugar de fala da mulher. Kilomba (2019) responde à pergunta título de Spivak *Pode a subalterna falar?* com a impossibilidade para uma subalterna falar ou recuperar sua voz, pois essa mulher subalterna está confinada em uma posição de marginalidade e silêncio. A autora segue a discussão, acerca das ideias de Spivak, onde comenta que a impossibilidade da fala refere-se à dificuldade de falar dentro do regime opressivo do colonialismo e do racismo (Kilomba, 2019, p. 47).

Nesta perspectiva, podemos pensar que esse silenciamento que as autoras discutem é reproduzido também do ponto de vista do patriarcado nas mais diversas esferas sociais. Tomando como ponto para discussão as principais vias para denúncia de violência doméstica - a polícia e o judiciário; com posições na sua maioria marcadas por homens, uma mulher que chega para fazer uma denúncia de violência doméstica, se depara, muitas vezes, com medo da descredibilidade da sua fala, pelas tantas narrativas a respeito, tanto da descredibilidade, como do silenciamento e da minimização do discurso feminino nestes espaços. Tal silenciamento se inicia desde que esta mulher aciona a polícia, na tentativa de realizar a primeira denúncia de violência doméstica. No judiciário, acompanhei o caso de uma mulher que só conseguiu que seu agressor fosse preso após uma policial mulher atender o seu chamado de emergência. Mesmo com marcas de violência em seu corpo, quando policiais

homens atendiam a sua chamada, apenas registravam a ocorrência, deixando o agressor próximo a ela.

Levando em consideração que, até a mulher conseguir fazer a denúncia de violência leva um certo tempo, até que ela consiga compreender que está dentro do ciclo da violência, chegar em uma delegacia de polícia para fazer a denúncia e ter seu discurso minimizado faz com que ela se desmotive a dar seguimento ao processo e até mesmo às denúncias, resultando então, no seu silenciamento. É produzida, nessas mulheres, uma confusão, pois o discurso machista é tão opressor, que muitas vezes elas acabam duvidando e se questionando se sofreram ou não violência. Esse silenciamento pode trazer consequências à vida dessas mulheres. Logo, a mulher, enquanto subalterna, pouco conhecedora de seus direitos, ainda se depara com o silenciamento e, como afirma Kilomba (2019), segue marginalizada.

Portanto, é necessária, da minha parte enquanto analista, a sensibilidade e a ética de considerar o lugar de Judite. Para tanto, ao longo dos atendimentos, houve um esforço para escutá-la da maneira mais próxima possível, considerando as diferentes posições que ocupamos. Na escrita, não poderia ser diferente. Aqui me coloco como uma mulher branca, cisgênero, mãe, de classe média, falando de Judite, uma mulher periférica, branca, em um contexto social de pobreza/ extrema pobreza e em situação de violência. É necessário um cuidado para preservar a fala e o lugar de fala desta mulher, que é distinto do meu.

Para além da questão do lugar de fala, o lugar de escuta que ocupo envolve uma relação de poder. Trata-se de uma representante da Justiça, com o objetivo inicial de uma entrevista para elaboração de um Relatório Psicológico a fim de auxiliar no embasamento de um processo de Violência Doméstica e na decisão de um Juiz/a. Esse lugar pode ser pensado como um lugar de privilégio, mas também um lugar que instiga o silenciamento. O Poder Judiciário como um todo é um espaço branco e elitizado que julga e silencia. bell hooks (2015) faz um questionamento em relação a opressão das mulheres e as diferentes experiências de acordo com a sua raça e classe:

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). (hooks, 2015, p. 197).

Assim, o que a autora quer nos dizer é que há, a partir dos atravessamentos de raça, classe e outros, experiências diferentes. Bento (2022) levanta a discussão de que as pessoas que atuam no sistema judiciário, incluindo a Justiça penal, são majoritariamente brancas e que podem, em seu discurso, disseminar e sustentar um regime racial de “disseminação da verdade” (p. 48). E ainda nos alerta para a necessidade de monitorar uma possível “proteção dos seus iguais” dentro do Judiciário (Bento, 2022, p. 48-49). Esse lugar que ocupei dentro do Judiciário é um lugar de cuidado, e por isso requeria ficar atenta à não reprodução de um discurso permeado pelo que Bento vai chamar de pacto da branquitude, sinalizando que as “relações de dominação de gênero, raça, classe, origem entre outros, guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos” (Bento, 2022, p. 15).

Dentro desta perspectiva de cuidado, Ayouch (2021) traz contribuições importantíssimas quando aponta que o processo analítico só pode ocorrer quando a interpretação do/a analista não invade o espaço do analisando para reescrever a sua própria história. E complementa que:

A alteridade fica no centro do processo, no sentido que a escuta analítica só ocorre se ela não procurar reduzir o outro ao mesmo, trazer o estranho para aquilo que é familiar ao/a analista, nem abafar o ininteligível do inconsciente com modelos de ininteligibilidade historicamente situados (Ayouch, 2021, p. 19).

Canavêz e Verztman (2021, p. 11) questionam se “pode o analista escutar” quando colocam em questão marcadores sociais importantes como raça, classe, gênero, cultura e nos alertam para a importância da escuta de tais categorias. Afirmam:

A psicanálise tem por missão a construção de uma clínica dos processos de subalternização, dirigida a sujeitos subalternizados e minorizados. Para isso, ela deve incluir em seu escopo de análise as marcas das hierarquias e da desigualdade social. Jamais devemos nos contentar com uma psicanálise adaptada a populações vulneráveis, embora devamos nos adaptar a cada contexto clínico em que estejamos inseridos. A proposta é exatamente a inversa. Todas as modalidades de cura analítica precisam incluir as marcas sociais em seu fazer (Canavêz, Verztman, 2021, p. 16).

No presente trabalho, esse lugar de saber é das mulheres acompanhadas. E é nesse lugar de saber, do cuidado com a sua própria narrativa que busco, através da releitura dos

diários, manter ao máximo a integridade das suas falas, tomando o cuidado para conservar as minhas percepções e as narrativas delas. Entendo que esse primeiro momento é marcado por esse lugar de fala das mulheres. Mas também é atravessado por um processo judicial e pela necessidade de narrar fatos ocorridos, muitas vezes traumáticos.

Por isso, a importância do cuidado em respeitar as narrativas destas mulheres neste primeiro contato. Esse cuidado também se apresentou quando elaborei o relatório psicológico de Judite, tentando manter-me o mais fiel possível, dentro dos termos técnicos adotados para a sua escrita, à descrição daquilo que ela narrou.

Essa primeira entrevista não tem um tempo pré definido, o tempo torna-se relativo. Algumas mulheres trazem muito de suas dores, choram, riem, em menos de uma hora. Já fiz entrevistas iniciais de 3 horas. Outras tantas, têm mais dificuldades de acessar e reviver esses momentos. Aí é necessário fazer mais de uma escuta, pois acaba sendo doloroso demais para elas. Penso que um ponto importante, que faz com que haja escutas de mais de 3 horas, é o acolhimento que este momento proporciona. É uma escuta sem julgamentos, permeada pela hospitalidade e com muito *sentir com*. É essa escuta sensível do analista que permite uma narrativa clínica por parte do analisando (Kupermann, 2019).

No primeiro contato com Judite, após a releitura de alguns trechos do diário e a passagem para escrita na dissertação, chamou minha atenção o formato descritivo do relato. Muito em função da minha escuta mais intencional, no sentido de levantar dados específicos acerca das violências sofridas, direcionando algumas questões a serem abordadas com base no Formulário Nacional de Avaliação de Risco, mas também fazendo deste primeiro momento, um espaço de deixar falar livremente. Apesar do cuidado em ser uma escuta acolhedora, a responsabilidade da demanda judicial acaba por atravessar esse primeiro momento da escuta. Logo, meu relato acabou sendo mais descritivo dos fatos ocorridos, tentando manter ao máximo, o que foi narrado por Judite.

No meu lugar enquanto psicóloga dentro do juizado, e com a demanda de abarcar todos os acontecimentos para escrita de um relatório que dê conta dos fatos como realmente ocorreram, na narrativa da mulher em situação de violência, tomando o cuidado com o seu lugar de fala, há um maior direcionamento na condução dessa primeira entrevista. Os demais trechos destacados dos diários clínicos são provenientes de uma escuta mais “flutuante” dos atendimentos seguintes a esta entrevista inicial.

5.2 Por uma ética do cuidado: sobre o *sentir com*

Após pensarmos sobre o lugar de fala e lugar de escuta, apresento aqui a discussão dos diários clínicos a partir dos eixos interpretativos. O segundo eixo definido aborda o *sentir com* nos atendimentos com Judite. Tal conceito é bastante discutido em Ferenczi e por seus estudiosos na atualidade. É o que o autor vai apresentar como o conceito de tato psicológico, a faculdade do *sentir com*, no seu texto sobre a *Elasticidade da técnica* (2011c). O *sentir com* é entendido também em algumas traduções e interpretações como o conceito de empatia (Kupermann, 2017). Maciel Jr. (2016), ao retomar tal conceito, afirma:

A consequência ética da elasticidade da técnica se torna visível na modalidade de conhecimento que Ferenczi procura estabelecer: as condições sensíveis de um pensamento no qual é possível *experimentar afetos, sensações, emoções que se originam no encontro com a alteridade* - abolindo momentaneamente as fronteiras existentes entre sujeito e objeto -, fornecem no setting o tempo indispensável para uma adequada tomada de decisão. Nesta nova abordagem, o analista se dispõe a ultrapassar as resistências ocorridas no encontro, dando ênfase à duração como tempo imanente ao campo das experimentações afetivas (Maciel Jr., 2016, p. 242, *grifo nosso*).

Logo, o autor fala desse lugar do analista em contato com a alteridade do outro, ou seja, uma aproximação da diferença. Trata-se então da identificação com o outro de maneira transitória neste encontro com a alteridade. Sanches (2020) vai nos apontar que, tendo-se a ideia de que no núcleo de todo processo identificatório encontra-se a introjeção, se espera do analista que ele introjeta o ego do paciente, para que ele se torne um destinatário conhecido de suas intervenções. Logo, para a autora, a faculdade de ser empático envolve, assim, um processo metabólico do analista que, frente a uma demanda do paciente, atua em um movimento de introjeção e projeção (Sanches, 2020, p. 119).

Não foram poucas as vezes em que escrevi nos diários como senti, de alguma forma, aquilo que Judite me relata. A angústia é bastante presente, principalmente quando se tratavam das narrativas de violências sofridas e descumprimento das medidas protetivas. De alguma forma, aquilo me implicava.

Judite chega ao atendimento bastante mobilizada. A situação financeira da família está pesando e ela menciona estar vivendo de empréstimos com familiares. Além disso, uma Ong a auxilia com alimentos, mas mesmo assim, diz que seu armário já está ficando vazio novamente. Ela se diz angustiada, pois as contas de água, luz e internet estão chegando. Fala que internet é uma prioridade, devido às aulas online que a filha está tendo. Diz que no fim da semana passada, pela manhã, um de seus vizinhos afirmou ver o carro de Jorge estacionado ao lado da sua casa. Judite, incrédula, desaba. Relata que questionou se o vizinho tirou fotos do carro, o mesmo disse que não, que não queria se envolver nem se indispor com ninguém, mas achou apropriado mesmo assim avisá-la. Ela diz não acreditar como ele possa ter esse tipo de comportamento. Que na ocasião, provavelmente ela estava em casa. Relata que ao invés de se sentir livre, com as medidas protetivas, sente-se prisioneira, pois nem sair de casa é seguro, ele pode estar à sua espera na porta. Ao saber de toda situação, disse que foi à DEAM registrar mais um Boletim de Ocorrência. Judite chora. Essa sessão me toca, me causa angústia, acerca do comportamento de Jorge e por ver Judite prisioneira da própria casa, mesmo com as Medidas Protetivas. Sinto a sua angústia. (Diário de janeiro de 2021).

Kupermann aponta, através do conceito de empatia - que seria uma das formas de tradução do termo *einfihlung* - que quando exercitada pelo analista, está referida à capacidade de afetá-lo, a partir do sentido produzido pela ressonância estabelecida entre o seu corpo pulsional e o corpo pulsional daquele, atuando como uma espécie de modulador dos seus afetos (Kupermann, 2017, p. 22). Esse sentimento de se afetar pela escuta, atua de forma positiva no tratamento. Maciel Jr fala dessas afetações:

A abertura para um campo de afetações - com o seu duplo poder de afetar e ser afetado, com os afetos que sensibilizam o tato como experiência do sentir com - fez com que considerássemos - ao longo do nosso texto - a abordagem de Ferenczi das condições da experiência clínica pela exigência ética de uma análise para o analista. Com observações criteriosas sobre a conduta do analista, Ferenczi fez desta um instrumento para a promoção da motilidade libidinal indispensável para a atenção flutuante preconizada pela clínica (Maciel Jr., 2016).

Percebo, na releitura dos diários de Judite, que me deparei com tal sentimento em diversas passagens durante os atendimentos e também neste momento *a posteriori*, na escrita da dissertação. Entrar em contato com páginas e mais páginas de anotações foi um movimento que exigiu uma implicação emocional importante.

No primeiro acolhimento que fiz, lembro de ser bastante marcante o relato das ameaças que Jorge fazia, andando em casa com uma faca na cintura, além dos empurrões e do comportamento agressivo do ex-companheiro. Acredito que ao ouvi-la, a questão da escuta sensível fez bastante diferença no seu acolhimento naquele momento. Foi perceptível pois Judite consegue trazer, com detalhes muito vivos, todas situações vivenciadas, emociona-se com frequência, expõe detalhes que não constam nos diários, devido ao conteúdo sensível, que muitas vezes eu mesma não conseguia transpor para a escrita. Em alguns momentos sinto sua fala num tom de desabafo, pela emoção e o sofrimento que expressa ao falar.

Pensando na tendência que temos à repetição de novas violências das mulheres dentro do sistema jurídico, acredito que o *sentir com* se fez bastante presente e determinou, de alguma forma, que os atendimentos a Judite tivessem continuidade, a partir deste primeiro momento permeado pela hospitalidade e o sentimento de confiança de Judite. Gondar (2020) discute, acerca de Ferenczi e o *sentir com*, a respeito da relação de confiança entre analisando e analista, sendo que, “um analista que acredita no real do trauma, é capaz de *sentir com*, e com o qual o paciente pode desenvolver uma relação de confiança (Gondar, 2020, p. 208).

Ao longo das sessões, senti em Judite, o seu desamparo e falta de proteção, mesmo com as Medidas Protetivas. Relatava um medo constante em sair na rua, pois, mesmo com um documento que atestasse que o ex companheiro não podia se aproximar dela, não se sentia protegida. Relato explicitamente que pareço sentir o mesmo medo que ela, conforme o diário de janeiro de 2021. Pela via da alteridade, promovida pelo desamparo que sinto vir dela e de outras mulheres que passam pelo mesmo temor da falta de proteção. Pelas notícias que vemos constantemente de casos de feminicídio de mulheres com medidas protetivas, de dados reais, de um medo real. Judite foi ameaçada de morte pelo ex-companheiro, logo, era um medo real. Mas um medo que se une, ao mesmo tempo, a um trauma que ali está instaurado.

O *sentir com* permitiu que, ao longo das sessões, de alguma forma me auxiliasse a ajudar Judite no seu processo de simbolizar seus sentimentos de desamparo e medo, todos permeados pelos diversos acontecimentos traumáticos da sua vida. Além disso, através desse sentir, foi possível, ao longo do nosso processo juntas, validar as suas narrativas, sentimentos, permitindo com que ela conseguisse ter mais autonomia perante as questões que atravessam a sua vida. Tendo em vista que o sistema de polícia e judiciário por vezes, invalida a fala das mulheres em situação de violência, o *sentir com* ainda permitiu com que ao longo de nossas sessões, eu mostrasse que também acredito nela. Percebo assim, que conforme afirma

Kupermann (2017), tal conceito aqui discutido, faz parte de uma clínica mais referida ao coração do que à cabeça.

5.3 As dimensões do trauma

A partir da retomada do conceito de trauma em Ferenczi, realizada no primeiro capítulo desta dissertação, podemos pensar em Judite e suas marcas traumáticas, identificadas através das narrativas dos seus sonhos. Destacam-se nos diários clínicos diversas vezes em que ela fala de seus medos, atravessados pela angústia, que se apresentam nos sonhos, principalmente em relação ao ex-companheiro. Para além do medo que sente, relata dores físicas crônicas e as tantas medicações que toma e tratamentos que faz, aparentemente, segundo suas falas, sem nenhum resultado efetivo. Um sonho em específico, sempre vinha à tona:

“A casa ficou mais bonita depois que o outro foi embora”, me diz Judite. Mas mesmo assim, refere um medo intenso. Mentalmente, já repassou à filha, o plano de fuga caso o “outro” coloque fogo na casa. Diz viver com medo, dos carros que passam na sua rua mais lentamente, do canto da casa, da rua ao lado. Avisou vizinhos, colocou-os em alerta, caso vejam o “outro” sondando pelas redondezas. Tira fotos, renova Medidas Protetivas, fala com o pessoal da sua comunidade a respeito. Vive numa zona perigosa com envolvimento com o tráfego, por isso destaca a importância de avisar os vizinhos, caso vejam a polícia na casa dela. Mas mesmo assim, sente muito medo de uma retaliação por parte do ex companheiro, tem sonhos constantes com Jorge invadindo sua casa e a machucando. Além disso, insônia, dores no corpo, que nem os 8 tipos de medicações diferentes que toma para tantas dores são capazes de segurar. É quase como um desespero impossível de ser saciado. E agora ela chama Jorge de “outro”. Me chama atenção essa transformação, como se ele agora tomasse um ar mais impessoal na relação. Quando a questiono o porquê de outro, ela diz que sente desespero só em ouvir o nome dele. Em relação aos sonhos, conta de um em específico que questiona se não foi real. No conteúdo, diz que Jorge entrou na casa pela janela. No outro dia, diz que foi verificar as trancas de tal janela e encontrou uma moeda no chão. Acredita que não se tratou de um sonho (Diário clínico de janeiro de 2021).

O relato acima é parte de muitos dos sonhos que Judite me relata. O conteúdo, sempre repetido, de uma possível invasão à sua casa. Aqui, em específico, em determinado momento, o sonho e a realidade se misturam e Judite já não consegue distinguir um do outro, tamanha confusão em que se encontra. Essa mistura do sonho com a realidade aparece em outras sessões. Penso que Judite teme pelo retorno daquilo que a trouxe dor por tanto tempo e que esse medo aparece nos sonhos como uma tentativa de “despressurizar” seus medos diurnos, se repetindo. O fato de sonhar com a casa sendo invadida, me parece ter a ver com as constantes violações das Medidas Protetivas realizadas por Jorge. Não existia limite nessa relação, mesmo com uma medida de proteção, Judite continuava sendo violentada.

A tendência à repetição dos sonhos de Judite pode ser compreendida como o que Ferenczi chama de impressões sensíveis traumáticas não resolvidas (Ferenczi, 1934). Sempre que Jorge se aproxima de alguma forma, Judite se angustia e os sonhos tornam a repetir-se. Tratam-se de vestígios de suas vivências, os restos diurnos. Gondar (2013) citando Ferenczi aponta que “O retorno dos restos diurnos já representa por si mesmo uma das funções do sonho (...). Aquilo a que chamamos restos diurnos (e podemos acrescentar: os restos da vida) são, de fato, sintomas de repetição de traumas” (Ferenczi, 2011e, p. 111-112 apud Gondar, 2013).

Ferenczi (1990) afirma em seu Diário Clínico que após a descoberta e a reconstituição do trauma, registra-se uma série quase infinita de repetições nas sessões de análise, com todas as explosões de afetos possíveis e imagináveis.

(...) com cada uma dessas explosões, uma certa quantidade de afeto represado fosse emocionalmente e muscularmente revivido, e de que, uma vez esgotada a quantidade total, o sintoma cessaria por si mesmo (...). É certo que as explosões de afetos proporcionam uma diminuição momentânea da tensão, muitas vezes de apenas algumas horas, o que se assemelha bastante as acalmias que se sucedem às convulsões histéricas ou epiléticas. Mas na maioria das vezes, a noite seguinte já traz o um sonho de angústia e, com ele, o material da repetição do trauma para a próxima sessão (Ferenczi, 1990, p. 144-145).

Tais repetições, conforme afirma Ferenczi, não aparecem apenas nas sessões, mas retornam nos sonhos. A repetição do trauma dentro dos sonhos, funciona também como uma maneira de elaborá-lo (Ferenczi, 2011e). Para Gondar (2013), no campo onírico, a repetição compulsiva é importante pois, através dela, pode se dar o desgaste e o enfraquecimento dos choques e assim, a situação traumática vai perdendo sua dimensão de susto, tornando-se

habitual, suportável. E a repetição no sonho faz com que o trauma, dessa vez, seja produzido pelo próprio sujeito. Logo, o sujeito passa de um lugar passivo em relação ao trauma para um local de maior atividade. Em um trecho do diário, Judite me dá pistas dessa elaboração, quando começa a defender-se de Jorge nos sonhos:

Judite diz que sonhou com Jorge e que no sonho ele a ameaçava, no sentido de machucá-la com uma faca. Ela diz que finalmente conseguiu se proteger, grita e pede por socorro. O casal de vizinhos, com quem se vinculou mais nos últimos meses após a separação, aparece e Jorge sai de casa de imediato. Sente-se feliz por isso (Diário clínico de março de 2021).

Sendo o material que compõe o conteúdo de um sonho derivado, de algum modo, da experiência, para Freud (1976), uma definição mais completa da função do sonho seria que todo e qualquer sonho, ainda que o mais desagradável, é uma tentativa de levar acontecimentos traumáticos a uma resolução e a um domínio psíquico melhor. Acerca desta resolutive, Gondar discute as elaborações de Ferenczi acerca da interpretação dos sonhos:

E o que seria sonhar para Ferenczi? Em sua "Revisão de 'A interpretação de sonhos'" (1934/1992) ele nos apresenta praticamente uma inversão da proposta freudiana. Freud pensa que a realização de desejo é a principal função onírica, sendo o sonho traumático uma exceção à regra; Ferenczi fará dessa exceção o seu modelo. Afirma que o sonho possui uma função mais primária do que se supunha, função que envolve os restos diurnos - por ele chamados de restos de vida. Para Freud, esses restos são personagens coadjuvantes, apenas disparadores de um desejo mais fundamental cuja realização o sonho deve promover. Com Ferenczi, eles se tornam protagonistas (Gondar, 2013, p. 30).

Para o autor, o sonho tem um papel fundamental na função do trauma, "a volta de impressões sensoriais traumáticas não resolvidas, que aspiram uma resolução" (Ferenczi, 2011b, p. 113). Assim, Judite traz em seus sonhos as angústias e medos passados, ou seja, as violências experienciadas no seu relacionamento. Ao mesmo tempo em que fala das marcas dos seus restos diurnos, da experiência com os processos e as constantes violações das medidas protetivas. O interessante é que, com o avançar das sessões, Judite vai trazendo em seus sonhos, conteúdos resolutivos, como o descrito anteriormente, em que ela finalmente grita e consegue ser socorrida, ou conforme nos afirma o psicanalista húngaro (...) "A tendência à repetição da neurose traumática também tem uma função intrinsecamente útil: ela

vai conduzir um trauma a uma resolução, se possível, definitiva” (Ferenczi, 1990, p. 111-112).

Durante as sessões, penso que foi importante o fato de Judite conseguir trazer o conteúdo dos seus sonhos, no sentido deste *setting* ter sido um espaço de elaboração deste conteúdo onírico, que vinha carregado de muitos medos e angústias. Por muitas vezes suas angústias e medos apareciam como conteúdo dos sonhos e falar sobre, aparecia como forma de dar um sentido, um contorno para as suas experiências.

5.3.1 O trauma inscrito no corpo como testemunho

A dimensão traumática das vivências narradas por Judite extrapolava os limites do seu corpo. Em uma determinada sessão, Judite fala *que estourou um dos seus dentes dormindo, devido ao bruxismo. Em outro momento, diz que acordou simplesmente com uma perna mais curta que a outra*. Logo, as angústias produziam os mais diversos sintomas.

Logo, o sintoma vai expressar todas as representações que não podem ser conscientes, que são reprimidas devido à angústia que produzem. Em Judite, apareciam no bruxismo, nas dores corporais e musculares. Mesmo com a periodicidade semanal das sessões, em que ela conseguia muitas vezes verbalizar o que sentia, ainda havia uma dificuldade na simbolização das suas angústias.

Há, na relação de Judite com Jorge, um temor, medo muito grande, por toda história que eles tiveram, permeada por acontecimentos intensos e muitos deles traumáticos. Grande parte dos seus sintomas, angústias, se dão por conta desta relação de tantos anos. Em um determinado momento das sessões, percebo que ela já não o chama mais pelo nome e passa a nomeá-lo de “o outro”. Sinto que chamá-lo desta forma, dá um tom de maior impessoalidade na relação, a afastando cada vez mais de Jorge. Judite fala em diversos momentos que além de não conseguir ouvir o nome do ex companheiro, passou a esquecer a fisionomia do rosto de Jorge, conforme o diário a seguir:

Judite chega na sessão relatando que, de quinta para sexta sentiu muita tontura, dor de cabeça, vômito, sufoco no peito, falta de ar... Diz que se sente uma “chorona”, pois da semana passada pra cá tem crises fortes de choro e tem pensado na morte como uma possibilidade. Cria planos caso venha a morrer ou ser morta. Que o filho Pedro pode ser o

tutor de Marina, inclusive já conversou com o filho sobre essa possibilidade. Faz esquemas mentais de como as coisas podem se organizar com a sua falta, em que local os filhos irão morar, como vão se manter financeiramente. Perante o sentimento de sofrimento constante que sinto vindo de Judite, ela me diz de uma dor que não cessa “dói muito, dói demais” e chora. Pensa que além de tudo que passa, as constantes ameaças de Jorge, tem sentido a dor do seu luto, a falta do pai. Indaga se o vazio que sente é o de não ter mais a mãe e o pai vivos. Reflete sobre “o outro” e os acontecimentos do período em que eram casados. Diz que a filha caçula sempre pediu para eles se separarem, desde muito nova. Relata sentir-se culpada por não ter ouvido a filha e tê-la feito crescer num ambiente tão violento. Questiono se ela acha que dependia só dela o desenvolvimento da filha. Judite absorve a culpa de ter vivido um relacionamento violento, como se fosse culpada pelas agressões. Além disso, relata que um certo tempo, desconfiou que “o outro” pudesse ter feito algo à filha de cunho sexual. Porém diz que sempre conversou com a filha sobre tais questões, sempre tendo a negativa da mesma que algo pudesse ter acontecido. Diz que depois de muito pressionar a filha a falar algo, Marina disse que certo dia viu o pai assistindo vídeos pornográficos no quarto e que ficou muito assustada e revoltada. Desde então, passou a sentir nojo do pai (Diário de setembro de 2021).

A perda do pai e as constantes reviravoltas em seu processo mobilizaram muito Judite. Uma das frases que eu ouvia era “*estou cansada de ser forte o tempo todo*”. Esse cansaço é legítimo e sempre busquei validar isso durante as nossas sessões. Judite tinha muitas crises, muitas dores e quando elas se intensificaram, aumentamos a frequência das nossas sessões, mas por um curto espaço de tempo, pois as demandas do juizado eram sempre intensas para mim, com a entrada semanal de muitos processos. Judite fazia acompanhamento médico pois tinha doenças subjacentes cujos sintomas se intensificavam conforme seu estado emocional: bruxismo, fibromialgia, além das crises de enxaqueca, dores musculares... Após noites com muitas dores musculares, algumas vezes narrava que acordava com uma das pernas mais curtas que a outra, sentindo muita dor, ao ponto de não conseguir sair da cama. A questão da saúde sempre foi uma demanda para Judite, mesmo no casamento. O que ela me relatava era que, com a separação e as questões que teve que lidar após, tais dores se intensificaram.

Os movimentos corporais e psíquicos resultantes do trauma, tais como a dor, a intensidade daquilo que se passou e a incompreensão do fenômeno vivido são

mensuráveis pelo abatimento do sujeito *a posteriori*. As modificações corporais e psíquicas são a expressão da agonia, termo que Ferenczi empregou frequentemente. Segundo ele, o vivido do trauma é a experiência mais próxima da morte que o sujeito pode sentir, sem que haja razões físicas que a justifique (...). tais fenômenos físicos que dão conta de um problema psíquico poderiam nos levar a considerar o vivido consecutivo ao trauma como uma reação histérica (Pinheiro, 2016, p. 116-117).

Logo, para Pinheiro, as vivências, sintomas na dimensão corporal, consequência de uma experiência traumática, se assemelham a reações históricas. O encurtamento da perna de Judite se assemelha a uma conversão histérica. Mas o trauma faria um apelo momentâneo ao corpo, “seu único objetivo é apagar para sempre o acontecimento, cavando um buraco na própria história, afastando das trocas psíquicas, uma parte do seu próprio eu. O trauma pratica no sujeito um assassinato, no qual ele é ao mesmo tempo, assassino e vítima” (Pinheiro, 2016, p. 148).

Ferenczi (2011d) no texto *Princípio do relaxamento e neocatarse* traz importantes considerações em relação ao acolhimento da repetição, da atuação e de outras formas de comunicação não-verbal como os símbolos mnêmicos corporais. O autor relata que, após a criação de uma atmosfera de confiança entre médico e paciente, assim como o sentimento de uma total liberdade, sintomas históricos corporais faziam bruscamente sua aparição, com frequência pela primeira vez, numa análise de vários anos de duração (Ferenczi, 2011d, p. 71). Ainda, o psicanalista se utilizava dos sintomas para fortalecer ainda mais as reconstruções realizadas até então.

Ferenczi preferiu "escutar" esses sintomas como formas de narrativa intensas e pregnantes, ainda que marcadamente silenciosas; formas que exigem grande disponibilidade emocional, psíquica e corporal por parte do analista não apenas para captá-las, ou torná-las metabolizáveis para o paciente, mas, principalmente, devido à necessidade de um constante trabalho psíquico no âmbito da contratransferência, ou seja, diante do efeito dessas comunicações sobre o seu psiquismo (Fuchs & Junior, 2014).

Judite pensava na possibilidade da morte, como dentro do real, prestes a acontecer a qualquer momento. A aproximação de Jorge, que quebrava as Medidas Protetivas, era para Judite vivida quase como uma tentativa de assassinato. Parecia que, para ela, a sensação era do ato de Jorge continuar machucando-a porém de forma mais sutil. Então, após cada quebra de medida, ela adoecia. E assim se seguiu por muitas semanas. A grande questão em análise, para mim, foi que Judite pudesse, então, repetir suas questões dentro do *setting*. Gondar

afirma, sobre as palavras de Ferenczi que “a vida se expande e se cura pela repetição” (Gondar, 2013).

Certo dia, a leitura, na tela do celular, do nome de Jorge foi o suficiente para deixar Judite angustiada. Na ocasião, Jorge fez um pagamento a ela via pix, aparecendo então o nome nas notificações do celular dela. Chega na sessão bastante aflita, com medo e expressão de pavor, após o ocorrido.

“Vi o nome do outro no meu celular e me apavorei. Ele fez um pix para mim para o pagamento da pensão da Marina”. Judite relata que entrou em pânico, chorou, se desesperou e tremeu muito. Relata que dinheiro nenhum vale a pena se ela tiver que ler o nome do outro na tela do seu telefone. Após o ocorrido, diz que imediatamente cancelou a chave pix para que ele fosse obrigado a fazer o pagamento através de depósito bancário. Sentiu tanta raiva nesse dia que estourou um dente em sua boca. Judite tem bruxismo grave e os sintomas se intensificam muito se ela está mais angustiada. Além disso, desde o dia em que leu na tela do celular o nome de Jorge, tem sonhado novamente com ele, desta vez invadindo a sua casa. Apesar de tudo, verbaliza que mesmo sonhando com a invasão a sua casa, ela ainda a considera como o local em que ela se sente mais segura. Chora. (diário de fevereiro de 2021).

A partir deste dia, os pesadelos com Jorge, que haviam diminuído, retornam. Judite demonstrava verdadeiro horror ao mesmo. O pix, com seu nome, se torna um gatilho importante e seus sintomas, angústias e dores se intensificam. De imediato, já cancela esta forma de pagamento. Ali, sinto que Jorge conseguiu adentrar, mais uma vez, o espaço seguro que Judite estava construindo.

5.3.2 O desmentido e as diversas formas de violência

O desmentido é, para Ferenczi, o segundo tempo do trauma e tem a função de então desautorizar aquilo que é percebido dentro da realidade do que ocorreu. O autor fala, em seu texto *Análise de crianças com adultos* (Ferenczi, 2011a), que é justamente o desmentido que vai tornar o trauma patogênico. "O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática dos pensamentos ou dos movimentos" Ferenczi (2011a, p.91).

Segundo os estudos de Gondar (2016), o desmentido não trata apenas de uma questão de palavra, mas sim dos afetos de um sujeito, o seu sofrimento e ele próprio estariam sendo desmentidos. Trata-se da conjunção entre a violência e o ato de descrédito da vítima, que tem como efeito então a comoção psíquica do indivíduo. Para Canavêz & Verztman (2021):

A criança do mito ferencziano tem sua experiência desacreditada por um adulto que não pôde escutá-la. Mas não se trata apenas de não escutar. O adulto da vinheta ferencziana, neste caso o terceiro que ratifica o desmentido, faz uma afirmação sobre a criança e não apenas uma negação. Ele afirma que o abuso não existiu, definindo que todas as sensações, afetos, pensamentos, excitações – ou seja, tudo sobre o qual não podemos nos enganar, pois faz parte da nossa esfera íntima de acesso ao mundo – devem ser radicalmente rechaçados (Canavêz & Verztman, 2021).

Pensando na questão do descrédito e principalmente na negação de um acontecimento, como do abuso narrado na vinheta ferencziana em contraponto com os diários clínicos e suas narrativas, o desmentido aparece como um dos eixos teóricos a serem discutidos. Trago mais um recorte do diário de Judite. Lembro que essa sessão aconteceu quando já estávamos há mais de um ano em acompanhamento. Neste dia, Judite me escreve e pede para que eu a atenda com urgência, pois passou por uma situação muito difícil. Visivelmente bastante desorganizada, a atendo assim que possível naquele mesmo dia, tendo em vista que me chama a atenção que tal comportamento de pedir sessões extras não era habitual de Judite. Esse episódio ocorreu em novembro de 2021, após uma audiência de conciliação¹⁰:

Judite participou de uma audiência de conciliação em decorrência do seu processo de divórcio. Me envia mensagem de áudio após a reunião, muito abalada, solicitando conversar. Diz que, mesmo com as Medidas Protetivas, teve que ver o outro. O outro fala para as mulheres responsáveis pela audiência, que forçava Judite a manter relações sexuais com ele pois essa era a obrigação dela enquanto mulher. Judite sente-se muito mal, desconfortável e percebe que as mediadoras, duas mulheres atuantes na área da psicologia e assistência social não intervêm a seu favor. Ou ainda, não interrompem a sessão torturante de ouvir seu abusador relatando o quanto era o seu papel de mulher ser abusada

¹⁰ Audiência de Conciliação ou Mediação é o ato no qual as partes se reúnem com um conciliador ou mediador para, juntos, acharem uma solução ou acordo que ponha fim ao conflito. Deve ser designada sempre que o juiz constatar que a petição inicial preencher os requisitos essenciais e que não for o caso de improcedência liminar do pedido. Normalmente é designada antes de o réu apresentar sua contestação, mas pode ser novamente marcada, caso as partes manifestem interesse no decorrer do processo, ou quando o magistrado entender que a tentativa de conciliação é possível.

sexualmente por ele. Aos prantos, me diz que verbalizou às mediadoras que não aguentava mais ouvir aquilo e que precisava desligar a chamada, pois acreditava que não merecia de nenhuma forma reviver o que estava sentindo, mas diz que não foi ouvida e a audiência teve seguimento. Temendo por estar na mesma chamada do ex companheiro, conta que pediu para que seu filho ficasse na sua frente, de um modo que não pudesse ser visto pela câmera. Não queria estar só. Diz que o filho, ao ouvir a narrativa do pai em relação aos abusos sexuais naquela audiência, se “gruda” a suas pernas, penso que como uma criança, e suplica que ela desligue a chamada. Judite diz que se sentiu violentada novamente, desprotegida e sem amparo nenhum perante o sistema jurídico. E que não entende como duas mediadoras mulheres permitiram que ela continuasse com a audiência de conciliação. Finalmente, por conta própria comunica que irá sair da chamada e desliga (Diário Clínico de novembro de 2021).

Foram muitos os meses em que nossas sessões ficaram em torno desta vivência de Judite. Dar um sentido, um contorno a essa situação a fez revisitar todas as violências anteriores. As dores físicas de Judite aumentaram, as medicações também. Além disso, Judite, no seu processo de defesa de tal violência, fez denúncias do ocorrido nos canais competentes. Ela já não se silenciava mais, depois de tantos anos, aceitar uma nova violência não era uma possibilidade para ela.

Partindo deste trecho em destaque, percebemos como o desmentido opera aqui no sentido da negação da violência de abuso sexual sofrido. Quando o agressor retoma a narrativa do abuso e o coloca como algo da ordem da obrigação de Judite, algo tão traumático e dolorido a ela exposto, ela se sente desamparada pelas pessoas que escutam tal fato. De maneira semelhante à criança da vinheta ferencziana, que responde na linguagem da ternura ao seu agressor, introjetando-o, Judite só se defende quando o filho, agarrado a suas pernas, *suplica*, nas palavras de Judite, que ela saia da chamada.

Conforme nos sinaliza Pinheiro (2020), é o caráter inquestionável dessa fala daquele que desacredita, essa fala absoluta, que torna o evento traumático. Assim, o trauma não está instaurado apenas no momento em que a violência, o ato em si é praticado.

(...) há sempre uma dupla, homem e mulher, sendo que o homem é aquele que vai desmentir essa mulher e dizer quem ela é, e ela não se reconhece mais, e ela não sabe mais se ela é aquilo mesmo ou não ou de um pai falando do seu filho ou da sua filha com essa mesma certeza (...). Por que não há uma recusa capaz de dizer “eu não sou nada disso” e acabou-se? “Eu não me vejo assim, eu não sou, não sei do que você está

falando, nem quem é que você está vendo”. Que não é capaz de dizer: “essa pessoa não me vê e não sabe quem eu sou”. Mas ao contrário, começa a achar que essa fala é a única verdade sobre si. (Pinheiro, 2020, p. 186)

No Judiciário em geral, podemos pensar que a narrativa do descrédito se faz presente nos mais diversos espaços. Mas pensando especificamente na categoria mulher enquanto recorte de gênero, atravessada por raça e classe, não são poucos os relatos de descrédito que ouvimos. Se fizermos um exercício rápido, vamos lembrar de casos que ficaram muito em evidência na mídia, como o de Mariana Ferrer¹¹, mulher branca, vítima de violência sexual, cujo o promotor responsável pelo caso alega, na defesa, que o empresário não havia como saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo, portanto, intenção de estuprar, ou seja, uma espécie de “estupro culposo”. Além dessa questão, durante a audiência, a jovem é novamente violentada, dessa vez pelo advogado de defesa do abusador, que tece falas hostis, machistas e violentas, tudo perante um Juiz e Promotor homens.

Ou ainda, da menina de 11 anos¹² induzida por uma juíza mulher, branca, a não realizar o procedimento de aborto, previsto e assegurado por lei à menor. Esses casos são apenas os que não escapam às mídias. Estamos longe ainda de ter esses *furos* de reportagens quando se tratam de mulheres negras, periféricas em frente a um juizado.

A ideia aqui passa longe de generalizar as relações dentro do sistema judiciário por esse atravessamento, mas sim problematizar a questão do descrédito da vítima. Moreira (2022), em sua dissertação de mestrado, vai trazer justamente para discussão a problematização a partir das dinâmicas de poder e lugares que ocupam, partindo da experiência de mulheres que atuam em cargos de grande hierarquia dentro do judiciário. A autora aponta como essas mulheres se veem dentro de uma estrutura permeada pelo gênero, racismo e branquitude, ao mesmo tempo que desvela impasses de um feminismo branco que por vezes interpela o trabalho das magistradas e suas próprias decisões.

Mesmo atravessados pela hospitalidade como pilar fundamental da escuta, não deixemos de pensar acerca do atravessamento traumático que relatar novamente todas as situações de violência vivida pode suscitar, no sentido da forma de acolher que também produz uma confusão de línguas e a possibilidade para uma vivência traumática pela via do desmentido. A forma de acolher também pode produzir uma confusão, o que torna essencial

¹¹ <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>

¹² <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>

trazê-la para discussão. Verztman (2020) nos auxilia neste entendimento quando faz uma releitura do traumatismo na confusão de línguas em Ferenczi:

A confusão de línguas, na ortodoxia do texto ferencziano, possui um papel fundamental na gênese do traumatismo, mesmo que esta não seja a sua causa. Como todos sabemos, o desmentido, a desautorização, o descrédito são elementos que o ratificam. Podemos de todo modo inferir que a confusão de línguas participa deste “não processo”, ela é uma espécie de vulnerabilidade radical à possibilidade do traumático, de maneira que ela compõe esse quadro geral (Verztman, 2020, p. 47).

Assim, o que ele nos traz é que a confusão de línguas também faz parte da traumatogênese, quando se nomeia o desmentido. E a confusão de línguas vai se tratar justamente de um processo de incorporação do trauma numa etapa mais tardia da vida da criança. Pensando no acolhimento inicial de Judite, é importante pensarmos neste lugar, de uma psicóloga dentro de um juizado de violência doméstica buscando, ao mesmo tempo em que acolhe, extrair informações acerca de situações de violência extremamente traumatizantes, com o intuito de escrever um relatório, a fim de manter as medidas protetivas. O quanto esse processo, de relatar a si mesmo, esmiuçando situações difíceis, pode também de alguma forma reproduzir outros tipos de violência. Ainda, Verztman (2020) sinaliza que essa noção de trauma em Ferenczi na sua posteridade se amplia consideravelmente quando diz que:

Para essa criança, o que existe no início é ternura, paixão como sofrimento, processos monistas de desenvolvimento, processos linguísticos em germe, funcionamento autoplástico em expansão e regime aloplástico que depende muito da resposta favorável do ambiente. O que se contrapõe a isso é vivido como perturbação. A confusão é tão simplesmente o resultado da incidência do funcionamento passional de adultos, cujo poder aloplástico será dirigido à criança, a qual experimentará uma transformação autoplástica que esgarça a sua subjetividade (Verztman, 2020, p. 49).

É importante pensarmos na condição traumática de relatar a si mesmo e no trauma neste momento *a posteriori*. Butler (2015) em *Relatar a si mesmo* vai discutir a posição em que necessitamos, relatamos a nós mesmos simplesmente porque somos interpelados como seres que foram obrigados a fazer um relato de si por um sistema de justiça e castigo:

Alguém me interpelou, talvez até atribuiu um ato a mim, e determinada ameaça de castigo dá suporte a esse interrogatório. Desse modo, numa reação temerosa, ofereço-me como um “eu” e tento reconstruir minhas ações, mostrando que aquela

atribuída a mim estava ou não entre elas. Com isso confesso-me como causa de tal ação, qualificando minha contribuição causativa, ou defendo-me contra a atribuição, talvez localizando a causa em outro lugar. É dentro desses parâmetros que o sujeito faz um relato de si mesmo (Butler, 2015, p. 16).

Logo, ressaltamos mais uma vez a importância da hospitalidade na clínica psicanalítica como um princípio importante para exercer uma ética do cuidado dentro do contexto da clínica com mulheres que vivenciaram situações de violência. A prática deste lugar de escuta com a dimensão afetiva do ouvir, de uma clínica marcada pela dimensão do cuidado, deve ser uma constante, devido ao risco também constante da recorrência de novas violências. Logo, a hospitalidade requer, dentro da clínica, uma reflexão ética constante. Destaco outra passagem do diário de Judite, que traz mais uma vez uma situação em que o desmentido é posto.

Judite e Jorge passam por uma avaliação social em função do seu processo de Medida Protetiva. Após a inserção do relatório de descumprimento de Medidas Protetivas, Jorge é intimado pela CAPM¹³. Ela, que acompanha o andamento dos seus processos diariamente, fica bastante abalada quando se depara com o relatório emitido referente às entrevistas sociais realizadas por Jorge com um assistente social de dentro do fórum.

“Duas entrevistas não vão dizer quem é esse monstro” me diz Judite aos prantos. Chega muito abalada na sessão, contando que, como de costume, foi verificar o andamento dos processos. Diz que Jorge passou por uma entrevista social dividida em dois momentos com a CAPM. Ela pede para que eu abra o relatório e leia com ela, para que possa me mostrar os absurdos, segundo ela, narrados pelo ex companheiro. Questiono ela, que se é importante que eu abra, assim farei. Mas peço antes que ela me diga, o que a indignou tanto. Judite muito mobilizada, menciona as mentiras que o “outro” alega, como o fato de afirmar que não bebe. Judite diz que ele sempre bebeu, inclusive o pai de Jorge bebia, seus irmãos também. E o quão absurdo é ter que ler tamanha mentira. Além disso, o ex marido afirma que ela era uma pessoa instável, que tomava muitas medicações psiquiátricas, fazia acompanhamento psicológico e que era “louca”. E que, para além de tudo isso, ele afirma que Judite, ao longo do relacionamento, sempre sentiu um ciúmes doentio dele, chegando a se indispor com mulheres do convívio social de Jorge. Judite acha um total absurdo, dizendo ainda que torcia para que ele encontrasse alguém para deixá-la em paz. Que ela não

¹³ Central de Atendimento Psicossocial Multidisciplinar, integrada por profissionais das áreas de assistência social, psicologia e psiquiatria.

aguentava ter que ficar perto dele, dormir na mesma cama e rezava para que ele tivesse outra, como ocorreram muitas vezes, mas que Jorge nunca dava continuidade nas relações a ponto de sair de casa (Diário de julho de 2021).

Na sessão seguinte, Judite retoma a questão do relatório social:

Judite diz que olhou novamente o processo e que agora aguarda manifestação do Ministério Público perante o relatório social da CAPM. Diz que Jorge mentiu no relatório, falando que não bebia. “Monstro mentiroso”! Relata que ele chegava bêbado em casa e que ela se sentia péssima quando isso acontecia, pois ele era um “bêbado agressivo”. Agressivo nas palavras e fisicamente, que passava por ela e pela filha e as empurrava com o corpo, que passava sempre se batendo nelas. Inclusive fala novamente que o pai de Jorge era alcoólatra. Refere que descobriu que Jorge a traía, não uma ou duas vezes, mas incontáveis vezes, retoma que gostaria que ele saísse de casa, mas que isso não acontecia. Ao contrário, contraiu DSTs dele, pois ele “sempre foi um homem nojento, sujo”. Só ela sabe quem ele realmente é. E espera que um dia a sua máscara caia. Além disso, Jorge mente e nega, segundo o que conta no relatório social da CAPM que fez tentativas de suicídio. Diz que quem é louca é ela, que ele nunca precisou de ajuda médica. Judite menciona que sempre que tentava se separar, Jorge dizia que ia se matar, chegando até mesmo a fazer uma tentativa de suicídio perante os filhos. Evidencia que da última vez que ele fez, tem testemunhas, os filhos Pedro e Marina. Que nesta situação em específico, Jorge pegou uma faca, colocou contra a sua própria barriga e se jogou contra a parede, sendo segurado por Pedro. Ali, conta que foi a última vez que permitiu com que ele fizesse isso com ela. E que após essa ocasião, Jorge ficou uma semana andando pela casa com uma faca na mão, que com o apoio do filho, tomou coragem e foi até a Delegacia da Mulher. Indigna-se com o fato de tais mentiras constarem no papel, e questiona se será posto como uma verdade absoluta somente as palavras de Jorge. Menciona que Marina dizia que o pai ia matá-las dentro de casa. Além disso, após a denúncia, conta que Jorge ligou para um dos enteados ameaçando colocar fogo na casa, caso Judite não dividisse a residência com ele dentro do processo. Reforço com Judite que, no papel, pode constar qualquer coisa que não seja verdade. A tranquilizo relatando que provavelmente ela também será intimada a falar e que a partir daí, poderá defender-se e contar a sua versão da história (Diário de julho de 2021).

Visivelmente Jorge mente diversas questões nas entrevistas. Acredito que a que mais toca Judite é quando ele afirma não beber e quando ele se utiliza dos tratamentos psiquiátricos e do nosso acompanhamento psicológico para chamá-la de louca. Fiquei bastante abalada, igualmente, quando acessei o processo para ver o teor do relatório. A saúde mental de Judite, muito abalada devido aos anos de situação de violência em que ficou, tornou-se uma grande questão a ser destacada no relatório. A palavra louca não estava escrita, mas de alguma forma, pelo cunho da escrita, se fazia presente. Recordo que discuti em supervisão essa situação em específico, pensando em formas possíveis de defender Judite de tais palavras escritas no relatório. O que ouvi e tenho das notas desta supervisão é que *no papel tudo pode ser posto e isso não quer dizer que represente a realidade*. Jorge estava então exercendo seu direito de defesa perante um processo, se justo ou não, caberá mais uma vez à justiça decidir. Pensando no desmentido, Pinheiro (2016) traz que a confiança se vê ameaçada quando o adulto não corresponde à expectativa da criança da vinheta ferencziana, impedindo então a representação do ocorrido. Podemos refletir acerca do relatório de Jorge que, neste caso, parafraseando Pinheiro (2020), o *agressor é aquele que desacredita*, ou seja:

O pai ou o marido que desacredita e se diz possuidor de toda a verdade, é aquele que é desacreditado e adere a essa fala como sendo a verdade sobre si mesmo - é sobre isso que eu quero pensar. Quer dizer, essa fala que acha que pode falar do outro com uma certeza total e absoluta, de quem é esse outro, em que o outro não necessariamente se reconhece mas onde ele fica fascinado por essa ausência de dúvida (Pinheiro, 2020, p. 185).

A sensação que percebi de Judite ao falar de tal relatório é de que mais uma vez ela estava sentindo-se violentada e desacreditada, tamanha indignação que ela colocava em suas palavras durante a sessão. Ali estava posto o desmentido, ou seja, Judite se vê, mais uma vez, diante do não-reconhecimento e da não-validação perceptiva e afetiva das violências sofridas (Gondar, 2012), da negação total por parte do seu agressor.

Outro momento importante dos diários é o relato de Judite que, em uma viagem para a praia com os irmãos, é perseguida de carro pelo ex marido. Tal trecho ilustra mais uma vez o desmentido, desta vez na figura dos seus irmãos.

“Olha, Sharlize, eu não tenho um minuto de paz” chega falando. Diz que foi à praia com os irmãos, na casa de praia de uma falecida tia. Na estrada, refere ter visto o carro do “outro”. Quando comenta com um dos irmãos, é repreendida, dizendo que ela estava vendo coisas, e que por um momento, ela realmente achou que estivesse vivendo uma espécie de

delírio. Quando chegam à praia e vão à beira-mar, o mesmo carro passa por eles, desta vez muito próximo. A tal ponto dos irmãos de Judite identificarem Jorge. Visto que Judite realmente havia visto ele na rodovia, os irmãos por seguinte negam que Jorge estivesse propositalmente ali próximo deles e que tudo não passou de uma grande coincidência. Judite diz que não é coisa da cabeça dela e pede que os irmãos acreditem nela, que se trata de uma perseguição, logo, um descumprimento de medidas protetivas. Mesmo assim, os irmãos insistem no discurso de que se trata de uma coincidência. Relata que Jorge insiste um pouco mais, que quando estão andando pelo centro da cidade, mais uma vez se deparam com ele. Judite parece estar atônita com a situação, tamanho descrédito no que ela fala. Diz ter a cada dia mais a certeza de que fez a coisa certa em se separar. Oriento ela mais uma vez a fazer o registro de um Boletim de Ocorrência, pela quebra de Medida Protetiva. Judite está muito abalada emocionalmente. Faço um breve relato do novo fato relatado por ela para anexar ao seu processo (Diário de agosto de 2021).

A sensação que eu tive, ao sair deste atendimento de Judite, é de um estado ineficaz, de desamparo mesmo perante as políticas de proteção das mulheres. E é a mesma sensação que eu tenho agora, ao reler todos os relatos dela. De que uma Medida Protetiva não é o suficiente para afastar um agressor. E de que a cada descumprimento de medida, a cada novo contato que Jorge fazia, Judite vivia uma nova violência e seus sintomas aumentavam. E demorava um tempo até que seus sintomas de angústia, medo e até mesmo as suas dores físicas se estabilizassem. E quando, finalmente, as suas dores e angústias pareciam ter se esvaído, ele aparecia novamente. Fazíamos relatórios do ocorrido para anexar ao processo, ela fazia boletins de ocorrência e, ao que parece, nada acontecia. A sensação que tínhamos era a mesma. O *sentir com* mais uma vez presente, perante uma impunidade.

5.3.3 Fragmentar para sobreviver: a clivagem traumática

A clivagem do eu, de acordo com Laplanche & Pontalis, deriva do termo *Spaltung*, para o qual adotamos a tradução “clivagem”. Foi usado por diversos autores, inclusive por Freud, para designar o fato de o homem, sob um ou outro aspecto, dividir-se de si mesmo (Laplanche & Pontalis, 1991, p. 65). Surge, então, como uma das consequências do desmentido, deste segundo tempo do trauma.

Segundo as contribuições de Pinheiro (2016), a clivagem traumática pode designar uma separação dentro do próprio eu, como é o caso da melancolia (neurose narcísica), em que a identificação com o objeto perdido é resultado de uma cisão. Tal colocação se aproxima das ideias de Ferenczi acerca da clivagem, como a cisão do aparelho psíquico:

Em Ferenczi, a clivagem do trauma, fruto do descrédito, estaria mais próxima da descrição metapsicológica da melancolia. Se, no entanto, percorrermos a sua obra, verificaremos que o termo clivagem é inicialmente encontrado para designar a metapsicologia da estruturação do aparelho egóico (Ferenczi, 1924). Está, portanto, diretamente vinculado ao trauma estruturante (Pinheiro, 2016, p. 143).

Trata-se de uma estratégia radical de sobrevivência psíquica quando as defesas se esgotam e a esperança de auxílio se esvai, uma auto clivagem narcísica, isto é, uma fragmentação psíquica por meio da qual se elimina a unificação insuportável do sofrimento, dispersando os efeitos traumáticos. Fragmentar-se implica em um processo de autodestruição em prol da sobrevivência psíquica (Melo, Féres-Carneiro & Magalhães, 2019, p. 6).

A clivagem descrita por Ferenczi resulta numa radical transformação do eu infantil (...) A criança que foi violentada na sua necessidade infantil de ternura sacrifica, por um lado, uma parte de si, se autodestruindo para poder sobreviver. Ela aniquila, pela clivagem, o próprio sentimento de si, sua espontaneidade. Por outro lado, a parte que sobrevive é invadida pelo sentimento de culpa do agressor, tornando-se sábia e amadurecida. Esse fragmento egóico amadurece artificialmente porque, como um "saco de farinha", aceita facilmente a forma imposta do exterior (Lejarraga, 2008, p. 122).

Assim, pensando na clivagem traumática como uma estratégia de sobrevivência e, conforme afirma Pinheiro (2016), como fruto do descrédito, diretamente ligado ao trauma desestruturante, tomamos os apontamentos do diário quando Judite fala sobre a violência sexual.

Eu nunca consegui falar sobre isso com ninguém antes, sempre senti vergonha. Acho que às vezes até esquecia o que acontecia, mas eu suportava. Ele chegava de noite no quarto e “não queria saber”. Me despia e tinha relações sexuais comigo. Eu chorava, implorava que ele parasse. Não adiantava. No fim, eu só aceitava e torcia para que acabasse logo, que o tempo passasse e ele se resolvesse ali. Sentia nojo daquele traste, nojento, mas sabia das consequências caso não deixasse ele fazer aquilo. Parte de mim não entendia o que acontecia direito, mas eu era obrigada a fazer. Ele é um monstro, um monstro! Me matou por

dentro. Depois que ele fazia, eu sentia nojo dele, nojo de mim. Me limpava mas não adiantava. Nada tirava aquela sujeira de mim. Então eu sentia que minha alma estava morta. Mas fui me dar conta de que aquilo era abuso faz pouco tempo. Vi na novela o caso de uma mulher que passava pela mesma coisa, foi aí que me dei conta que, o que acontecia comigo não estava certo (Diário de fevereiro de 2021).

A clivagem não elimina o que ocorreu. O sofrimento não desaparece misteriosamente da subjetividade, torna-se apenas incomunicável com o restante, ou melhor, clivado (Mello & Herzog, 2019). As autoras ainda concluem que, na prática clínica, o trabalho psicanalítico, nestas situações, precisa ser feito visando permitir abertura e confiança do paciente para os cuidados do analista, estando sensível aos detalhes, associações, acolhendo movimentos e concedendo tempo e espaço aos processos de subjetivação (Mello & Herzog, 2019).

Assim, Judite não necessariamente esquecia do que ocorria, mas de certa forma, como apontam Mello e Herzog (2019, p. 71), ela “opera um corte na própria subjetividade, cujo intuito é apartar a vivência traumática e conter uma dor insuportável” para sobreviver, pela via da clivagem. Apesar da dor que sentia e do quanto isso a mobiliza, me parece que a questão do abuso ao longo do relacionamento não foi uma dor que ela tenha entrado em contato de forma tão intensa durante a relação, pois foi após o término que ela se dá conta que tais vivências se tratavam de abusos. E juntas, durante as sessões, conforme Judite trazia alguns relatos, recortes de acontecimentos, fomos legitimando que se tratavam de violências.

5.4. Os papéis de gênero inscritos nas diversas formas de violência

A distinção entre masculino e feminino é tão engessada, tão esmagadora. Do meu ponto de vista, nossa aparência e as coisas que fazem parte disso - inclusive a sexualidade - precisam ser mais fluidas. De tempos em tempos, deveríamos ser capazes de mudar, de nos desapegar da ideia de gênero, de experimentar mais. Nosso visual, o modo como agimos e as nossas intenções poderiam mudar. Eu posso ser uma vagabunda sexy hoje e uma mulher poderosa de negócios amanhã (Despentes, 2011).¹⁴

Iniciamos a discussão deste último eixo interpretativo partindo da seguinte questão: como abordar de forma psicanalítica a violência de gênero, mantendo o foco na inscrição social e histórica da psique e da sua teorização? (Ayouch, 2021, p. 12). Ayouch traz que a violência de gênero se inscreve na prática clínica. Mas também se inscreve nas mais diversas esferas sociais. Ayouch & Tardivo (2013) nos trazem que a clínica da violência conjugal nos leva, portanto, a pensar como as atribuições de gênero são feitas na sociedade e internalizadas pelos pacientes, mas também como podem ser reproduzidas pela teoria. No que tange à teoria, podemos pensar nas mais diferentes formas de compreender como se dão os debates entre as relações de gênero e a violência.

Contribuindo com tal discussão, Butler explica que o conceito de gênero foi forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica na biologia como destino. Logo, o conceito de gênero surge então para afirmar que as diferenças sexuais não são por si só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais (Firmino & Porchat, 2017).

A diferença sexual é marcada nos escritos de Ferenczi no seu texto *Do alcance da ejaculação precoce* (2011g), em que diz:

Estamos habituados desde longa data a admitir que somente os homens têm direito à libido sexual e ao orgasmo; estabelecemos e impusemos às mulheres um ideal feminino que exclui a possibilidade de exprimir e reconhecer abertamente desejos sexuais, e só tolera a aceitação passiva, ideal que classifica as tendências libidinais, por muito pouco que elas se manifestem na mulher, nas categorias patológicas e “vicioso” [...] Se os homens rompessem seu modo de pensar egocêntrico para

¹⁴ Virgínia Despentes, entrevista para Oliver Zahm, purple.fr, nº 16, 28 de julho de 2011.

imaginar uma vida que lhes tocasse sofrer constantemente a interrupção do ato antes da resolução orgástica da tensão, dar-se-iam conta do martírio sexual suportado pelas mulheres e do desespero provocado pelo dilema que as reduz a escolher entre o respeito a si e a plena satisfação sexual (Ferenczi, 2011g, p. 2).

Logo, para o psicanalista, há uma imposição no sentido sexual dos homens perante as mulheres. Essa imposição, obviamente, é um reflexo que Ferenczi já observava em 1908, quando diz que “não se trata de uma diferença orgânica entre os sexos, mas de uma diferença de condições de vida e de pressão cultural” (Ferenczi, 2011g, p. 3). O autor não chegava a utilizar o conceito amplo de gênero, mas já pensava sobre tais questões.

O discurso da diferença sexual como natural está inscrito nos papéis de gênero, enraizados socialmente e percebidos em todas as escutas que fiz no Juizado de Violência Doméstica, dentro de uma lógica binária masculina/feminina. Trazendo as questões de Judite, podemos imaginar, perante sua história de vida, posições muito marcadas socialmente. A mulher, dona de casa, que se casa cedo, abre mão do seu trabalho em prol do companheiro, do cuidado dos filhos e do lar. Que assume a maternidade como profissão e que, pelas veias da vida, acaba abrindo mão dos seus desejos.

Já o homem, este, tem o domínio financeiro e busca seu prazer em outras mulheres, traindo a esposa. E, além disso, mantém uma relação abusiva sexualmente. Aqui, o que percebemos é a lógica falocentrista, que sustenta a diferença como anulação do outro (Françoa, 2018). Judite, no seu lugar enquanto mulher, dá conta, por anos, de todas essas formas de violência. Quando decide, pelo atravessamento ou autorização do filho, cessar tais violências pela via da Justiça, é novamente violentada, não só pelo ex-companheiro, mas também pela família de Jorge e pela sua família, como apontado anteriormente.

Em determinado momento dos atendimentos, Judite trouxe, em algumas sessões, inquietações referentes à família de Jorge. Que recebia mensagens a julgando pelo fato de ter acabado o seu casamento e estar processando Jorge, juntamente com a medida protetiva. Além disso, as mensagens a caluniaram por diversas vezes. Havia uma familiar de Jorge em específico que a desestabilizava demais, pois ligava para ela constantemente, para saber como ela estava e, ao final das chamadas, sempre falava coisas do tipo “*tu nunca vai ter alguém igual o Jorge na sua vida*” ou ainda “*tu fez uma grande burrada em se separar do Jorge*”. Mais próximo de Judite cortar relações, essa mesma familiar mandava mensagens para ela a caluniando. Tais falas a faziam se sentir extremamente confusa em relação aos processos. Havia questões financeiras que Judite estava resolvendo judicialmente, como a venda de um bem em comum do ex-casal. Cada vez que recebia mensagens de familiares de Jorge,

Judite ficava bastante abalada. Fomos então trabalhando durante as sessões a importância de dar limites a essas relações, para que ela conseguisse dar conta das suas outras tantas demandas. A seguir o relato que escrevi no diário.

“Cortei o leva e traz da família do outro”. Na verdade, começou a dar limites às relações da família de Jorge. Uma das familiares mandou mensagem chamando de vagabunda e mentirosa, por ter se separado de Jorge e estar “mentindo” sobre os processos, que “onde se viu ela fazer todo aquele teatro” com Jorge, um homem honesto e trabalhador. Além disso, Judite fala que sentia que, por diversas vezes, a família dele ligava só para saber onde ela estava. Sempre mentia, dizendo que estava em lugares diferentes, pois temia que os familiares avisassem Jorge da sua localização. Essa família, prossegue Judite, nunca ajudou em nada em relação a sua situação financeira. Apenas ligam para dizer o quanto Jorge é um bom homem, um bom pai e que Judite nunca encontrará outro igual. Percebendo então que Judite não cederia à “pressão” para desistir dos processos, o teor das conversas muda e a família passa a ofendê-la. Nesta mesma sessão, Judite conta que sonhou com Jorge e que no sonho ele a ameaçava com uma faca. Relata que conseguiu mais uma vez se proteger. Desta vez, conta que, no sonho, ela pegou uma faca e ameaçou Jorge igualmente. Diz que acordou em seguida, um pouco angustiada. (Diário de março de 2021).

O julgamento que Judite vivenciou em relação à família de Jorge é um reflexo da manutenção dos papéis de gênero que estamos discutindo. O contrato social em que vivemos é um contrato sexual, pois antes que as mulheres entrem em cena, existe o indivíduo homem e, nesta cena, a mulher não é representável, é um lugar vazio em que é erigido o homem (Butler, 2021, p. 45). Ou seja, estruturalmente a representação masculina no campo social é dominante em todos os sentidos, independente se a mulher, como no caso de Judite, está em um processo de violência doméstica, o que permanece em cena, para os que a cercam, ainda é a figura do homem.

A violência, ou o que Muskat (2018) chama de pulsão agressiva ou ato violento, aparecem como um elemento fundante e constitutivo do psiquismo, enquanto ato que inaugura a civilização social, tal como propõe Freud (1974) em *Totem e Tabu*. Na obra, exemplifica que a lei proíbe os homens de fazer o que seus instintos os inclinam, e que caso não fossem cometidos, logo não haveria necessidade de proibi-los. Assim, entende-se que a violência está na base da nossa constituição social e subjetiva.

Butler aborda, na sua obra *A força da não violência*, o caráter sistêmico da violência e, dentre os seus principais pressupostos, assinala que a violência deve ser compreendida muito menos como uma posição moral adotada pelo indivíduo, mas sim como uma prática social e política de comum acordo, como uma maneira de resistência às formas sistêmicas de destruição (Butler, 2021). A autora discute, ainda, que o exame da ação violenta acaba por não ser uma escolha, pois estamos todos, contra a nossa vontade, no campo de força da violência (Butler, 2021, p. 23). Mesmo estando todos inseridos neste contexto, independente do nosso desejo, existe um atravessamento de gênero quando pensamos nos diversos tipos de violência contra a mulher. Não à toa, uma mulher é vítima de feminicídio a cada 7 horas, o que significa dizer que, ao menos 3 mulheres morrem por dia no Brasil por serem mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS, 2023¹⁵) apontam que, em relação às 107 vítimas de feminicídio em 2022 no Rio Grande do Sul, 21 delas (quase 20%) haviam buscado ajuda e solicitado medidas protetivas contra o agressor. Esse número dobrou em relação ao ano anterior, quando foram 10 vítimas de feminicídio com medida protetiva. São mulheres que conseguiram romper o silêncio, mas, mesmo assim, perderam sua vida.

Podemos pensar nessa estrutura social patriarcal como um pacto. Cida Bento (2022), em seu livro *O pacto da branquitude*, vai discorrer sobre os pactos civilizatórios em relações de dominação de gênero, raça, classe, origem. Ela afirma que há grande similaridade na forma em que essas relações são construídas e perpetuadas através dos pactos, quase sempre não explícitos (Bento, 2022, p. 15). A partir das relações de dominação de gênero destacadas pela autora, é possível aproximá-la à discussão do patriarcado. Segato (2018) vai trazer em seus escritos, a definição do patriarcado como uma supremacia em diversas esferas da sociedade:

O patriarcado, ou relação de gênero baseada na desigualdade, é a estrutura política mais arcaica e permanente da humanidade. Essa estrutura molda o funcionamento de todas as desigualdades de prestígio e poder em todos os âmbitos da vida; poderíamos dizer que se transpõe neles. As supremacias nas ordens econômica, política, colonial e racial são réplicas funcionais da ordem patriarcal. É por isso que ainda estamos no tempo estacionário da pré-história patriarcal da humanidade – tempo histórico e não biológico, porque precisa de narrativas míticas e preceitos morais para se sustentar. (Segato, 2018, tradução própria).

¹⁵ Dados retirados da reportagem:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/grupo-de-investigacao/noticia/2023/06/por-que-a-medida-protetiva-nao-impediu-o-femicidio-de-21-mulheres-cliaiu3u006q016xj5d1wdvd.html>

Assim, partindo desta concepção da autora, podemos pensar no pacto patriarcal na via de uma relação de dominação como fundadora da nossa sociedade, sendo a ordem econômica, política, cultural da nossa estrutura social, réplicas do patriarcado. Logo, os números de feminicídio citados acima são apenas uma pequena demonstração do que essa ordem patriarcal representa. Pois é cada vez mais difícil sobreviver e resistir dentro deste sistema tão permeado pelo machismo. Não à toa, Judite, por diversas vezes, relata que se sente prisioneira em casa, pois uma mulher, mesmo quando coloca provas de que sofreu violências, ainda assim é desacreditada. Primeiro pela própria justiça, depois dentro do seu círculo social e por fim dentro da sua própria família, sendo, de alguma forma, violentada novamente. Resultado do discurso social que ainda enxerga a mulher, como cita Butler, em um lugar “vazio”.

5.4.1 A força da violência

Em *A força da não-violência*, Butler (2021) inicia argumentando que um dos maiores desafios enfrentados por quem é a favor da não-violência é a controvérsia do uso dos termos “violência” e “não-violência”. Como violência, segundo a autora, podem ser considerados atos discursivo ofensivos, a violência física, como por exemplo com um soco, ou ainda, entender as estruturas econômicas e jurídicas como “violentas”, que agem sobre os corpos, ainda que nem sempre assumam a forma de violência física (Butler, 2021). A autora traz para o debate que, em relação à semântica, a palavra violência pode ser utilizada em diversos contextos, a serem contestados devido à intensidade de cada cena e, por vezes, com o uso inapropriado da linguagem.

Junior e Besset (2010) propõem o entendimento da violência como um sintoma social. Logo, como a ideia de algo que perturba a ordem social estabelecida.

É uma categoria coletiva que possibilita o surgimento de predicados coletivos, por exemplo, quando se diz que a sociedade atual é mais violenta. Assim, tal entendimento nos permite situá-la de forma a estar circunscrita a algo que ultrapassa uma ordem estabelecida. Em contrapartida, entendê-la como sintoma subjetivo, próprio da singularidade de cada sujeito, pode ser possível por meio da noção de sintoma como emergência da verdade que concerne ao desejo e ao gozo próprio de cada um (Junior e Besset, 2010, p. 329)

Aqui, tomo como partida a força da violência nos mais diversos contextos, em seus variados tipos, e a implicação da sua força na vida psíquica de Judite. Em específico, as violências previstas na Lei Maria da Penha. Início com uma das formas de violência mais silenciosas e difíceis de serem identificadas, a violência psicológica. É considerada como uma ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, isolamento social entre outras características (Brasil, 2001). A mulher tem dificuldades de identificar tais comportamentos por parte do companheiro como algo violento, sendo geralmente algo naturalizado dentro da relação.

No caso de Judite, a violência psicológica se apresentava em diversas situações. As mais aparentes são as ameaças que o ex-companheiro fez de colocar fogo na casa em que ela vive e as ameaças com facas. Judite tem verdadeiro pavor da possibilidade de aproximação do ex-marido, e cria, em torno de sua casa, planos de fuga caso haja alguma invasão por parte dele. Além disso, os constantes descumprimentos de medidas protetivas também podem se configurar como uma violência psicológica, pois também se configuram como um tipo de ameaça. Nas sessões, fomos percebendo outros tipos de violência durante o casamento, conteúdos que constam nos diários. Situações de chantagens, cobrança de determinados comportamentos, isolamento social. Porém, opto por não descrever aqui, de modo a preservar a identidade de Judite.

Outra forma de violência é a física. Se dá, quando uma pessoa, que está em posição de poder em relação a outra, causa ou tenta causar algum dano por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas, podendo ser manifestada de várias formas como: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos, danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros) (Brasil, 2001). A violência física vai trazer algo no sentido da ameaça à vida. Retomando os diários, Judite passa 10 dias sob ameaças constantes de morte, em que o companheiro se utilizava de facas para intimidá-la dentro de casa.

Já violência sexual é considerada toda a ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou a exponha a interações sexuais que propiciem sua

vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação. A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual. Inclui, entre outras: carícias não desejadas, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos de forma forçada, exposição obrigatória à material pornográfico, exibicionismo e masturbação forçados, uso de linguagem erotizada em situação inadequada, impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro(a) em utilizar preservativo, ser forçado(a) a ter ou presenciar relações sexuais com outras pessoas (Brasil, 2001).

Judite menciona, em vários momentos, as suas vivências relativas a violências sexuais. Demorou algum tempo até que ela conseguisse se dar conta que a prática sexual obrigada pelo ex companheiro tratava-se de um abuso. Em algumas sessões, recorde dela questionar ainda seu lugar dentro da relação e os papéis dentro do relacionamento. Muszkat (2018) vai nos mostrar a ideia, dentro dos estudos de gênero, de *ideologia naturalista*, que diz respeito a uma organização de ideias que determina de forma quase dogmática atributos femininos e masculinos, ou que considera determinados comportamentos de mulheres e homens como naturalmente dados, atrelados ao sexo biológico. Esse conceito parece relacionar-se com essa concepção de Judite – a qual é predominante em nossa sociedade – de que manter relações quando o marido assim desejasse seria uma obrigação da esposa, e não uma violência.

“Tem um senhor parecido com o “outro” aqui na frente de casa, que cada vez que o vejo, eu gelo, entro em pânico. Mesmo apagando completamente a imagem do outro da memória, ainda sinto isso”. O “outro” a isolava da família, dos vizinhos, amigos. Não tinha contato com ninguém além dos filhos e dos irmãos. Agora, separada, está conseguindo ter mais contato com a vizinhança. Conta que fez até um casal de amigos que a chamaram para jantar em sua casa. Traz novamente questões relacionadas à violência sexual que sofreu. Conta que, quando não se submetia à violência sexual do “outro”, ele descontava também nos filhos. Tratava-os mal durante alguns dias e os perturbava em relação à situação financeira, gastos. “Pegava no pé de todos” dizia, e isso por dias. Diz que ainda tem muita vergonha em falar isso, e se culpa por não ter se dado conta. No final, diz que sempre acabava cedendo, pois era o melhor para seus filhos. Os dois filhos do casamento anterior eram os que mais sofriam com o comportamento do ex-marido, conta. Chora ao lembrar do que viveu, e relata que sente muito nojo de Jorge. Questionei-a sutilmente acerca de seu entendimento a respeito do que acontecia. Judite narra com muitos detalhes os atos em si e

diz lembrar da sensação que tinha, que caso não fizesse seria pior. Procuo nomear com ela o que acontecia, de que aquilo se tratava de violência sexual. Ela chora muito e permanecemos em silêncio por alguns minutos. Senti ser a primeira vez que ela se sentia confortável a falar com alguém sobre isso. Apesar de ter algumas familiares mulheres próximas, Judite não contou a ninguém sobre o que viveu (Diário de abril de 2021).

As violências dentro do casamento de Judite são muitas, a violência física, psicológica, sexual. Foram quase 40 anos vivendo uma relação permeada de violências. Após o término, as violências se intensificaram pela via processual. A cada sessão, percebia Judite desabar em lágrimas, em um grande desamparo. Senti que ela encontrou finalmente o espaço seguro para trazer questões delicadas e também senti que nosso vínculo se acentuava a cada novo atendimento. Junior e Besset (2010) apontam como fundamental a reintrodução da palavra onde há violência. Para os autores, a palavra permite o adiamento, a simbolização, dá um contorno, um limite, e os meios para que o sujeito possa pensar (Junior & Besset, 2010, p. 333).

A questão da violência sexual me choca bastante. Neste relato, poupei muitos detalhes, no sentido de preservar a sua identidade, mas foi algo que me tocou e ainda me toca bastante no momento da escrita, pela intensidade e o cunho perverso dos atos. Se tratando da violência sexual, Rita Segato traz suas contribuições:

A expressão “violência sexual” confunde, pois embora a agressão seja realizada por via sexual, sua finalidade não é da ordem sexual e sim da ordem do poder. Não se trata de agressão originada pelo desejo de satisfação sexual – sempre derivada de uma troca na reciprocidade ou relacionamento –, mas sim a libido é aqui orientada para obedecer a uma regra ou mandato de masculinidade que exige prova constante de pertencimento à classe dos homens (Segato, 2018, p. 213, tradução própria).

Logo, segundo a autora, a violência sexual não está relacionada à satisfação do desejo sexual em si, mas ao poder sobre o outro, o que vai ao encontro de normas e papéis de gênero impostos socialmente.

Há, na fala de Judite, a naturalização dos papéis de gênero. Ou seja, se ele quer ter relações sexuais, logo, dentro do seu lugar de mulher, dentro de um casamento, não é mais que sua obrigação dar conta do desejo do outro. Assim, caso não houvesse da parte dela a entrega do seu corpo ao outro, ela teria a retaliação através dos maus tratos aos seus filhos.

Aqui, pensamos que, para a manutenção desta violência, os papéis de gênero estão bem colocados.

Um outro ponto importante é quando Judite, na audiência de conciliação, ouve de Jorge mais uma vez a narrativa dos abusos como algo naturalizado do seu “papel” enquanto esposa, sem a interrupção das mediadoras (relato citado anteriormente). Trata-se do que Muskat (2018) vai entender como a naturalização de certos atos violentos, cuja consequência é não só autorizar ou justificar práticas violentas abusivas, mas também impedir de certa forma que tais atos sejam reconhecidos como tais (p. 97).

5.4.2 O estado opressor é mais um homem abusador

O estuprador é você
São os policiais, os juízes, o Estado, o presidente
O patriarcado é um juiz que nos julga por nascer
E o nosso castigo é a violência que se vê
É o feminicídio, a impunidade para o meu assassinato
É o desaparecimento, é o estupro
E a culpa não era minha, nem de onde estava, nem do que vestia
O estuprador é você
São os policiais, os juízes, o Estado e o presidente
O estado opressor é um macho estuprador
(Coletivo Las Tesis, 2019¹⁶).

A questão dos processos movidos por Judite aparece ao longo de todas as sessões. Sempre há algum comunicado do tipo “*essa semana teve uma movimentação no processo de divórcio*” ou ainda “*consultei os processos e não teve movimentação alguma*”. De alguma forma, possivelmente atravessada pelo meu lugar enquanto psicóloga dentro de um Juizado de violência doméstica, era uma temática que sempre aparecia.

Judite fala de seus processos. Do quanto é angustiante ficar o dia todo acompanhando-os. Entrou, após as falas de Jorge com um processo de danos morais. São vários processos. Medida Protetiva, Processo Criminal, Divórcio, Danos Morais. Judite já

¹⁶ Um estuprador em seu caminho, também conhecida como O estuprador é você, é uma performance feminista que protesta sobre a violência contra a mulher. Baseada no trabalho de Rita Laura Segato, a obra foi criada pelo coletivo feminista de Valparaíso Las Tesis, para ser apresentado no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, em 25 de novembro de 2019.

sabe os dias e horários que os processos são atualizados. Liga constantemente para a Defensoria Pública, para ter controle de tudo que se passa em cada trâmite dos processos. De todos os que fez contra Jorge, o que mais diz ter o desejo que se concretize é o de tirar o sobrenome do “outro” da sua identidade (Diário de agosto de 2021).

Nas supervisões que tínhamos dentro do juizado, um dos apontamentos feitos pela psicóloga responsável, que tem anos de atuação dentro do juizado de violência doméstica é que, *como fator protetivo, elas ingressam com vários tipos de processos contra seus agressores, como de danos morais, materiais, mais o processo de divórcio, de medida protetiva, etc.* Essa fala da supervisora sempre fez muito sentido quando ouvia Judite falando sobre seus processos. Como se fosse essa a proteção que o estado poderia fornecer a ela.

E não foram poucas as vezes em que Judite se angustiou perante a demora no andamento destes processos. Recordo que o processo de divórcio era o que mais a deixava aflita, em função do desejo da retirada do sobrenome de casada. Foi um processo que se estendeu por anos e, durante o período que a acompanhei, ela ainda não havia conseguido seu sobrenome de solteira.

Enquanto passava por todo o turbilhão do início do seu processo, Judite cuidava do pai. Nesta sessão, o pai estava tendo uma piora e estava internado em uma UPA aguardando leito em um hospital. Vivíamos mais uma onda da Covid-19 com aumento do número de internações e superlotação dos leitos. Judite chega ao atendimento falando “Eu me empolgo e me decepiono com a lei”, referindo-se à lentidão do avanço do seu processo e pelo fato de não conseguir a internação do pai. O pai teve uma piora importante no seu quadro de saúde e está numa Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Está com Covid-19. E ela não consegue ordem judicial para interná-lo. Os hospitais estão sem leito. Além de estar lidando com a situação de saúde do pai, fala da sua situação financeira, bastante delicada. Menciona ainda que nesta semana, um vizinho a chamou para contar que viu Jorge passando em frente a sua casa de carro. Diz que, ao saber, o desespero mais uma vez tomou conta. E o que pode fazer foi conversar com os vizinhos mais próximos, mais uma vez, e falar das medidas protetivas que tem, que ele não pode se aproximar dela. Diz não ter um minuto de paz. Está cansada e angustiada com o andamento dos processos e com as questões de saúde do pai (Diário de março de 2021).

Percebo Judite bastante exausta em relação às múltiplas demandas que está tendo, principalmente em relação ao cuidado do pai e à possibilidade de perda do mesmo. Esse pai é uma figura muito importante na vida dela. Recordo dela falando do quanto era respeitoso, gentil e doce, tendo muito carinho com ela sempre. E de o quanto esse pai não gostava de Jorge. Judite traz que boa parte das relações afetivas da sua infância e adolescência passava pelo pai, que representava uma figura de cuidado, um outro modelo de homem. Sinto Judite com medo, esgotada, além de agoniada com o andamento dos processos e pelo fato de Jorge estar novamente às voltas da sua casa.

Judite perdeu o pai dias após essa última sessão. No dia da perda, me avisa mandando mensagem. Me coloquei à disposição se ela quisesse ligar e conversar, disse a ela que estava ali e que lamentava muito. É bastante difícil lidar com a perda na clínica e realmente lamento por Judite. *Sinto que ela está extremamente sobrecarregada e que perdeu uma das poucas referências familiares que dava suporte emocional a ela, com uma morte aos seus braços.* Além disso, durante a pandemia, os velórios tinham uma curta duração, com no máximo 30 minutos, com o caixão fechado. O relato do diário deste dia é pequeno, acredito que devido à intensidade emocional dispensada por ambas, foi difícil o registro, porém, ficaram as reflexões após a sessão.

“Parece que tá tudo normal. O velório foi com o caixão fechado, não pude ver o pai.” Ele morreu nos seus braços, após várias paradas cardíacas. Sentiu-se aliviada quando a Samu aplicou morfina no pai, pois ele sofreu menos. Mesmo passando pelo processo de luto, não deixou de ver o processo. (Diário de março de 2021).

Me chama atenção que, no meio de tanto sofrimento em decorrência da perda do pai, Judite continua consultando o andamento dos seus processos. Essa era uma questão que ela com frequência trazia. Todos os dias, mais de uma vez ao dia ela entrava em todos os seus processos *online* e olhava o andamento de cada um. Após, ficava angustiada em decorrência do processo não andar. Beirava a um comportamento obsessivo da sua parte.

Escrevo no diário que Jorge tenta ir ao velório do pai de Judite. Ela fala que no dia ficou bastante abalada emocionalmente mais ainda com esse “desaforo”. Reflito sobre isso, do quanto uma Medida Protetiva parece não ser o suficiente para dar limites a um homem agressor. Oriento Judite, assim que ela se sentir confortável, a registrar um Boletim de Ocorrência e enviar ao cartório do juizado para ser adicionado ao seu processo. Aproveito e

também faço um pequeno relatório com o fato da quebra da medida protetiva, com a autorização de Judite.

Percebo que a escuta dentro do Juizado é bastante atravessada pela questão do processo e orientações sobre tal. Uma das orientações é o registro do boletim de ocorrência a cada novo fato, para que possa ser anexado ao processo e para que o agressor seja notificado de alguma forma. É uma maneira de tentarmos, via judicial que seja, impor limites nessa relação. No caso de Jorge, sinto que parece ser cada vez mais difícil e, enquanto terapeuta dentro de um juizado, vejo que os papéis se atravessam, ora escutando, ora orientando, ora relatando sobre os fatos.

Outro ponto que apareceu com muita ênfase nas suas narrativas e de muitas outras mulheres, foi o fato de não se sentir segura mesmo com as Medidas Protetivas, e as constantes quebras de medidas realizadas por parte do ex-companheiro. Foram muitos boletins de ocorrência registrando a aproximação do ex-companheiro, por fatos comprovados, seja por mensagens de texto ou aproximações físicas. E aqui é importante pensarmos que cada registro de ocorrência depende, primeiramente, da mulher se deslocar até uma Delegacia. Muitas mulheres optam por ir até uma DEAM, no sentido em que se sentem mais acolhidas, por ser uma delegacia especializada no atendimento a mulheres e, assim, a chance do seu discurso ser colocado em cheque ser muito menor, segundo as próprias narrativas que ouvi.

Chegando na DEAM, temos que pensar que há, infelizmente, um grande fluxo de mulheres para atendimento, não sendo raro ouvirmos relatos de espera de horas e horas. Outro ponto a se considerar é que, não só o caso de Judite, mas da maioria das mulheres em situação de violência doméstica, vivem em zonas periféricas das cidades, sendo o deslocamento até a delegacia uma questão que envolve tempo e dinheiro para o transporte.

Então, aqui, podemos ponderar vários fatores que dificultam a crença em uma política efetiva de proteção. Primeiro a deslegitimação da fala da mulher no momento da denúncia; segundo, a dificuldade de acesso aos meios de denúncia e por fim, passado todo esse processo, a mulher sai com seu Boletim de Ocorrência da quebra de Medida. Esse boletim precisa ser anexado ao processo judicial e, mesmo assim, em muitos casos o seu agressor continua com as ameaças e aproximações, pois não há uma efetividade na lei na contenção destes homens, e eles sabem disso. E tal processo foi bem descrito por Judite, que fez diversos boletins de ocorrência devido às diversas quebras de medidas feitas pelo ex-companheiro. Acredito ser importante pensar: Qual é o papel da lei e do sistema judicial no contexto da violência? Butler (2021) vai falar que a ideia de os conflitos serem tratados

por meio da lei, não por meio da violência, presume a ideia de que a lei não exerce a sua própria violência e não redobra a violência de um crime, por exemplo. Porém, a autora questiona essa ideia de que a violência é resolvida assim que a relatamos ao Estado de direito. E não o é. Judite entra com um processo para cada uma das formas de violência que sofreu. Em relação à violência doméstica e psicológica, tem o processo de medida protetiva e o processo de danos morais, além do processo de divórcio. Todos processos muito lentos e, por vezes, processos que de alguma forma a violentam novamente.

Primeiro, quando passa por uma sessão de conciliação, conforme narrado no diário intitulado *Audiência de conciliação, de novembro de 2021*. As conciliadoras, após a fala da afirmação de um abuso por parte do ex-companheiro de Judite, não interrompem a sessão, mesmo estando ela desorganizada e muito mobilizada com a situação. Aqui, podemos questionar como um sistema jurídico aplica conciliações em um processo no qual uma das partes tem uma medida protetiva. É perceptível, e inadmissível, o lugar da violência praticada pelo estado.

Outro momento importante se trata dos autos do processo, quando Judite passa por uma entrevista social, em que as suas condições de saúde mental são colocadas como um problema relatado pelo ex companheiro. Ele afirma, de forma pejorativa, que o fato dela fazer acompanhamento psicológico e psiquiátrico apontava que ela não estava em plenas condições, logo que todo seu discurso, suas denúncias, eram inválidas. Tal relato estava descrito no relatório social de Jorge, dando ênfase a ser uma questão a ser investigada. Percebemos aqui o estereótipo da mulher louca, cuja intenção e credibilidade das suas palavras é questionada.

Logo, percebemos que não são poucas as vezes que o sistema de Justiça desprotege as mulheres como também as expõem a procedimentos que as violentam, as desmentem. E perante tal desproteção, muitas delas desistem das suas denúncias e retornam ao silêncio, convivendo com os riscos ao lado de seus agressores. Não era o caso de Judite, que de alguma forma demonstrava sempre acreditar na justiça, mas é o caso de tantas outras mulheres que acompanhei.

Vergès (2021), citando Dorlin (2017), vai nos trazer que o Estado é o principal “instigador da desigualdade” sendo ele “justo o responsável por armar aqueles que *nos* golpeiam”, é “inútil demandar justiça ao estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social” (Vergès, 2021, p.10). Esse armamento e institucionalização das injustiças está enraizado nas nossas leis, que tentam, na medida do possível, proteger. Porém quanto a sua efetividade, deve sempre ser questionada.

Uma cena que vivenciei recentemente, me permite ilustrar um pouco do medo e insegurança que as mulheres sentem em relação ao Estado. Acolhi uma mulher vítima de violência, cujo ex companheiro andava durante o dia com uma faca na cintura, com o intuito de intimidá-la. Quando explico a ela sobre as Medidas Protetivas e a possibilidade dela ser abrigada em uma casa de acolhimento junto aos seus filhos, a mesma me diz que nem pensar, pois há menos de um ano perdeu uma amiga vítima de feminicídio que tinha medidas protetivas, e que sabia que, se ela o denunciasse, ele iria matá-la. Aqui, o feminicídio trata-se de um crime do estado.

Obviamente que, no caso em questão, ela estava com bastante medo. Esse é um pequeno recorte da experiência das mulheres periféricas, com pouca rede de apoio, poucos recursos financeiros e difícil acesso à informação em relação aos seus direitos. Essas são as mulheres que perdemos vítimas do feminicídio. Por isso, penso que é importante sim que pensemos e questionemos sempre o papel do estado na proteção destas mulheres.

A Lei Maria da Penha é um grande avanço que tivemos e ainda estamos tendo. Recentemente alterada pela Lei 14.550/2023, que acrescenta o artigo 40-A à lei para determinar que ela será aplicada a todas as situações previstas em seu artigo 5º, independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida. Ainda, deixa claro que a justiça pode decidir afastar o agressor da mulher a partir do depoimento dela à polícia, caso relate que está em risco físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral (Senado Federal, 2023). Nesses últimos anos, o patriarcado neoconservador e neoliberal, que foi encarnado por diversos chefes de Estado (Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini, etc.), impôs recuos drásticos aos direitos das mulheres tanto no âmbito da vida pessoal como no mundo do trabalho; ele sustenta e encoraja o ódio contra as minorias (Vèrges, 2021, p. 11)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da escrita dessa dissertação é atravessado por indagações e questionamentos que surgiram a partir da minha prática clínica com mulheres em situação de violência. Permeada pela experiência, havia a necessidade de colocar na escrita, algumas das minhas interrogações. Primeiro, pensar no lugar da mulher em situação de violência, numa sociedade machista, opressora. Depois, partindo deste contexto, refletir sobre a consequência, a violência em si sofrida, tanto a infringida pelo seu agressor quanto pelo estado, quando não se mostra protetivo. E por fim, as consequências psíquicas que esse cenário envolve. Assim, pensar nos desdobramentos do trauma, da violência e das articulações dessas questões ao gênero, a partir da psicanálise, foi o norteador desta escrita.

Através da releitura dos diários clínicos, estabeleço eixos interpretativos para dar conta da discussão. Busco, através do primeiro eixo, pensar em como o lugar de fala, lugar de escuta e a hospitalidade, conceito tão discutido em Ferenczi, devem compor um atravessamento importante quando tratamos de escutar mulheres em situação de violência. Primeiro, reconhecendo o meu lugar de escuta, de uma mulher, psicóloga de um Juizado de Violência, realizando atendimento psicológico. Por seguinte, o cuidado com o lugar de fala de Judite, colocado como o lugar do saber, com tantas narrativas que busco preservar ao máximo. E o quanto uma escuta marcada pela hospitalidade, na clínica, possibilita o reconhecimento do outro e a abertura para um espaço da fala. Tal qual a família que Ferenczi descreve, que precisa se preparar para receber a criança, o analista precisa se preparar para a escuta.

Partindo da hospitalidade, retomo, a partir do segundo eixo, a ética do cuidado e o *sentir com*, em que exponho a minha abertura, enquanto analista, para o campo das afetações da narrativa de Judite. Nos diários clínicos, se sobressaíram suas narrativas em relação ao medo do seu ex-companheiro e o desamparo e desproteção, muito relacionados a sua escassa rede de apoio e ampliados pelas constantes tentativas de aproximação do ex-companheiro. Penso que foi o *sentir com* que permitiu que, ao longo das sessões, ela fosse dando outros contornos aos seus sentimentos de desamparo e medo, simbolizando-os de outras maneiras, seja através do investimento em si ou da busca pela terapia, motivada pelo sentimento de segurança que ela tinha no nosso *setting* terapêutico.

As narrativas de Judite possibilitaram a discussão acerca de aspectos traumáticos inscritos no campo onírico e no seu corpo como testemunho de tudo aquilo que ela viveu. Foi através dos sonhos, da repetição de vivências traumáticas e medos, que Judite tentou resolver

muitos de seus conflitos, por vezes trazendo, nos próprios sonhos, conteúdos resolutivos. Já o corpo, habitado por muitas dores, era o lugar em que ela sofria mais intensamente as consequências do seu medo do ex companheiro. Ao longo das sessões, quando houve uma maior organização interna de Judite, as dores diminuíram consideravelmente, ressaltando então, a importância do espaço terapêutico.

O desmentido, como operador de diversas formas de violência, apareceu no discurso de Judite. De maneira muito explícita, quando participa de uma audiência de conciliação e que tem, em sua frente, seu abusador assumindo e normalizando o abuso cometido. Mas apareceu também em diversas outras passagens, seja pelo descrédito da sua família em relação às situações de violência sofridas ou pelas denúncias de descumprimento de medidas protetivas sem uma ação efetiva da justiça e da polícia. Tal conceito, discutido por Ferenczi em um de seus principais textos em 1931, merece muita atenção nos tempos em que vivemos, no sentido em que temos números cada vez mais crescentes de mulheres em situação de violência, pedindo ajuda e, mesmo assim, vítimas de feminicídio. É evidente o descrédito do nosso sistema policial e judiciário, que muitas vezes não consegue apenas ouvir o que essas mulheres têm a falar, as tornando novamente passíveis de sofrer uma nova violência. .

As questões relacionadas à violência de gênero são consequências do pacto patriarcal e estão inexoravelmente ligadas à violência, em especial à violência contra a mulher. É através do que Butler (2021) nomeia como contrato sexual, da não representação da mulher, pois houve um certo tipo de expulsão, e nesse lugar vazio é erigido o homem. E é na ocupação deste lugar que o pacto patriarcal está posto, na via de uma relação de dominação como fundadora da nossa sociedade, sendo as ordens econômica, política, cultural da nossa estrutura social réplicas do patriarcado, que tem como consequências, o aumento das violências de gênero. É na violência, no poder sobre o outro, que esse pacto se alimenta e se estabelece cada vez mais dentro da estrutura do estado. Por isso, precisamos, cada vez mais, nos colocarmos à frente destas questões, no sentido de pensar que a violência tem impactos transgeracionais, se estendendo por gerações. Penso, por isso, ser necessário cada vez mais trazer tais implicações para a discussão na academia, seja pela via do psiquismo e suas marcas traumáticas, seja pela via das discussões acerca dos papéis do estado na manutenção de tais pactos.

Por fim, e tão importante como o início de todo esse processo de escrita, em relação ao acompanhamento de Judite, seguimos ainda por mais alguns meses de atendimento, até março de 2022. Nos meses finais, já preparando Judite acerca da minha saída do Juizado e a necessidade de interrupção das sessões. Ela começou o processo de busca de uma nova

terapeuta para acompanhá-la, em uma instituição externa ao Juizado. Foi um processo de idas e vindas, pois Judite, mesmo com a outra terapeuta, me acionou por muitas vezes, com muito medo e dificuldade de confiar. Todas as vezes a acolhi, sempre na perspectiva de deixá-la se sentir segura novamente para dar esse passo. Até que chegou um momento em que Judite não me procurou mais. Entendi, então, que ela conseguiu fazer essa passagem. Hoje, sei que Judite está bem. Enfrentando suas dores, lutando pelos seus processos e ajudando outras mulheres nesta luta por direitos, pois sei que no grupo de mulheres em que ela se encontra, é uma figura de referência para tantas outras que chegam a todo momento.

REFERÊNCIAS

- Ayouch, T. & Salomão de la Plata Cury Tardivo, L. (2013). Violences conjugales, violences théoriques. La psychanalyse à l'épreuve du genre. *Cliniques méditerranéennes*, 88, 19-34. <https://doi.org/10.3917/cm.088.0019>
- Ayouch, T. (2014). A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 58-70.
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira. (Originalmente publicada em 1949).
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Birman, J. (2018). *Clínica e poder na pesquisa psicanalítica*. In: Fulgencio, L. et al. (Orgs). Modalidades de pesquisa em psicanálise: Métodos e Objetivos. Zagodoni.
- Bott, S., Guedes, A., Ruiz-Celis, A. P. & Mendonza, J. A. (2020). Intimate partner violence in the Americas: a systematic review and reanalysis of national prevalence estimates. *Rev Panam Salud Publica*, 43(26), 1-12. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.26>
- Bragon, R. (2021). *Brasil registra 1.338 feminicídios na pandemia com forte alta no norte e no centro oeste*. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/brasil-registra-1338-femicidios-na-pandemia-com-forte-alta-no-norte-e-no-centro-oeste.shtml>
- Brasil (2006). Lei nº 11,340, de 7 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil (2001). Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde, (Caderno de Atenção Básica, 8).
- Brasil (2018). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*. v. 49, n.27. Recuperado de: <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>
- Brasil (2010). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes*. Editora MS.
- Bragon, R. (2021). Brasil registra 1.338 feminicídios na pandemia, com forte alta no Norte e no Centro-Oeste. Folha de São Paulo, 6 de junho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/brasil-registra-1338-femicidios-na-pandemia-com-forte-alta-no-norte-e-no-centro-oeste.shtml>
- Bueno, S., de Lima, R. S., Sobral, I., Pimentel, A., Franco, B., Marques, D.; Martins, J.; Nascimento, T. (2020) *Nota técnica sobre Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>

- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Autêntica.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, 13ª edição. (Originalmente publicado em 1990).
- Butler, J. (2021). *A força da não-violência*. Boitempo.
- Canavêz, F., Herzog, R. (2012). A linguagem das resistências: considerações sobre o trauma na clínica psicanalítica. *Ágora*, 15(2), 327-341. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982012000200009>
- Canavêz, F. (2013). Na outra cena da representação: considerações ferenczianas sobre o trauma. *Psicologia USP*, 24(1), 165-182. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642013000100009>
- Canavêz, F. (2015). O trauma em tempos de vítima. *Ágora*, 18(1), 39-50. <https://doi.org/10.1590/S1516-149820150001000044>
- Canavêz, F. & Verztman, J. (2021). Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? *Ayvu: Revista de Psicologia*, 8, 01-21.
- Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica da pesquisa. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 7(2), 145-174.
- Cavaleiro, R., & Silva, M. R. (2020). Psicanálise e Dissidências de Gênero: Questões para Além da Diferença Sexual. *Revista Subjetividades*, 20(3). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e9793>
- Ceccareli, P. R. (2019). *As leituras contemporâneas de gênero e suas repercussões nas organizações familiares*. In: Ceccarelli et al. (Orgs). *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção*. Zagodoni.
- Cerqueira, D. (Coord.) (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf
- Cossi, R. K. (2018). Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. *Estudos de Psicanálise*, 49, 31-43.
- Cossi, R. K. (2019) Luce Irigaray e a Psicanálise: uma crítica feminista. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 319-337. <https://doi.org/10.36298/gerais2019120209>
- Curia, B. G., Gonçalves, V. D., Zamora, J. C., Ruoso, A. L., Isadora, S., & Habigzang, L. (2020). Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra a Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>
- Ferenczi, S. (2011). *A adaptação da família à criança*. In: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*.

- Martins Fontes, 1-16. (Originalmente publicado em 1927).
- Ferenczi, S. (2011a). *Análises de crianças com adultos*. In: Ferenczi, S. Psicanálise IV. Martins Fontes, 79-96. (Originalmente publicado em 1931).
- Ferenczi, S. (2011b). *Confusão de Línguas entre os adultos e a criança*. In: Ferenczi, S. Psicanálise IV. Martins Fontes, 111-135. (Originalmente publicado em 1933).
- Ferenczi, S. (2011c). *Elasticidade da técnica psicanalítica*. In: Ferenczi, S. Psicanálise IV. Martins Fontes, 29-42. (Originalmente publicado em 1928).
- Ferenczi, S. (2011d). *Princípio de relaxamento e neocatarse*. In: Ferenczi, S. Psicanálise IV. Martins Fontes, 61-68 (Originalmente publicado em 1930).
- Ferenczi, S. (2011e). *Reflexões sobre o trauma*. In: Ferenczi, S. Psicanálise IV. Martins Fontes, p. 109-117. (Originalmente publicado em 1934).
- Ferenczi, S. (2011f). *Transferência e introjeção*. In: Ferenczi, S. Psicanálise I. Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1908).
- Ferenczi, S. (2011g). *Do alcance à ejaculação precoce*. In: Ferenczi, S. Psicanálise I. Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1908).
- Ferenczi, S. (1990). *Vantagens e desvantagens do “sentir com” intensivo*. In: Ferenczi, S. (1893-1932). Diários Clínicos. Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1932).
- Ferenczi, S. (1990). *Diário Clínico*. Martins Fontes. (Trabalho original escrito em 1932).
- Figueiredo, L. C., Minerbo, M. (2006). Pesquisa em Psicanálise: Algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278.
- Firmino, F. H., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de “Problemas de gênero”. *Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.*, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61. <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819>
- Fortes, I., & Macedo, M. K. (2018). *Quem é o psicanalista pesquisador?* Questões cruciais sobre o método psicanalítico de pesquisa. In: Fulgencio, L. et al. (Orgs). Modalidades de pesquisa em psicanálise: Métodos e Objetivos. São Paulo: Zagodoni.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Violência doméstica durante a pandemia da Covid-19*. [Nota Técnica]. Decode: Abr/2020. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021). *Violência contra mulheres em 2021*. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>
- Françoia, C. (2018). *Da letra da mulher à reescritura da psicanálise*. In: Françoia et al.

(Orgs). *Psicanálise e gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Calligraphie.

Freud, S. (2016). *Estudos sobre a histeria*. In: Obras Completas (Vol. II). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1893-1895).

Freud, S. (1996). *A dinâmica da transferência*. In: Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XII). Imago. (Originalmente publicado em 1912).

Freud, S. (1996). *Os instintos e suas vicissitudes*. In: Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XIV). Imago. (Originalmente publicado em 1915).

Freud, S. (1974). *Tótem e tabu*. In: Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XIII) Imago. (Originalmente publicado em 1913-1914).

Freud, S. (2016). *Três ensaios sobre a sexualidade*. In: Obras Completas (Vol. VI). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1905).

Freud, S. (2014). *A fixação no trauma, o inconsciente*. In: Obras Completas (Vol. XIII). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1917)

Freud, S. (1974). *A dissolução do complexo de Édipo*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIX). Imago Editora. (Originalmente publicado em 1924)

Freud, S. (2016). *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*. In: Obras Completas (Vol. XVI). Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1925).

Freud, S. (1976). *A interpretação dos sonhos*. In Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. IV). Imago Editora (Originalmente publicado em 1900).

Fulgencio, L., Coelho, D. (2018). *As relações entre a empiria e a teoria na psicanálise - uma discussão de dois psicanalistas pesquisadores*. In: Fulgencio, L. et al. (Orgs). *Modalidades de pesquisa em psicanálise: Métodos e Objetivos*. Zagodoni.

Fulgencio, Leopoldo. (2003). As especulações metapsicológicas de Freud. *Natureza humana*, 5(1), 129-173.

Fuchs, S. M, & Júnior, C. (2014). Sobre o trauma: contribuições de Ferenczi e Winnicott para a clínica psicanalítica. *Tempo psicanalítico*, 46(1), 161-183.

Fulgencio, Leopoldo. (2003). As especulações metapsicológicas de Freud. *Natureza humana*, 5(1), 129-173.

Gondar, Jô. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cad. Psicanál*, Rio de Janeiro,34(27), p. 193-210.

Gondar, Jô. (2013). Ferenczi e o sonho. *Cadernos de psicanálise* (Rio de Janeiro), 35(29), p. 27-39.

Gondar, Jô. (2016). Terror, terrorismo e reconhecimento. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 38(35), p.129-141.

Gondar, Jô. (2020). *Ferenczi, crítico da normatividade*. In: Kuperman, D.; Gondar, J. & Dal Molin, E. C. (Orgs.). *Ferenczi: Inquietações Clínico-Políticas*. São Paulo: Zagodoni Editora.

Gonzalez, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos pagu*, 22, 201-246. (Originalmente publicado em 1991). <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>

hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos ventos.

Horney, K. (1973). *Feminine Psychology*. Norton & Company, New York. (Originalmente publicado em 1926).

Iaconelli, V. (2018). *Mulher falada*. In: França et al. (Orgs). *Psicanálise e gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Calligraphie.

Junior, J. N. S. & Besset, V. L. (2010). Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer? *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(2), 323-336. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000800008>

Kilomba, G. (2019). *Memórias de Plantação: episódios de Racismo Cotidiano*. Cobogó.

Kupermann, D. (2011). A criança, o infantil e o que o psicanalista (não) sabe. *Estilos da Clínica*, 16(2), 324-337. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v16i2p324-337>

Kupermann, D. (2017). *Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático*. São Paulo: Zagodoni.

Kupermann, D. (2019). Sándor Ferenczi e a criança nos adultos. *Estilos da Clínica*, 24(2), 178-181. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p178-181>

Kupermann, D. (2019b). *Por que Ferenczi?* São Paulo: Zagodoni.

Laplanche, D., Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário de psicanálise*. Martins Fontes.

Lago, M. C. de S. (2012). A Psicanálise nas Ondas dos Feminismos. *Repositório Institucional da UFSC*. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1350>

Larrosa, J. (2011) Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, 19(2), EDUNISC, 04-27. <https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2444>

Lauretis, T. (1987). *A tecnologia de gênero*. In: Hollanda, H. B. (Org.)(2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lejarraga, Ana Lila. (2008). Clínica do trauma em Ferenczi e Winnicott. *Natureza humana*, 10(2), 115-147.

Lima, G. Q., & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicol. Estud.* 16 (4), 511-520. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000400002>

Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2013). Ato teórico, ato ético. *Tempo psicanalítico*, 45(1), 249-266.

Lo Bianco, A. C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, 8(2), p. 115-123. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712003000200003>

Lourenço, L. C. d'A. (2005). Transferência e Complexo de Édipo, na Obra de Freud: Notas sobre os Destinos da Transferência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), pp.143-149. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000100019>

Maciel Jr., Auterives. (2016). Einfühlung: A ética do "sentir com". *Tempo psicanalítico*, 48(1), 232-248.

Martins, P. G. (2021). A norma do falo e a abjeção da mulher na psicanálise. *Revista Subjetividades*, 21(1), 1-12.. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e10945>

Mezan, R. (2006). Pesquisa em Psicanálise: Algumas reflexões. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(70), 227-241.

Melo, R. M., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2019). Trauma, clivagem e progressão intelectual: um estudo sobre o bebê sábio ferencziano. *Psicol. estud.*, 24, 1-12. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.45390>

Mello, R. & Herzog, R. (2009). Trauma, clivagem e anestesia: uma perspectiva ferencziana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(3), 68-74.

Moreira, A. O. (2022). *Gênero, branquitude e racismo: mulheres que criminalizam outras mulheres e sua relação com a lei de drogas no judiciário do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS.

Muskat, S. (2018). *Desamparo e violência de gênero: uma formulação*. In: Françoia et al. (Orgs). *Psicanálise e gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Curitiba: Calligraphie.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudo de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>

Osmo, A. & Kupermann, D. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 329-339. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000200016>

Paiva, P. P. (2021). *Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>

Peron, P. (2020). *Revisitando a historiografia psicanalítica – Freud e Ferenczi*. In: Kuperman, D.; Gondar, J. & Dal Molin, E. C. (Orgs.). *Ferenczi: Inquietações Clínico-Políticas*. Zagodoni Editora.

Pinheiro, T. (2020). *Quando o agressor é aquele que desacredita*. In: Kuperman, D.; Gondar, J. & Dal Molin, E. C. (Orgs.). *Ferenczi: Inquietações Clínico-Políticas*. Zagodoni Editora.

Pinheiro, T. (2016). *Ferenczi: clínica psicanalítica*. Casa do psicólogo.

Pombo, M. (2018). Diferença sexual, psicanálise e contemporaneidade: novos dispositivos e apostas teóricas. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, 21 (3), 545-567. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n3p545.8>

Porchat, P. (2007). *Gênero, Psicanálise e Judith Butler - do Transexualismo à política*. [Tese de Doutorado]. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. SP

Preciado, P. (2019). *Intervenção na 49ª Jornada da Escola Da Causa Freudiana*. Recuperado de: <http://lacanempdf.blogspot.com/2019/12/paul-b-preciado-intervencao-na-49.html>

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento: Justificando.

Rodrigues, C. (2005). Butler e a desconstrução de gênero. *Rev. Estud. Fem.* 13(1), p. 179-183. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>

Romão-Dias, D. (2020). Para além do feminino: um breve comentário. In: Kuperman, D.; Gondar, J. & Dal Molin, E. C. (Orgs.). *Ferenczi: Inquietações Clínico-Políticas*. Zagodoni Editora.

Rosa, C. T., & Weinmann, A. O. (2020). A sexualidade feminina em escritos das pioneiras da psicanálise. *Revista Subjetividades*, 20(3), 1-13. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e9499>

Sanches, G. (2020). *A psicanálise pode ser diferente: Sándor Ferenczi e sua abordagem terapêutica inovadora*. Sá Editora.

Segato, Rita L. (2018). Manifiesto en cuatro temas. *Critical Times*, 1(1)1. <https://doi.org/10.1215/26410478-1.1.212>

Scott, J. (1986). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. In: Hollanda, H. B. (Org.)(2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo.

Silva, C. M. & Macedo, M. M. K. (2016). O Método Psicanalítico de Pesquisa e a Potencialidade dos Fatos Clínicos. *Psicol., Ciênc. Prof.*, 36 (3), 520-533. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001012014>

Silva, M. R., Oliveira, & B. C., Ferrari, A. (2022). Da experiência ao relato clínico: Desafios do registro em uma pesquisa psicanalítica. *Ágora*, 25(2), 31-38. <https://doi.org/10.1590/1809-44142022-02-047>

Spivak, Gayatri Chakraworly (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG. (Originalmente publicado em 1942).

Stona, J. (2018). *Semblante e identidade de gênero: uma articulação possível?* Recuperado de: https://appoa.org.br/correio/edicao/274/8203semblante_e_identidade_de_genero_uma_articulacao_possivel/556

Vérges, F. (2021). *Uma teoria feminista da violência*. Ubu. (Originalmente publicada em 1952).

Verztman, J. (2020). *Algumas consequências teórico-clínicas da noção de confusão de línguas*. In: Kuperman, D.; Gondar, J. & Dal Molin, E. C. (Orgs.). *Ferenci: Inquietações Clínico-Políticas*. São Paulo: Zagodoni Editora.

Vorsatz, I. (2018). O conceito, o desejo e a ética: o desejo como móbil do conceito fundamental. *Ágora*, 21(2), 215-223. <https://doi.org/10.1590/s1516-14982018002007>

World Health Organization (2018). *Violence against women: Strengthening the health response in times of crisis*. Retrieved from <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/violence-against-women>

Zambrano, E. (2018). *Diálogos de uma psicanalista com a Antropologia: um relato pessoal*. In: Françaia, C., Porchat, P. & Corsetto, P. (Orgs.). *Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Calligraphic.

ANEXOS

Anexo 1 - Termo de concordância de pesquisa - Projeto Borboleta - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Termo de Concordância de Pesquisa - Projeto Borboleta - TJRS

Este termo de concordância de pesquisa trata-se do Projeto de Mestrado intitulado “Da violência de gênero ao trauma: ponderações acerca da violência contra a mulher”, de autoria da psicóloga e mestranda Sharlize Prates Pinto, orientada pela Professora Dra. Milena da Rosa Silva, do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tem por objetivo identificar, na narrativa das mulheres vítimas de violência, elementos que permitam explorar as experiências do trauma e do desmentido, a partir das contribuições psicanalíticas de Ferenczi articuladas a uma perspectiva de gênero. A opção metodológica desta pesquisa será amparada em 3 tempos, seguindo os passos metodológicos propostos por Silva, Oliveira e Ferrari (no prelo). Em um primeiro tempo, de acolhida e recebimento das mulheres no Projeto Borboleta, o princípio da hospitalidade, inserido em uma ética do cuidado, é posto. Trata-se do momento em que todo material clínico é tecido. Em um segundo momento, os diários clínicos permitem que a analista coloque ali suas percepções, sentimentos acerca dos atendimentos das mulheres, ou ainda, “isso que me passa” (Larrosa, 2011) em um relato íntimo e com narrativas importantes acerca das percepções dos atendimentos. Por fim, a escrita e suas teorizações, na qual proponho a construção teórica da escrita, unificando os tempos da hospitalidade e dos diários clínicos.

Salientamos que a coleta do material da pesquisa já foi realizada, durante o período em que a pesquisadora Sharlize Prates Pinto atuava inicialmente como estagiária de Psicologia e posteriormente como Psicóloga (estagiária de pós-graduação) no TJRS dentro do Projeto Borboleta, com início em agosto de 2020 até janeiro de 2022. O material clínico que compõe os diários clínicos refere-se a trechos, vinhetas, apontamentos de atendimentos e entrevistas realizadas dentro do Projeto Borboleta, no período acima delimitado.

O projeto será realizado conforme a resolução do Conselho Nacional de Saúde, no 466/2012, que dispõe sobre normas de pesquisa com seres humanos, e Resolução 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Este estudo se enquadra no referido por esta última resolução, no artigo 1, quando destaca estudos que não precisam ser registrados e avaliados pelo sistema CEP/CONEP. O parágrafo único, inciso 7, refere: “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e

contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito". Ainda assim, por se tratar de tema sensível, envolvendo mulheres vítimas de violência, optamos por submeter o estudo à avaliação pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Serão garantidos os direitos de confidencialidade, privacidade e proteção da imagem e da identidade das participantes, além do sigilo absoluto quanto a sua identidade, inclusive quando os dados dessa pesquisa forem publicados em trabalhos acadêmicos posteriormente. O TJRS e o Projeto Borboleta podem pedir esclarecimentos às pesquisadoras a qualquer momento, inclusive após ter-se concluído a Pesquisa. Para isso, disponibilizamos endereços para contato logo abaixo. A pesquisa é coordenada pela professora Dra. Milena da Rosa Silva e pela Mestranda do PPG de Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS, Sharlize Prates Pinto.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO TJRS - PROJETO BORBOLETA

Nome do coordenador/responsável: Madgeli Frantz Machado
No. do documento de identidade: 1058039492 SSP/RS
Data de nascimento: 17/02/1972
Telefone: 51.996682535

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido a proposta realizada ao TJRS/ PROJETO BORBOLETA, aceito que esta instituição participe do presente Projeto de Pesquisa.

 Rosita Alge, 06 de junho de 2022.

Assinatura (coordenador/responsável)

Assinatura (pesquisador)

Endereços para contato:

Pesquisador Responsável 1: Milena da Rosa
Silva

Telefone: (51) 3308-5520

Pesquisador Responsável 2: Sharlize Prates
Pinto

Telefone: (51) 99180 4719